



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

A imagem de Cabo Verde na Imprensa Escrita Portuguesa.

**A cobertura noticiosa dos jornais *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*
(1991 – 2011)**

Autor: Cláudia Sofia Louro dos Reis

Orientador: Professora Auxiliar Sandra Rodrigues Balão



Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Ciência Política

Lisboa

2013

Agradecimentos

Esta dissertação de Mestrado é o resultado de muito trabalho, esforço e dedicação, mas sobretudo do conhecimento teórico e prático adquirido nos últimos anos. O caminho foi longo e durante todo esse tempo foram várias as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho às quais aproveito para deixar todo o meu agradecimento e admiração.

No entanto, há algumas pessoas em particular a quem gostaria de agradecer pelo apoio, paciência e disponibilidade demonstrados nesta minha caminhada. Primeiro, à minha mãe pelo apoio incondicional e pela força que sempre me transmitiu não apenas nesta fase, mas em todos os momentos da minha vida. Não apenas nos mais felizes, como também (e fundamentalmente) nos momentos mais difíceis, pelo facto de não me ter deixado desistir daqueles que eram os meus sonhos. Também ao meu irmão que, apesar, da sua juventude e irreverência foi outra das pessoas que marcaram o meu percurso. Do fundo do coração um muito obrigado!

De seguida, ao Presidente do ISCSP e Coordenador da Unidade de Coordenação Científica e Pedagógica de Ciência Política, o Professor Catedrático Manuel Meirinho, pelo excelente trabalho desenvolvido nas áreas de ensino do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. À Professora Auxiliar e Mestre Sandra Balão por ter aceite orientar-me na realização desta dissertação. Agradeço a sua confiança, paciência, simpatia e disponibilidade em partilhar o seu conhecimento comigo, não apenas na realização da tese como também nas aulas. Nos momentos de indecisão bastava uma palavra sua e tudo tornava-se mais fácil e claro. Pela sua inteligência, espontaneidade e pela forma como sempre fez questão de transmitir as suas ideias um muito obrigado! Consigo aprendi, consigo fechei mais um ciclo da minha vida académica.

Agradeço ainda ao Professor Rui Brites e à Professora Maria João Cunha pela disponibilidade e pelas pistas dadas, sobretudo, no que respeita à parte prática desta dissertação bem como aos restantes professores do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas pelos ensinamentos académicos que me transmitiram e pelo contributo que deram para a realização da minha tese de Mestrado. Sem o vosso conhecimento e empenho nada disto seria possível. Espero que continuem com o vosso

excelente trabalho e que para sempre prevaleça o rigor e a qualidade que conferem ao ensino, contribuindo não apenas para a formação de alunos, mas sobretudo de pessoas.

Não esqueço também a Hemeroteca de Lisboa que foi uma importante e rica fonte de pesquisa e de informação. Sem este organismo e sem a contribuição de todos os seus funcionários não seria possível fazer a recolha de dados para a elaboração desta dissertação. Espero que continuem a melhorar o vosso trabalho na constituição de um dos maiores arquivos de meios de comunicação social, a nível nacional.

Por fim, mas não menos importantes, a todos os meus colegas, pela troca de ideias e de conhecimentos mas também pelos momentos agradáveis por que passámos ao longo deste Mestrado. Sem vocês não era a mesma coisa! A todos os meus amigos e familiares mais próximos um muito obrigado pela força e encorajamento nesta árdua, mas compensadora caminhada.

A todos, sem excepção, um muito obrigado do fundo do coração!

Índice

Resumo	1
Abstract	2
Introdução	3
Nota Metodológica	8
CAPÍTULO I- As Questões Teóricas sobre a investigação dos <i>media</i>.....	16
1.1. As correntes clássicas de investigação no estudo dos <i>media</i>	16
1.2. As Abordagens Alternativas às Teorias Clássicas no estudo dos <i>media</i>	19
1.3. Os <i>media</i> “ontem e hoje”. Que futuro esperar?	22
CAPÍTULO II- O Jornalismo e os Jornalistas	29
2.1. Dois modelos de Jornalismo.....	29
2.2. Ética e Deontologia do Jornalismo	33
2.3. O papel dos Jornalistas e a profissão. Uma questão de legitimidade	38
CAPÍTULO III- A discussão actual. Jornalismo como “Quarto Poder” ou “Contra Poder”	43
3.1. Emergência de um “Quarto Poder” na Sociedade	43
3.2. A Crítica do Jornalismo como “Quarto Poder”. Um equívoco?	48
3.3. Uma imagem da realidade. O jornalismo como construtor de representações sociais	51
3.4. A Informação-Espectáculo	57
CAPÍTULO IV- Jornalismo e Política.....	71
4.1. O Jornalismo e a Democracia.....	71
4.2. A Dimensão Política do Jornalismo	75
CAPÍTULO V- Cabo Verde. Nove ilhas, uma cultura. Cabo Verde	78
5.1. Breve Introdução. Caracterização do país	78
5.2. A História da Democracia em Cabo Verde	81
5.3. O Jornalismo em Cabo Verde.....	84
CAPÍTULO VI- Estudo de Caso: a cobertura noticiosa de Cabo Verde pelos jornais <i>Diário de Notícias</i> e <i>Correio da Manhã</i> entre 1991 - 2011.....	90
6.1. Razões da escolha dos jornais	90
6.1.1. <i>Diário de Notícias</i>	91
6.1.2. <i>Correio da Manhã</i>	93
6.2. Análise de Conteúdo.....	95

6.2.1. Iconografia (o elemento fotográfico como complemento do texto)	106
6.2.2. Tipo de Linguagem	112
Conclusão	119
Referências bibliográficas.....	126
Anexos.....	136

Índice de Gráficos

Gráfico 1: O “controlo dos <i>media</i> cabo-verdianos exercidos pela esfera política	89
Gráfico 2: Notícias com “Chamada de Capa” do <i>Diário de Notícias</i>	101
Gráfico 3: Notícias com “Chamada de Capa” do <i>Correio da Manhã</i>	102
Gráfico 4: “Localização das Peças” no jornal <i>Diário de Notícias</i>	103
Gráfico 5: “Localização das Peças” no jornal <i>Correio da Manhã</i>	103
Gráfico 6: “Espaço ocupado pelas peças” no <i>Diário de Notícias</i>	104
Gráfico 7: “Espaço ocupado pelas peças “ no <i>Correio da Manhã</i>	104
Gráfico 8: “Géneros jornalísticos” representados no <i>Diário de Notícias</i>	105
Gráfico 9: “Géneros jornalísticos” representados no <i>Correio da Manhã</i>	106
Gráfico 10: “Iconografia” presente nos artigos do <i>Diário de Notícias</i>	107
Gráfico 11: “Iconografia” presente nos artigos no <i>Correio da Manhã</i>	107
Gráfico 12: Principais “Temas” a que se referem as notícias no <i>Diário de Notícias</i> ..	108
Gráfico 13: Principais “Temas” a que se referem as notícias no <i>Correio da Manhã</i> ..	108
Gráfico 14: Dados relativos aos “Referentes” das notícias publicadas no <i>Diário de Notícias</i>	111
Gráfico 15: Dados relativos aos “Referentes” das notícias publicadas no <i>Correio da Manhã</i>	111
Gráfico 16: Dados relativos aos “Actores mais focados nas Peças” das notícias publicadas no <i>Diário de Notícias</i>	115
Gráfico 17: Dados relativos aos “Actores mais focados nas Peças” das notícias publicadas no <i>Correio da Manhã</i>	115
Gráfico 18: Dados relativos aos “Discurso (Tipo de Narrativa) ” das notícias publicadas no <i>Diário de Notícias</i>	116
Gráfico 19: Dados relativos aos “Discurso (Tipo de Narrativa) ” das notícias publicadas no <i>Correio da Manhã</i>	116

Gráfico 20: Dados relativos à “Organização do Discurso” das notícias publicadas no <i>Diário de Notícias</i>	117
Gráfico 21: Dados relativos à “Organização do Discurso” das notícias publicadas no <i>Correio da Manhã</i>	118

Índice de tabelas

Tabela1: Total de jornais e de notícias analisadas nos jornais <i>Diário de Notícias</i> e no <i>Correio da Manhã</i> entre 1991 – 2011	100
Tabela2: Número discriminado de jornais e de notícias analisadas nos jornais <i>Diário de Notícias</i> e no <i>Correio da Manhã</i> entre 1991 - 2011	100

Resumo

Na actualidade, os *media* têm ganho cada vez mais importância, sobretudo, pela forma como ajudam na construção de imagens de diferentes realidades, neste caso concreto, de Cabo Verde. Para contextualizar o objecto de estudo desta dissertação, começamos por dar a conhecer as principais teorias que iniciaram o estudo dos *media*. Dos princípios do século XX até aos dias de hoje, muitos foram os investigadores a debruçar-se sobre a acção dos *media* e a sua influência sobre os indivíduos. Começando pela Escola de Chicago e centrando-nos na linha de pensamento (século XXI) que entende os *media* como um “Quarto Poder” procuramos compreender qual o papel que os meios de comunicação desempenham nas sociedades contemporâneas, tendo em especial atenção a forma como constroem “imagens” sobre a realidade de um país.

Para muitos pensadores, os *media* são fundamentais no processo de construção da Democracia e constituem-se como fontes de poder graças à instituição da liberdade de imprensa e à autonomia do pensamento.

No caso da imprensa escrita portuguesa, as referências à realidade cabo-verdiana têm sido várias e procuraremos compreender qual o tipo de abordagem que é feito à realidade daquele país para desse modo aferirmos a imagem de Cabo Verde que é construída pelos *media* nacionais.

Palavras-chave: Democracia, Jornalismo, Política, Poder, Imagem, Cabo Verde

Abstract

Nowadays, media has becoming more important than ever, especially, in a way that it helps in the construction of the image of different realities, in this specific case, Cape Verde. In order to contextualize the object of this study, we will start to let know the main theories that started the investigation about mass *media*. From the principles of the twentieth century to now, it was many the investigators that look into this matter and about the influence of media's actions on individuals. Starting for Chicago School of Communication and centering our attention in the theory (21st century) that understands media as a "Fourth Power", we will try to comprehend the role of *media* in contemporary societies, paying special attention to the way that *media* construct "images" about the reality of a country.

To many intellectuals, *media* are fundamental in the process of construction of Democracy and it has become great source of power due to the institution of press freedom and to the autonomy of thought.

In the case of portuguese press, the references to cape-verdian reality has been several and we will try to understand how media describes the reality of that country in order to gauge the image of Cape Verde that is constructed by national *media*.

Key-Words: Democracy, Journalism, Politics, Power, Image, Cape Verde

Introdução

Esta dissertação representa o culminar de um percurso académico traduzido na frequência e conclusão com sucesso do plano curricular do II Ciclo de Estudos em Ciência Política. A sua elaboração tem em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa. A problemática que merecerá a nossa atenção e investigação aprofundada a ser detalhada adiante neste trabalho é a cobertura efectuada pela imprensa escrita portuguesa, mais concretamente pelos jornais *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* dos assuntos relacionados com Cabo Verde, assumindo desde já como de particular interesse aqueles que se relacionam com questões eleitorais.

Procurar-se-á compreender de que forma é que a imprensa escrita portuguesa, com bases na análise dos conteúdos noticiosos dos dois diários referidos, retrata a realidade cabo-verdiana e, consequentemente, qual o papel que essa mesma imprensa tem desempenhado na “construção da imagem do país” através da cobertura noticiosa dos acontecimentos com ele relacionados, em articulação com os desafios da conjuntura internacional do momento presente - profundamente condicionada pelo movimento de globalização - assim como as consequentes mudanças ocorridas no seio dos meios de comunicação.

A escolha deste objecto de estudo tem que ver, sobretudo, com a sua actualidade em face das mudanças ocorridas não apenas nos *media* como também na própria sociedade. Hoje, mais do que nunca, e graças ao fenómeno da globalização, a realidade retratada por aqueles meios deixou de ser apenas a que se apresenta “em frente aos nossos olhos”, que nos diz respeito directamente, por fazer parte da nossa realidade quotidiana e dizer respeito à sociedade mais restrita de que fazemos parte (a escala local) para passar a ser também a realidade de outros países, que de certo modo acabam por influenciar-nos, apesar das distâncias.

Se no passado, as sociedades eram fechadas sobre si próprias e o grau de complexidade era praticamente nulo, hoje a situação mudou. As sociedades estão cada vez mais abertas, são cada vez mais heterogéneas e mais sujeitas a modificações e

melhoramentos¹. Daí o nosso interesse em estudar e aprofundar esta problemática que serve de mote para a compreensão das mudanças ocorridas nos meios de comunicação, nos últimos anos, sobretudo no que respeita à forma como os *media* “constroem” imagens de determinadas realidades. Embora aplicada a uma realidade específica, no caso a cabo-verdiana, este trabalho de investigação permitir-nos-á compreender alguns mecanismos dos *media*, nomeadamente os que estão directamente associados às questões da cobertura de determinadas realidades e consequentes razões que justifiquem esse interesse.

No que respeita ao hiato temporal em análise foi por nós definido o período de vinte anos situado entre 1991 e 2011. A escolha da primeira data resulta do facto de corresponder ao ano em que foram realizadas as primeiras eleições livres em Cabo Verde (uma vez que a investigação se situa no domínio da Ciência Política torna-se imperativo definir um critério político, sendo também essencial definir um ponto de partida para o estudo) e a segunda por ser a mais próxima do momento actual, para além de ser também aquela que permite analisar com alguma margem de tempo os dados cuja recolha tivemos que realizar. Este trabalho de investigação será balizado apenas em termos temporais pelo facto de não querermos correr o risco de condicionar o seu desenvolvimento ao definir categorias de análise *à priori*. Nesse sentido, optamos por deixar “emergir” as categorias de análise durante o processo de recolha de informação, de forma a obtermos dados mais ricos e diversificados (a tabela onde constam as categorias de análise estão apresentadas em anexo²).

Face à evolução registada nas áreas que procuramos aprofundar, bem como às mudanças operadas tanto no Jornalismo como na Política, consideramos que o estudo a realizar pode revelar-se fundamental para compreender as novas configurações tomadas pelo Jornalismo e pela Política, assim como pelos contornos da sua possível articulação nas sociedades actuais, sobretudo quando assumimos que os *media* e a política são duas realidades indissociáveis, bem como dois dos motores essenciais para o funcionamento das sociedades contemporâneas, do mundo actual.

¹ Cfr. **POPPER**, Karl, *The Open Society and its Enemies*, Volume 2, Routledge e Kegan Paul, Londres, 1984.

² Ver anexo com as tabelas onde constam as “Unidades de Registo” e as “Categorias de Análise”, pp. 137-139.

Desse modo, a escolha do objecto de estudo, a investigar em sede de dissertação de Mestrado em Ciência Política parte, em primeiro plano, de uma curiosidade intelectual e pessoal do investigador em aprofundar conhecimentos na área da Política, no sentido de compreender as relações estabelecidas entre esta e o Jornalismo (a formação de base do investigador).

Num segundo plano, o desenvolvimento de uma dissertação de Mestrado nesta área tem que ver com o próprio percurso profissional do investigador. Enquanto jornalista, o investigador convive, de perto, com os hábitos e rotinas dos meios de comunicação social, pelo que é frequentemente “engolido” pela prática jornalística, o que nem sempre deixa tempo livre nem disponibiliza condições para fazer um aprofundamento mais teórico dos mecanismos que regem a profissão.

Um conhecimento mais aprofundado e uma melhor compreensão dos mecanismos e factores que determinam a relação entre o Jornalismo e a Política são, sem dúvida, alguns dos estímulos para a realização deste trabalho. Também o desejo de abraçar novos desafios profissionais, não apenas na área do Jornalismo, marca o interesse e a motivação presentes na realização deste trabalho de investigação e análise.

O estudo direccionado para a realidade cabo-verdiana tem, sobretudo, que ver com a escassez de trabalhos académicos sobre aquele país, pelo menos no que se refere a estudos científicos que permitam retirar conclusões sustentadas sobre a realidade de Cabo Verde, a partir da perspectiva escolhida pelo investigador nesta dissertação. Os trabalhos que o investigador encontrou, embora tenham muita qualidade, estão sobretudo centrados em assuntos específicos, que não permitem extrair uma conclusão abrangente sobre a realidade cabo-verdiana, neste caso aos olhos da imprensa escrita portuguesa. Também o facto de a comunidade cabo-verdiana ser uma das mais representadas em Portugal desperta o interesse do investigador em saber o que a imprensa escrita portuguesa escreve sobre o país e qual a abordagem feita aos assuntos a ele relativos, para, desse modo, poder inferir sobre a “construção” da imagem que dele é feita.

Segundo os dados do “Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo”, de 2011- Edição de 2012, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), num total de 436 822 cidadãos

estrangeiros, Cabo Verde representa já 10,1%³ dessa população, ocupando a terceira posição no *ranking*, atrás do Brasil e da Ucrânia. Assim, parece-nos importante, também, e sobretudo num tempo presente marcado por acentuados movimentos migratórios, apurar qual o retrato feito pela imprensa portuguesa sobre Cabo Verde. Espera-se que este trabalho possa ajudar a compreender como é que a imprensa portuguesa “projecta” a imagem daquele país e, ainda de que forma indirecta, a forma como condiciona o “olhar” dos cidadãos portugueses relativamente aos cabo-verdianos.

No que respeita aos objectivos deste trabalho de investigação, pode-se afirmar que estes serão cumpridos, essencialmente, em dois planos. Num primeiro plano, de cariz mais teórico, procurar-se-á fazer uma contextualização da problemática em apreço e uma revisão da bibliografia existente relativa às áreas-foco do estudo a desenvolver para compreender quais os factores que têm determinado o tipo de relação estabelecida entre o campo mediático e o campo político, no sentido de buscar sistematizá-los e identificar novos contributos para o desenvolvimento do conhecimento científico, quer para a área do Jornalismo, quer para a área da Política.

Num segundo plano, de carácter mais prático, procura-se fazer a recolha de dados empíricos e proceder à sua consequente análise, no sentido de compreender quais os padrões jornalísticos utilizados pela imprensa escrita portuguesa na cobertura dos acontecimentos e nas categorias a serem posteriormente seleccionadas, nomeadamente aquelas que ajudem a clarificar o tipo de relação estabelecida entre o Jornalismo e a Política, bem como os impactos da prática jornalística sobre o campo político.

Neste contexto, torna-se pertinente apresentar, de forma detalhada, a composição desta dissertação. O trabalho de investigação encontra-se dividido em seis capítulos. No primeiro procura-se clarificar e explorar as teorias da comunicação que deram início ao estudo científico dos meios de comunicação na Academia, com um especial enfoque nas cinco principais escolas de investigação: Chicago, Columbia, Frankfurt, Toronto e Birmingham.

³Dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras referentes ao ano 2011- Edição de 2012*. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf. Consultado em 16/02/12, às 19. 35h. *O investigador recorreu ao relatório de 2011 pelo facto de ser esse o documento a ser disponibilizado pelo SEF, mais recentemente. Os dados de 2012 apenas seriam disponibilizados depois da data de entrega da dissertação, o que, naturalmente, impossibilitou a sua consulta.

O capítulo II coloca em perspectiva dois modelos de jornalismo: o anglo-americano e o francês, com o intuito de compreender as mudanças ocorridas no seio do Jornalismo, desde a sua prática nas tertúlias e botequins até à conquista do estatuto profissional, passando também pelas questões éticas e deontológicas.

No terceiro capítulo, centramos a nossa preocupação na discussão do Jornalismo enquanto “Quarto Poder”/ “Contra Poder” identificando as principais conquistas bem como algumas das fragilidades do Jornalismo nas sociedades contemporâneas.

Nesta sequência, o capítulo IV assenta na análise da relação do Jornalismo com a Democracia e na discussão da dimensão política do Jornalismo procurando compreender o papel desempenhado pelos *media* na opinião pública.

No capítulo V damos a conhecer um pouco da história da Democracia em Cabo Verde e analisamos o Jornalismo que é feito no país.

Para finalizar, no capítulo VI fazemos uma breve apresentação dos jornais analisados neste trabalho de investigação: o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã* e descrevemos a técnica por nós utilizada para retirarmos as nossas conclusões, a análise de conteúdo. Além de apresentarmos, nesta parte do trabalho, os gráficos construídos com os resultados obtidos.

Com esta organização, espera-se que este trabalho académico possa contribuir para uma melhor compreensão do papel do Jornalismo nas sociedades contemporâneas e, eventualmente, acrescentar novos elementos a outros trabalhos académicos directa ou indirectamente relacionados, sectoriais, anteriormente realizados sobre a nossa temática. Deste modo, o trabalho será desenvolvido com a máxima exigência científica e objectividade a fim de se proceder a uma análise metodologicamente rigorosa, exigível a qualquer trabalho científico. O interesse do investigador pela problemática que se propõe tratar, a garantia de uma análise desprovida de juízos de valor ou de opiniões e uma bibliografia consistente são alguns dos factores que podem vir a contribuir para o sucesso do mesmo.

Nota Metodológica

O método é fundamental para o sucesso de qualquer trabalho de investigação, e com maior acutilância para aquele que busca garantir e fundamentar a qualificação de “científico”. Não basta apenas contextualizar o objecto de estudo e a problemática em análise, através da sustentação teórica, como é fundamental procurar proceder a uma análise empírica de dados concretos.

Como afirma Felipa Lopes dos Reis:

“a metodologia é uma condição necessária para que o trabalho científico tenha rumo, direcção e que possa ser analisado de uma forma crítica por outros pesquisadores. Sendo um conjunto de passos a percorrer e dos meios que conduzem aos resultados, é assim o modo como se organiza um trabalho em função dos objectivos que se pretendem atingir, isto é, um processo racional para chegar ao conhecimento ou à demonstração da verdade e onde a sua ordem de assuntos tenha sequência lógica”⁴.

No caso deste trabalho de investigação, recorrer-se-á ao método qualitativo, de base documental, no seu essencial, o que, consideramos, irá permitir uma ampla compreensão do fenómeno em estudo. “A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa”, visando, sobretudo, oferecer “...melhor visão e compreensão do problema”⁵. No entanto, o investigador tem consciência de que este método de investigação poderá levantar problemas quanto à generalização das conclusões obtidas, que não se constitui, contudo, como um objectivo do trabalho.

Assim, será feita uma análise das peças jornalísticas, sobre Cabo Verde, publicadas nos dois diários portugueses seleccionados: os jornais *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* durante o hiato temporal definido – 20 anos. São esses jornais diários que vão constituir o universo de estudo, sendo que, por uma questão de limitação temporal, o investigador poderá sentir a necessidade de, a partir dele, constituir uma amostra. Nesse caso, recorrer-se-á a uma amostra probabilística “para assegurar uma certa precisão na estimação dos parâmetros da população, reduzindo o erro amostral...” e de ...”obter a

⁴REIS, Felipa Lopes dos, *Como elaborar uma Dissertação de Mestrado segundo Bolonha*, 2ª Edição, Pactor, Lisboa, 2010, p. 57.

⁵ Idem, p. 63.

melhor representatividade possível”⁶. A escolha das notícias que vão constituir a amostra será justificada, sobretudo, por critérios como o “género” de notícias, o “tema”, o “referente”, o “tipo de narrativa” e a “organização do discurso”, apresentadas detalhadamente na tabela em anexo⁷, que permitam aferir a imagem que os *media* portugueses projectam sobre Cabo Verde.

No que respeita aos critérios de selecção das fontes de dados, definiu-se como critérios preponderantes para a sua escolha a relevância, bem como o número de tiragens dos jornais escolhidos. Assim, para justificar a escolha destes jornais, o investigador recorreu tanto ao Relatório Anual de *Media* e Publicidade⁸ publicado pela Marktest, relativo ao ano 2011 – Edição de 2012, bem como ao Relatório Anual da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT)⁹, do ano 2012, recordando que também aqui, como no caso dos dados divulgados pelo SEF, o investigador teve de recorrer às informações publicadas mais recentemente sobre o tema, a fim de conseguir cumprir o prazo de entrega da dissertação.

Como se pode verificar no estudo da APCT, os jornais seleccionados para análise ocupam lugares de destaque entre os jornais diários pagos, na categoria de Informação Geral. Em termos de tiragens, o *Correio da Manhã* é líder com uma média de tiragens de 150 mil jornais, por bimestre, enquanto que o *Diário de Notícias* regista um número médio de tiragens de 40 mil, por igual período¹⁰.

No que respeita à divisão feita entre jornal diário de referência e jornal diário popular, o investigador tem como objectivo, entre outros possíveis, observar as principais diferenças no que respeita ao tipo de abordagem feita pelos dois tipos de publicação, dadas as diferentes possibilidades humanas (número de profissionais), físicas (espaço nas secções dos jornais) desses dois tipos de publicações, sem esquecer os públicos-alvo.

⁶ FORTIN, Marie-Fabienne, *O Processo de Investigação da concepção à realização*, 1ª Edição, Lusociência, Lisboa, 1999, p. 204.

⁷ Ver tabela em anexo com as “Unidades de Registo” e “Categorias de Análise” definidas pelo investigador para a análise das peças jornalísticas seleccionadas, p. 137-139.

⁸ Dados do **Relatório Anual Media e Publicidade**, da autoria da Marktest referentes ao ano 2011 – Edição de 2012, consultados em 16/02/13, às 19. 30h.

⁹ Dados do **Relatório Anual da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação** referentes ao ano 2012, consultados em 10/02/13, às 18. 40h.

¹⁰ Idem.

São essas as principais razões que levam o investigador a optar por analisar estes dois jornais, em função da categoria em que estão incluídos no sector da Imprensa: imprensa de referência¹¹ e imprensa popular¹², para analisar, sobretudo, o tipo de discurso utilizado por cada um deles na abordagem dos assuntos referentes a Cabo Verde, para, desse modo, poder avançar no sentido da identificação e compreensão da imagem “construída”.

Seria interessante analisar todos os jornais diários e semanários que compõem o universo da imprensa escrita portuguesa, mas tendo em conta a limitação temporal do investigador bem como os objectivos a alcançar com a realização da investigação em apreço seria praticamente impossível fazer uma análise detalhada e com qualidade, de todos os dados. Daí a necessidade de proceder a uma filtragem na escolha dos jornais. Um trabalho com estas dimensões poderia ser interessante e mais pertinente em sede de investigação no âmbito de um Doutoramento, por exemplo.

No que respeita à recolha de informação, o investigador baseou-se na análise de notícias de jornal, fazendo posteriormente uma análise de conteúdo às peças seleccionadas. Esta técnica foi escolhida pelo investigador no sentido de permitir fazer uma análise e descrição exhaustiva de determinadas características que permitissem compreender que tipo de retrato de Cabo Verde é feito pela imprensa escrita portuguesa. Para o tratamento da informação recolhida, o investigador recorreu a dois programas informáticos de tratamento de dados, o MaxQda (essencial no processo de agrupamento de categorias de análise) e o Microsoft Excel (um instrumento fundamental para a construção dos gráficos que reúnem os dados recolhidos). A utilização de dois programas distintos tem que ver com razões alheias à vontade do investigador e ao conhecimento limitado, sobretudo, em relação ao primeiro programa informático acima referido.

¹¹ Entende-se por imprensa de referência de âmbito nacional, aquela que está vocacionada para o tratamento de assuntos nacionais e internacionais, possuidora de um grupo estável de profissionais especializados, não ligados a uma orientação partidária ou religiosa. Cfr. **MESQUITA**, Mário e **REBELO**, José, *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Afrontamento, Porto, 1994, p. 14.

¹² Considera-se imprensa popular aquela que está mais vocacionada, sobretudo, para o tratamento de temas de carácter espectacular, através de abordagens emocionais. Cfr. **SPARKS**, Colin, “The Panic over Tabloid News”, in **SPARKS**, Colin e **TULLOCH**, John (eds), *Tabloid Tales: global debates over media standards*, Rowman & Littlefield Publishers, Londres, 2000, pp. 1-40.

A escolha deste tipo de análise tem que ver com o facto de permitir ao investigador proceder à elaboração de interpretações factuais que não partam do seu quadro de valores e representações culturais ou sociais. A análise de conteúdo é assim uma técnica que permite “tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade...”, além de permitir também incidir sobre “um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis”¹³. Através desta técnica será possível identificar determinadas características existentes em cada peça e encontrar pontos comuns entre elas.

Com isto, não se quer dizer que o presente trabalho de investigação se baseia apenas, na identificação de características e na descrição do seu conteúdo. Esta análise vai, sobretudo, permitir retirar conclusões e compreender o que essas características podem significar relativamente à forma como a imprensa escrita portuguesa retrata a realidade cabo-verdiana e com base na forma como os assuntos são tratados.

Além desta técnica, o investigador vai também ter em conta outras que poderão revelar-se bastante úteis na compreensão e análise do tema escolhido. Assim, neste trabalho, será também feita uma análise documental com base na recolha bibliográfica que sirva de enquadramento, contextualização e apoio teórico essencial para garantir as condições que permitam ao investigador desenvolver o tema em estudo; para além de uma análise de registos oficiais que ajudem o investigador a compreender e enquadrar dados obtidos, assim como da consulta de bases de dados de organismos públicos, como por exemplo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), cuja credibilidade parece ser inquestionável, tendo em conta o facto de ser uma instituição certificada pelo Estado Português, através do Ministério da Administração Interna, para dar execução à política de imigração e asilo de Portugal¹⁴.

Explanada já a metodologia de investigação que o investigador procurará seguir torna-se aqui fundamental definir a pergunta de partida que servirá de fio condutor para a investigação. É a partir dela que “o investigador tenta exprimir o mais exactamente

¹³ QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, 1992, pp. 224-225.

¹⁴Para mais informações consultar: http://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_de_Estrangeiros_e_Fronteiras

possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor”¹⁵, como referem Quivy e Campenhoudt. Por isso é fundamental apresentar, desde já, a pergunta formal.

Como foi acima referido, o investigador procura compreender a forma como a imprensa escrita portuguesa (através da análise do diário de referência *Diário de Notícias* e do jornal popular *Correio da Manhã*) retrata a realidade cabo-verdiana através da cobertura dos assuntos referentes àquele país.

Para essa análise, recorrer-se-á a um modelo de análise que se divide em duas partes. Uma primeira, mais estrutural, que permita fazer uma descrição e uma contextualização do problema em análise e uma outra, de carácter exploratório, através do tratamento das peças jornalísticas publicadas nos diários acima referidos. A principal pergunta desta investigação pode formular-se, então, da seguinte forma:

- Que tipo de “retrato” faz a imprensa escrita portuguesa da realidade de Cabo Verde?

Não obstante esta pergunta de partida, o investigador poderá sentir a necessidade de formular outras sub-questões que considere relevantes, sobretudo porque coadjuvantes, para a melhor compreensão do assunto em análise.

No que respeita ao modelo de análise a seguir neste trabalho de investigação, este é fundamental uma vez que se constitui como o “boneco”, a estrutura interna da investigação que permitirá ao investigador planejar o seu trabalho. Assim, é fundamental enunciar aqui os conceitos da variável independente e da variável dependente, bem como definir as hipóteses de trabalho.

No caso deste trabalho de investigação, o objecto de estudo que coincide com a variável dependente é o seguinte: a imagem de Cabo Verde transmitida na imprensa escrita em Portugal. Por seu lado, a variável independente definida pelo investigador para este trabalho de investigação é: a cobertura jornalística dos acontecimentos em Cabo Verde entre 1991 - 2011.

No caso das variáveis, como refere Marie-Fabienne Fortin, o “objectivo é determinar se a variável independente teve um efeito estatisticamente significativo sobre o valor da variável dependente”¹⁶. No que respeita à elaboração das hipóteses, estas são determinantes nos trabalhos de investigação dado que “são directrizes para uma

¹⁵ QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, Op. cit. **nota 13**, pp. 224 -225.

¹⁶ FORTIN, Marie-Fabienne, Op. cit., **nota 6**, p. 108.

pesquisa e definem-se como tentativas de explicações do fenómeno pesquisado, sendo formuladas como proposições”¹⁷, que deverão ser numa fase conclusiva do trabalho confirmadas ou infirmadas.

Como defendem Quivy e Campenhoudt, a passagem às hipóteses constitui uma “fuga para a frente”, na medida em que

“a «passagem» às hipóteses consiste precisamente em se precipitar sobre a recolha dos dados antes de ter formulado hipóteses de investigação...e em se preocupar com a escolha e a aplicação prática das técnicas de investigação antes mesmo de se saber exactamente aquilo que se procura e, portanto, para o que irão servir”¹⁸.

Enquanto “enunciado formal”, as hipóteses combinam “o problema e o objectivo numa explicação ou predição clara dos resultados esperados de um estudo”, implicando a verificação de uma teoria”¹⁹. Pode afirmar-se, nesse caso, que as hipóteses são, não obstante outras etapas do trabalho de investigação, uma espécie de linha condutora do pensamento do investigador, já que o orientam na pesquisa e balizam o âmbito da análise. Sobre esta questão, é fundamental referir que apesar de ter presente a discussão actual sobre a importância da definição de objectivos no trabalho de investigação, o investigador optou apenas por formular hipóteses de trabalho, mesmo até porque o debate em torno das hipóteses e dos objectivos permanece não tendo ainda sido alcançado o consenso no seio da comunidade académica.

Assim, seguindo a nossa linha de pensamento, e como refere Felipa Lopes dos Reis, as hipóteses de trabalho são importantes na medida em que:

- “permitem o julgamento objectivo de alternativas para tratar um dado problema;
- viabilizam o direccionamento da investigação, indicando o que deve ser pesquisado;
- permitem a dedução de formulações gerais e manifestações empíricas do objecto de pesquisa”²⁰.

Assim sendo, as hipóteses que o investigador procurou formular neste trabalho de investigação são as seguintes:

¹⁷REIS, Felipa Lopes dos, Op. cit., **nota 4**, p. 64.

¹⁸QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Op. cit, **nota 13**, p. 20.

¹⁹FORTIN, Marie-Fabienne, Op. cit., **nota 6**, p. 102.

²⁰REIS, Felipa Lopes dos, Op. cit., **nota 4**, p. 65.

Hipótese 1- Os jornalistas da imprensa escrita portuguesa “alimentam-se”, sobretudo, da “matéria- prima” emanada a partir de fontes primárias, ou seja, próximas do poder político instituído (elite governante), interessado em projectar uma dada imagem.

Hipótese 2- Na cobertura noticiosa, a imprensa portuguesa serve mais de veículo transmissor de mensagens das elites políticas cabo-verdianas do que de informador para aquela comunidade existente em Portugal (assim como para os próprios cidadãos portugueses), da realidade concreta de Cabo Verde.

Com estas hipóteses, o investigador procura compreender qual o retrato feito pela imprensa escrita portuguesa sobre Cabo Verde para o hiato temporal definido e com base na cobertura noticiosa dos dois meios de comunicação diários escolhidos.

No que às perspectivas de análise deste trabalho de investigação diz respeito, o investigador vai procurar desenvolver o seu trabalho tendo em vistas duas perspectivas da Ciência Política: a Perspectiva Institucionalista²¹ e a Perspectiva Funcionalista²². O recurso à primeira perspectiva tem que ver com o facto o investigador explorar no seu trabalho uma relação de forças entre o campo político e o campo mediático, duas realidades facilmente identificáveis que procuram manter o poder e a influência sobre a outra, por meio dos seus valores e ideias. Enquanto linha de pensamento, o Institucionalismo defende a compreensão da sociedade a partir das suas instituições formais e duradouras, do seu funcionamento e da sua efectividade, reiterando que cada sistema social desempenha uma série de funções (económicas, políticas, sociais, culturais) e dispõe de um conjunto de instituições específicas que visam regular o comportamento dos indivíduos. Nesta dissertação analisamos, essencialmente, duas das partes que integram o todo social, os meios de comunicação e o poder político, que por meio da sua acção tentam impor os seus ideais aos restantes membros da sociedade.

A Perspectiva Funcionalista é fundamental neste trabalho dado que num dos pontos da dissertação, o investigador vai procurar decodificar quais as funções desempenhadas tanto pelos meios de comunicação como pela política no sentido de procurarem garantir a capacidade para continuarem a exercer o poder, no seio da sociedade. Consideramos essencial explorar esta perspectiva na presente dissertação pelo facto desta linha de pensamento estudar a sociedade como um organismo cujas partes estão interligadas,

²¹Cfr. **MOREIRA**, Adriano, *Ciência Política*, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 68-72.

²² Idem, pp. 104-108.

entre as quais os meios de comunicação de massas, com uma contribuição essencial para a manutenção da ordem e da estabilidade social. Nessa lógica, compreendemos os *media* como aqueles que se relacionam entre os componentes indispensáveis da estrutura social e sem os quais a sociedade contemporânea não poderia prosseguir.

No seguimento desta última perspectiva, vamos também analisar as consequências da actividade dos *media* no seio da sociedade, que se manifestam através das funções (contribuem para a manutenção da ordem social) e das disfunções (quando são causadas interferências no sistema) com as quais os *media* são, frequentemente, confrontados e que iremos explorar com mais detalhe mais à frente neste trabalho de investigação. Em virtude de determinados interesses, de pressões e até mesmo de questões ligadas ao financiamento dos meios de comunicação social, nem sempre os profissionais da área conseguem assegurar a transmissão da informação de forma rigorosa. Os conteúdos noticiosos e mesmo a forma como estes são comunicados aos destinatários estão, muitas vezes, “dependentes do maior ou menor grau de disfuncionalidade”, como afirma Sandra Rodrigues Balão²³.

²³**BALÃO**, Sandra Rodrigues, “Comunicação e Globalização: Portugal e o Mar na definição da Política Global”, in **MARTINS**, Manuel Meirinho, *Comunicação e Marketing Político*, ISCSP.UTL, Lisboa, 2007, p.39.

CAPÍTULO I - As Questões Teóricas sobre a investigação dos *media*

1.1. As correntes clássicas de investigação no estudo dos *media*

O estudo dos meios de comunicação tem ganho, na actualidade, uma extrema relevância. Muitos são os autores que se debruçam sobre a investigação científica dos *media*. Como refere Nelson Traquina,

“a investigação científica sobre o jornalismo e as notícias constitui, hoje em dia, um dos campos de investigação mais férteis e efervescentes dentro do mais vasto campo do «media research» ou mesmo do «communication research»”²⁴.

A forma como os meios de comunicação produzem as notícias, como se relacionam com as fontes e com os poderes instituídos são, muitas vezes, o mote para o debate. E como se poderá verificar nesta contextualização, o consenso tem sido difícil de alcançar.

No entanto, a investigação em torno desta problemática não é recente. É sobretudo em finais dos anos ‘20, princípios dos anos ‘30, do século XX, que se intensificam os estudos nesta área, associados a cinco escolas de investigação: a de Chicago²⁵, onde têm início os estudos; a de Columbia²⁶, que dá ênfase às teorias da persuasão e de gratificação; a de Frankfurt²⁷ (de influência marxista), que se constitui como uma teoria crítica às anteriores socialmente baseada no crescimento da cultura de massas; a de Toronto²⁸ cuja atenção se centra no factor tecnológico, cujas principais referências académicas se centram nos trabalhos de Marshall McLuhan e a de Birmingham²⁹ que dá destaque aos estudos culturais e cuja teoria centra-se na assimilação e subordinação de elementos desviantes ou opositores da sociedade.

²⁴ **TRAQUINA**, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, 2ª Edição, Vega, Lisboa, 1999, p. 13.

²⁵ Cfr. **TOMASI**, Luigi, *The Tradition of the Chicago School of Sociology*, Ashgate Publishing Limited, Aldershot, 1998.

²⁶ Cfr. **MERTON**, Robert K., “Patterns of Influence. A Study of Interpersonal Influence and of Communications Behavior in a Local Community”, in **LAZARSFELD**, Paul e **STANTON**, Frank (eds.), *Communications Research 1948-1949*, Arno Press, Nova Iorque, 1949, pp. 180-219.

²⁷ Cfr. **HORKHEIMER**, Max, *Teoria crítica : uma documentação*, Coleção Estudos, Número 77, Editora Perspectiva, São Paulo, 1990.

²⁸ Cfr. **MCLUHAN**, Marshall, *The Gutenberg Galaxy. The Making Typographic Man*, University of Toronto Press, Toronto, 1997 [1ª Edição: 1962].

²⁹ Cfr. **HALL**, Stuart, *Representation: cultural representations and signifying practice*, Sage Publications, Londres, 1997.

É ainda na primeira metade do século XX, a partir dos anos ‘30, que as preocupações com o estudo do poder dos *media* ganham terreno, sobretudo por parte da classe política, das empresas que detêm a propriedade da imprensa e da opinião pública. Também a conjuntura da época, com a difusão da imprensa de massa, da rádio, da televisão e do cinema, a par da sua poderosa influência sobre a juventude dão ânimo aos investigadores para pesquisar sobre este objecto de estudo. Como refere João Pissarra Esteves:

“Embora ainda só de um modo difuso, começou então a tomar forma socialmente a consciência de uma íntima relação entre estes dois tipos de fenómenos, dando origem à constituição de uma preocupação consistente com os meios de comunicação, bem como ao reconhecimento, pela primeira vez e de forma clara, do enorme poder destes mesmos meios. É uma inquietação envolta por um clima de temor e de um certo mistério, mas também de uma profunda ignorância quanto aos meandros mais secretos do funcionamento dos novos meios de comunicação e aos limites do seu poder”³⁰.

Na escola de Chicago, a problemática está relacionada com o poder dos *media* e o seu consequente efeito sobre as massas. Numa abordagem positivista, os investigadores da Escola de Chicago têm um grande interesse pelos meios de comunicação enquanto instituições da sociedade. E é, sobretudo, o trabalho de Robert Park de 1925, num texto intitulado “A História natural do Jornal”, e em que o autor demonstra a sua preocupação com o papel desempenhado pela imprensa no contexto de uma cidade, entendida naquela altura como uma espécie de “laboratório social”, que marca este como o terreno de observação, por excelência, da escola de Chicago, sendo importante acrescentar o facto de se estar a trabalhar, na altura, sobre um campo desconhecido.

Esta primeira abordagem da Escola de Chicago abre, assim, caminho, nos anos ‘40 do mesmo século, à constituição das grandes teorias do estudo dos *media*. Nesta década, considerada crucial na investigação sobre os meios de comunicação, vários autores iniciam os estudos sobre os efeitos que naqueles eram produzidos. Elihu Katz, Gabriel Tarde e Harold Lasswell (1948) são os precursores dos estudos dos efeitos dos *media* sobre as massas. Estes autores dão, assim, o nome de “teoria dos efeitos ilimitados” dos *media* a esta corrente que defende que os efeitos dos meios de comunicação são totais e irreversíveis e atingem com eficácia cada elemento do público, com vista à obtenção de resultados específicos. Assim, é de destacar o modelo definido por Lasswell que explica

³⁰ ESTEVES, João Pissarra, *Comunicação e Sociedade. Os Efeitos Sociais dos Meios de Comunicação de Massa*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002, pp. 14-15.

que “uma forma adequada para se descrever um acto de comunicação é responder às perguntas seguintes: quem, diz o quê, através de que canal, com que efeito?”³¹

Ainda nesta escola, mas numa outra linha, Paul Lazarsfeld introduz o conceito de “efeitos limitados”, associado ao modelo de comunicação que ficou conhecido como *two step flow of communication* (fluxo de comunicação a dois níveis), em que os efeitos deixam de ser entendidos como sendo directos e exercidos apenas pelos *media*. No seu livro de referência, “The People’s Choice. How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign” de 1944, Paul Lazarsfeld³² apresenta um novo modelo de comunicação marcado pela mediação que os líderes de opinião e outros elementos dos grupos sociais desempenham entre os meios de comunicação e os restantes indivíduos de um grupo, na formação das atitudes políticas dos mesmos.

Um pouco mais tarde, já nos anos cinquenta, a pesquisa centra-se em procurar a ligação entre os *media* e a sociedade. Naquela década,

“a teoria funcionalista ocupa uma posição muito precisa que consiste na definição da problemática dos *mass media* a partir do ponto de vista da sociedade e do seu equilíbrio, da perspectiva do funcionamento do sistema social no seu conjunto e do contributo que as suas componentes (*mass media* incluídos) dão a esse funcionamento”,

refere Mauro Wolf³³. O trabalho de Charles Wright, um dos nomes mais conhecidos entre os investigadores que defendem esta teoria, demonstra, claramente, as ligações complexas estabelecidas entre os *media* e a sociedade. Na sua acepção, Wright, refere que o objectivo é articular as funções e as disfunções latentes e manifestas das transmissões jornalísticas, informativas, culturais e de entretenimento respeitantes à sociedade, aos grupos, ao indivíduo e ao sistema cultural³⁴.

Em contraponto à teoria dominante nos anos quarenta, esta pesquisa, inscrita na Escola de Columbia, já não defende os efeitos directos e irreversíveis dos *media*, dando antes destaque às interacções sociais dos receptores da mensagem e aos usos que os indivíduos dão aos *media*, pensando na satisfação das suas necessidades. Como afirma

³¹ LASSWELL, Harold D., “The Structure and Function of Communication in Society”, in SCHRAMM-ROBERTS(eds.), *The Communication of Ideas: A Series of Addresses*, Harper, Nova Iorque, 1972, p. 84. [Edição original: Bryson, L. (ed.), Harper, Nova Iorque, 1948].

³² Cfr. LAZARSFELD, Paul; BERELSON, Bernard e GAUDET, Hazel, *The People’s Choice. How the Voter Makes Up his Mind in a Presidential Campaign*. Columbia University Press, Nova Iorque, 1944.

³³ WOLF, Mauro, *Teorias da Comunicação*, Editorial Presença, Lisboa, 2006, p. 63.

³⁴ Cfr. WRIGHT, Charles, “Functional Analysis and Mass Communication”, *Public Opinion Quarterly*, Oxford Journals,(s/l), volume 24, 1960, pp. 605-620.

Wright, “mesmo que diferenciemos as necessidades das funções, é possível conceber, em termos funcionais, a satisfação das necessidades sentidas pelos indivíduos”³⁵. Estes estudos procuram, então, saber, “o que é que as pessoas fazem com os *mass media*?”, em vez de saber “o que é que os *mass media* fazem às pessoas?”.

1.2. As Abordagens Alternativas às Teorias Clássicas no estudo dos *media*

Face às teorias dominantes apresentadas, surgem a partir dos anos '60 do século XX as abordagens alternativas do estudo dos *media*. Fortemente influenciados por autores como Stuart Hall, em 1964, bem como Raymond Williams e Richard Hoggart, em 1990, os *estudos culturais*, desenvolvidos na escola de Birmingham alargam o âmbito da pesquisa a outras áreas do saber como a literatura, a história, a música e a arte, não limitando a investigação aos meios de comunicação. Os *estudos culturais* procuram, assim, fazer uma separação entre aquilo a que chamaram a “*má cultura*” dos anos '30, com a difusão da televisão e da rádio, e a “*alta cultura*”, mais direccionada para a música clássica, o jazz e o cinema, como esclarecem Stuart Hall e Paddy Whannel, em 1964, dois dos mentores destes estudos, no livro “*The Popular Arts*”³⁶. Com os estudos culturais, abandona-se a ideia do indivíduo isolado na massa e passa-se a dar destaque ao sujeito enquadrado na sociedade, enquanto espaço de partilha de hábitos, costumes e práticas sociais.

Nos anos setenta, mais concretamente em 1971, Gramsci estuda os *media* como o espaço de competição entre forças sociais, mais do que um veículo condutor dos ideais das classes dominantes. Introduzindo nos estudos dos *media*, a análise do poder, o autor compreende os meios de comunicação como lugar de mediações e de negociações entre forças sociais de diferentes quadrantes.

³⁵ **WRIGHT**, Charles, “Functional Analysis and Mass Communication Revisited”, in **BLUMLER**, J. e **KATZ**, E. (eds.), *The Uses of Mass Communications*, Sage Publications, Beverly Hills, 1974, p. 209. Consultado em 03 de Dezembro de 2011, às 15h 30. Disponível em: http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1085&context=asc_papers&sei-redir=1&referer=http%3A%2F%2Fwww.google.com%2Furl%3Fsa%3Dt%26rct%3Dj%26q%3Dfunctiona%25C3%25A7%2520analysis%2520and%2520mass%26source%3Dweb%26cd%3D1%26sqi%3D2%26ved%3D0CBsQFjAA%26url%3Dhttp%253A%252F%252Frepository.upenn.edu%252Fcgi%252Fviewcontent.cgi%253Farticle%253D1085%2526context%253Dasc_papers%26ei%3DXhbcTs2uHseg8gO_5NHaDQ%26usq%3DAFQjCNEpuRhkT732gsDkU1GT6iTfzGfgPA#search=%22functiona%C3%A7%20analysis%20mass%22.

³⁶ Para mais informações Cfr. **HALL**, Stuart e **WHANNEL**, Paddy, *The Popular Arts*, Pantheon Books, Nova Iorque, 1965.

Desde os anos oitenta até aos dias de hoje, a discussão, mais do que procurar saber quais os efeitos dos *media* ou quais os usos que os indivíduos dão aos média, centra-se em descodificar qual o poder dos *media* na sociedade. Kurt Lewin, em 1947, apresenta o conceito de *gatekeeper*, segundo o qual os meios de comunicação são entendidos como uma “cancela” ou como um “porteiro”, em que

“o conjunto das forças, antes e depois da zona filtro, é decididamente diferente de tal forma que a passagem, ou o bloqueio, da unidade através de todo o canal, depende, em grande medida, do que acontece na zona do filtro”³⁷.

É essa função dos *media* na sociedade que os investigadores procuram descodificar, no sentido de compreender o poder por eles exercido no seio da sociedade, com ênfase nos processos de selecção, de decisão e de transmissão da mensagem. Embora a Ética e a Deontologia da Comunicação determinem o rigor e a objectividade na prática jornalística, nem sempre se vêm cumpridos esses objectivos, pelo que, hoje, é fundamental compreender o papel desempenhado pelos *media* na produção de notícias sobre qualquer realidade.

Assim, assiste-se no decorrer do século XX às primeiras grandes mudanças no jornalismo, numa primeira fase relativamente à política e ao seu relacionamento com os actores políticos e, num segundo momento, no que respeita aos fenómenos ligados à indústria do entretenimento, ao “infotainment” e à “tabloidização”. Na verdade, é com o surgimento da televisão enquanto produto comercial que os investigadores começam a reflectir sobre estas questões. Mais tarde, mas ainda no mesmo século, como refere Pierre Bourdieu:

“... a televisão dos anos 90 visa explorar e lisonjear esses gostos para atingir a mais ampla audiência, oferecendo aos telespectadores produtos brutos, cujo paradigma é o talk-show, fatias de vida, exhibições cruas de experiências vividas, frequentemente extremas e capazes de satisfazer uma forma de voyeurismo e de exibicionismo...”³⁸.

É, então, com estas mudanças que surge um novo paradigma, no que respeita aos estudos dos *media*, que entende o Jornalismo como um “Quarto Poder”, na medida em que os meios de comunicação se têm tornado cada vez mais importantes na vida

³⁷LEWIN, Kurt, “Frontiers in Group Dynamics II: Channels of Group Life; Social Planning and Action Research”, **Human Relations**, (s/e), (s/l), volume 1, n.º. 2, 1947, p. 145.

³⁸BOURDIEU, Pierre, *Sobre a Televisão. Seguido de: A influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997, p. 68.

quotidiana dos indivíduos, à medida que as instituições tradicionais, os partidos políticos e as associações cívicas vão perdendo a sua força.

De facto, para investigadores como Pierre Bourdieu ou Patterson, em 2003³⁹, a aproximação do Jornalismo ao entretenimento está intimamente relacionada com a conquista de audiências que leva os meios de comunicação a produzir notícias mais leves, no sentido de não perder a afeição e fidelidade do público. Esta acepção do Jornalismo enquanto “Quarto Poder”, não é contudo recente. Já em 1977, McCombs e Shaw defendiam a teoria do *agenda-setting* que pode ser resumida da seguinte forma: “a capacidade dos *media* em influenciar a projecção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos *mass media*”⁴⁰.

Na verdade, esta teoria do *agenda-setting* vem ao encontro daquilo que defendem os investigadores do campo da Ciência Política que entendem o Jornalismo numa acepção normativa, ao serviço dos ideais democráticos e da própria Democracia. Donsbach, em 2004⁴¹, trabalhou sobre esta questão afirmando que definir o jornalismo normativamente terá conduzido a uma “manipulação normativa na investigação sobre comunicação”, na medida em que encarava o jornalismo como um campo dotado de uma missão pública vital para o funcionamento da Democracia.

Também Grisprud partilha esta visão normativa do jornalismo ao definir como seu objectivo central “a produção e distribuição de informação séria e o debate dos principais assuntos sociais, políticos e culturais”⁴².

Por outro lado, e contrariando esta teoria, investigadores como Mário Mesquita defendem hoje a noção de uma crise do poder dos *media* na sociedade contemporânea, pensando no Jornalismo mais como um “Contra-Poder” à luz dos seus equívocos e antagonismos. Para muitos investigadores, a crescente dependência dos meios de

³⁹ **PATTERSON**, Thomas, *Tendências do Jornalismo Contemporâneo - Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia*, *Media & Jornalismo*, MinervaCoimbra (2), Coimbra, 2003, pp. 19-47.

⁴⁰ **MCCOMBS**, Maxwell e **SHAW**, Donald, “The Agenda-Setting Function of the Press”, in **SHAW**, Donald e **MCCOMBS**, Maxwell (eds.), *The Emergence of American Political Issues: The Agenda-Setting Function of the Press*, West Publishing Co, St. Paul, 1977, p. 7.

⁴¹ Cfr. **DONSBACH**, W, *Psychology of news decisions. Journalism*. Sage Publications, Londres, 2004, volume 5, nº2, p. 131.

⁴² Cfr. **GRISPRUD**, J. “Tabloidization, Popular Journalism, and Democracy”, in *Tabloid Tales*, (eds.) Colin Sparks and John Tulloch, Rowman and Littlefield Publishers, Maryland, 2000, p. 294.

comunicação face ao poder político e o próprio peso do Jornalismo no seio da sociedade são alguns dos factores que levam autores como Hannah Arendt, em 1971⁴³, a pôr em causa a legitimidade do Jornalismo como um “Quarto-Poder”.

Para Hannah Arendt, as instituições de uma determinada sociedade apenas têm legitimidade quando contam com o apoio do povo e, em Democracia, o exercício do poder político resulta da vontade expressa pelos cidadãos, através do exercício do direito de voto em eleições livres, pelo que o poder dos *media* não poderá ser colocado ao nível dos três principais poderes na Democracia: os poderes executivo, legislativo e judicial. Na actualidade, a investigação centra-se, assim, nesta problemática e na procura de respostas para o papel desempenhado pelos meios de comunicação no seio da sociedade.

1.3. Os *media* “ontem e hoje”. Que futuro esperar?

É indiscutível a contribuição que as abordagens anteriormente apresentadas deram aos estudos dos *media*, permitindo não apenas uma melhor compreensão do processo de produção noticiosa mas também do papel desempenhado pelos meios de comunicação na sociedade. Estas teorias permitiram aos investigadores perceber as diferentes funções que o jornalismo desempenhou ao longo do tempo, passando de um jornalismo institucional para o jornalismo funcional, ao serviço da sociedade, e depois para um jornalismo normativo de que trata Zelizer, em 2004, e segundo o qual, aos olhos da Ciência Política, os meios de comunicação não são mais do que órgãos que espelham os valores e os ideais da sociedade democrática, visando servir melhor o público, de acordo com os princípios que regem as democracias⁴⁴.

Nas sociedades contemporâneas, com a globalização e o desenvolvimento tecnológico, o processo de produção noticiosa complexificou-se pelo que se torna limitado recorrer-se apenas às correntes apresentadas para responder aos novos desafios dos meios de comunicação e da própria democracia de massas. Nos dias de hoje, mais do que informar, os *media* têm um papel fundamental na construção e na representação de realidades. Os *media* tentam, de determinada maneira, como defende Sandra Rodrigues

⁴³ Cfr. ARENDT, Hannah, *Sobre a Revolução*, Moraes Editores, Lisboa, 1971.

⁴⁴ Cfr. ZELIZER, Barbie, *Taking Journalism Seriously*, Sage Publications, California, 2004, pp. 145-161.

Balão, “preparar as mentes para a aceitação da homogeneização como via para a uniformização, em termos dominantes, e como algo perfeitamente natural”.

Seguindo ainda a linha de pensamento desta autora, podemos afirmar que “[...] na base da estratégia encontramos um discurso construído de modo a ir ao encontro das expectativas, necessidades, ansiedades, convicções e *sonhos* das pessoas, sempre com uma argumentação dotada de uma *roupagem* que se apresenta sob a forma lógico-racional *sinónimo* de credibilidade”⁴⁵.

Segundo João Pissarra Esteves, “as notícias não espelham a sociedade. Ajudam a constituí-la como um fenómeno social partilhado, dado que no processo de descrição de um acontecimento, as notícias definem e moldam esse acontecimento”⁴⁶. Os meios de comunicação deixaram de ser meros transmissores de informações e passaram a ser determinantes no que respeita à capacidade de determinar os temas sobre os quais se deve pensar e que têm interesse mediático, o chamado *agenda-setting*, já definido anteriormente.

Hoje, mais do que no passado, “as notícias e os valores destas estão cada vez mais estreitos, mais sensacionais e mais trivializados”⁴⁷, em parte, devido à necessidade de atingir públicos mais vastos e de responder às novas exigências dos cidadãos e do próprio mercado da comunicação. De facto, é com a necessidade de transmitir o maior número de informações no mais curto espaço de tempo que surge a grande mudança.

Como afirma Dominique Wolton:

“O triunfo da informação é a consequência de uma dupla mudança: o alargamento do campo da política, associado à vitória da democracia, e os progressos fantásticos no plano técnico, que se reflectem na produção, na difusão e na recepção da informação. Toda a dificuldade reside nesta dupla mudança, política e técnica, sendo que nenhuma delas existiria sem a outra. As alterações técnicas na informação permitiram a realização dos sonhos mais audaciosos, dando ao cidadão os meios para saber o que se passa o mais rapidamente e o mais completamente possível – por toda a parte (ou quase) e em directo”⁴⁸.

⁴⁵BALÃO, Sandra Rodrigues, *Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*. Uma visão analítica, ISCSP, Lisboa, 2008, p. 43. (Tese de Doutoramento).

⁴⁶ESTEVES, João Pissarra, Op. cit., nota 30, p. 92.

⁴⁷CURRAN, James e SEATON, Jean, *Imprensa, Rádio e Televisão. Poder sem Responsabilidade*, Instituto Piaget, Lisboa, 2001, p. 11.

⁴⁸WOLTON, Dominique, “As contradições do Espaço Público Mediatizado”, in MESQUITA, Mário (org.), *Comunicação e Política*, Edições Cosmos, Lisboa, 1995, p. 169.

É com esta reviravolta que os investigadores dos *media* iniciam a procura de respostas para justificar aquilo a que hoje se dá o nome de “Quarto Poder”. São vários os investigadores a defenderem esta teoria, partindo do princípio da autonomia dos meios de comunicação para construir a realidade e seleccionar aquilo que tem interesse para os indivíduos e que constitui, por isso, notícia. Como defende Gaye Tuchman:

“dizer que a notícia é uma ‘estória’ não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade selectiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente”⁴⁹.

É graças a esta capacidade de construir a realidade e à existência de um código de linguagem próprio que os meios de comunicação têm conquistado o estatuto de “Quarto Poder”, embora seja um quarto poder não legitimado pelo povo tal como os poderes executivo, legislativo e judicial que resultam da vontade dos cidadãos. Uma ideia desenvolvida no pensamento de Alain Minc que afirma:

“Durante muito tempo os políticos sonharam domesticar os *media* e fazer deles auxiliares, voluntários ou não, do seu poder; actualmente, cheios de medo, receiam tocar nas regras do sistema mediático, como se viessem a ser, por um simples efeito de boomerang, as primeiras vítimas das suas próprias iniciativas. Estranha relação a que une estes dois poderes, o político e o dos *media*: um oficial, o outro oficioso; um tutelar, o outro, sugestivo; um glorioso, o outro sentencioso. É uma relação sado-masoquista. Não lhe falta nenhum dos componentes da doença: a sedução, o domínio, a dependência, a alienação”⁵⁰.

Ainda que não seja um poder dito “oficial”, na medida em que não é legitimado directamente pelo povo, pode verificar-se, através da prática jornalística, que ao construírem determinada realidade e criarem interpretações próprias e comuns, os profissionais do jornalismo estão a criar uma autonomia dos meios de comunicação, muito pouco explorada nos primeiros trabalhos dos estudos dos *media*. Como defende Fernando Correia, os *media* “possuem uma lógica própria, funcionam segundo uma cadeia de produção, que entre outros aspectos relevantes, impõe uma concepção do

⁴⁹ **TUCHMAN**, Gaye, “A objectividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas”, in **TRAQUINA**, Nelson (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1999, p. 262.

⁵⁰ **MINC**, Alain, *O Choque dos media*, Quetzal Editores, Lisboa, 1994, p. 139.

tempo muito mais rápida do que a dos gabinetes dos conselhos de administração ou dos ministérios”⁵¹.

E é graças a esta ideia que Nelson Traquina afirma que

“torna-se insustentável negar o papel activo que os jornalistas exercem na construção da realidade social. Só a cegueira provocada pela ideologia jornalística pode explicar que alguns jornalistas insistam em pretender que o seu trabalho se limite à identificação dos factos e à simples recolha e transmissão de «relatos»”⁵².

Na verdade, são os *media* que definem a agenda mediática das sociedades actuais, “mas também os critérios jornalísticos, os ângulos e as formas de abordagem, assim se criando uma uniformidade informativa, e também política, ideológica e cultural, ditada pelos grandes media e pelos interesses que os comandam”⁵³. Não é por acaso que aquilo que está fora dos meios de comunicação social não existe, independentemente do seu grau de importância no seio da sociedade.

Como afirma Sandra Rodrigues Balão,

“num mundo cuja construção, manutenção e transformação assentam nas imagens, os meios de comunicação social em geral assumem, por isso, um papel facilitador fundamental. A capacidade de difundir a Cultura dominante, bem como o quadro de valores associados à Religião hegemónica e à Língua do *Império* depende, claramente, da existência dos meios adequados e mais capazes de assegurarem que a mensagem é transmitida de forma a atingir o público-alvo”.

No seguimento do pensamento desta autora,

“[...] o mundo da globalização é feito de múltiplas imagens que se sobrepõem e se multiplicam incessante e repetitivamente de modo a assegurar a manutenção e o adequado desenvolvimento de um sistema que, de forma ininterrupta alimenta o nosso subconsciente, contribuindo para a criação de um mundo que, em muitos casos, é apenas uma construção individual que, multiplicada por *n* indivíduos que por ele são influenciados, resulta numa imagem genérica, mas muito difusa, do *Mundo* em que vivemos”⁵⁴

Nas sociedades contemporâneas, a realidade é aquilo que está contemplado nos meios de comunicação. Tudo o que está para além disso não existe. É graças à capacidade de os meios de comunicação funcionarem como elo de ligação entre os cidadãos e a

⁵¹ **CORREIA**, Fernando, *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*, Editorial Caminho, Lisboa, 2006, p. 112.

⁵² **TRAQUINA**, Nelson, *O Poder do Jornalismo*, Minerva Coimbra, Coimbra, 2000, p. 42.

⁵³ **CORREIA**, Fernando, Op. cit., **nota 51**, p. 92.

⁵⁴ **BALÃO**, Sandra Rodrigues, Op. cit., **nota 45**, pp. 320-321.

realidade que estes têm o poder de determinar os temas sobre os quais os indivíduos devem pensar, configurando, assim, uma visão da realidade que nos rodeia.

No entanto, não têm faltado críticas a esta corrente dos meios de comunicação, sobretudo no que respeita à responsabilidade social dos *media*. O facto de os meios de comunicação terem como um dos principais objectivos a conquista de audiências, tem levado a um certo descuro no que respeita à sua responsabilidade cívica e, em certos casos, a uma falta de rigor. Para Minc, “a informação espectáculo conquistou o poder porque conseguiu conjugar a legitimidade democrática da qual a informação é hoje em dia sinónimo, às incríveis perspectivas oferecidas pela técnica e a pressão do mercado”⁵⁵.

Como defende Isabel Ferin Cunha,

“como é de conhecimento geral, os *media* ou os Meios de Comunicação Social, como ainda se ousa chamar, são, hoje em dia em Portugal, e no mundo, grandes empresas com capitais internacionalizados, propriedade de grupos económicos diversificados. Estas empresas acompanham a tendência da economia e das finanças globalizadas no sentido de uma crescente concentração e fusão de interesses”⁵⁶.

A necessidade de responder às exigências comerciais e económicas nem sempre ajudam os profissionais dos meios de comunicação a exercer o seu papel de informar os cidadãos com rigor e objectividade pelo que, por vezes, as notícias ditas “sérias” têm sido substituídas pelo entretenimento ou pelo “fait-divers”, com o simples intuito de vender. Não obstante isso, o peso da publicidade sobre os *media* constitui uma marca da sua dependência face ao poder económico e à lei do mercado.

Nesse sentido, podemos afirmar que

“[...] apesar de a democracia ter vindo, progressivamente, a ser *adoptada* em quase todo o mundo, temos vindo a assistir à sucessiva concentração no seio dos *media*. Por isso, a sua propriedade e financiamento continuam claramente associados às mãos de uma pequena oligarquia e submissos aos diversos poderes instituídos”⁵⁷.

⁵⁵ MINC, Alain, Op. cit., **nota 50**, p. 116.

⁵⁶ CUNHA, Isabel Ferin, “Das Imagens dos Media aos Media: Fragmentos do Espaço Lusófono”, **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, volume 3, nº. 1, 2005, p. 14. Disponível em: <http://ojs.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/view/1179/972>. Consultado em 20/12/2011, às 15h30.

⁵⁷ BALÃO, Sandra Rodrigues, Op. cit., **nota 45**, p. 323.

Dáí que muitos pensadores defendam a ideia de uma certa desresponsabilização social não apenas na selecção como também no tratamento dos assuntos. Segundo James Curran e Jean Seaton,

“existem menos fontes de informação alternativa, enquanto o controlo dos media se tem concentrado em cada vez menos mãos. Ao mesmo tempo, a imprensa, a rádio e a televisão tornaram-se menos responsáveis”⁵⁸.

Pierre Bourdieu, em 1997, é um dos mais acérrimos críticos do papel desempenhado pelos *media* na Democracia. Debruçando-se sobre a televisão, em específico, o autor defende que esta constitui um perigo para as diferentes áreas da produção cultural, da literatura, da arte. Segundo Bourdieu, o perigo advém da manipulação e da instrumentalização que aquele meio faz, tendo em atenção que em muitos casos a televisão constitui-se como única fonte de informação dos telespectadores, fornecendo-lhes uma informação superficial, afastando-as, desse modo, do exercício dos direitos democráticos.

É nesse sentido que se deve ter em atenção o papel desempenhado pelos *media* na construção da realidade social, pois, em muitos casos, esses são as fontes imediatas de informação de um grande número de indivíduos. Nuno Goulart Brandão, refere, ainda em relação à televisão, que esta deve “considerar o público mais do que um simples consumidor, ou seja, considerá-lo sobretudo como um cidadão, incentivando a procura constante da qualidade e da inovação”⁵⁹. Apesar de na dissertação de Mestrado que o investigador se propõe defender se proceder à análise de peças noticiosas publicadas apenas na imprensa escrita, esta é uma ideia transversal à generalidade dos meios de comunicação.

Assim, mais do que valorizar o espectáculo e o entretenimento, seria importante que os *media* procurassem assegurar, sobretudo, o rigor na transmissão da mensagem não visando apenas a maximização das audiências, pois só com meios de comunicação rigorosos, que valorizem os cidadãos, é que estes poderão exercer a plenitude da sua cidadania. Mas, para tal não basta que os *media* exerçam um jornalismo responsável, tornando-se igualmente necessário que os cidadãos ganhem também consciência do seu

⁵⁸ CURRAN, James, SEATON, Jean, Op. cit., nota 47, p. 13.

⁵⁹ BRANDÃO, Nuno Goulart, *O Espectáculo das Notícias. A televisão generalista e a abertura dos telejornais*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002, p. 13.

papel na sociedade e, sobretudo, que se eduquem para serem capazes de produzir juízos de facto sobre os acontecimentos representados nos *media*.

Esse poderá ser o ponto de equilíbrio que falta na balança da Democracia. Hoje mais do que nunca, é urgente, como refere Ostrogorski, citado por Sandra Rodrigues Balão, “uma forte aposta na educação das massas – e, em especial, na sua educação política”⁶⁰, no sentido de os públicos serem capazes de decodificar as mensagens transmitidas pelos *media* não se limitando a “consumir” os produtos veiculados pelos meios de comunicação. Só assim os indivíduos poderão tornar-se mais esclarecidos, dotar-se de uma visão crítica em relação à realidade e questionar a construção dos acontecimentos feita pelos *media*.

Tanto no passado como hoje, a educação política dos cidadãos tem-se revelado num elemento chave para a mudança. Uma mudança para libertar os indivíduos da ignorância, essencialmente política, a que até então estavam destinados. Os valores de liberdade e de igualdade associados à Democracia (pelo menos em termos teóricos) impõem essa necessidade de mudança, de renovação social e política que permitirá à Democracia sê-lo, verdadeiramente.

Embora a linha de análise definida para este trabalho de investigação esteja direccionada para o papel desempenhado pelos *media* na construção da realidade, mais concretamente do papel da imprensa escrita portuguesa na construção da realidade cabo-verdiana, o investigador não pode ignorar a importância dos cidadãos na sociedade nem a forma como estes se relacionam com os meios de comunicação e com a própria Democracia. Nas sociedades contemporâneas, os cidadãos são elementos fundamentais já que são eles quem atribui e garante a legitimidade ao regime democrático e é para eles, à partida, que os *media* “trabalham”.

⁶⁰ **BALÃO**, Sandra, *A Fórmula do Poder. Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política no Pensamento de Moisei Ostrogorski*, ISCSP, Lisboa, 2001, p. 236.

CAPÍTULO II - O Jornalismo e os Jornalistas

2.1. Dois modelos de Jornalismo

No capítulo anterior fizemos uma abordagem às escolas de investigação sobre os *media* procurando entender as teorias que fundamentaram os estudos sobre os meios de comunicação durante todo o século XX. Numa visão mais sociológica e mesmo histórica procurou-se compreender de que forma o Jornalismo, num sentido amplo, influenciou inicialmente os indivíduos e a própria sociedade. Neste capítulo continuaremos a fazer uma análise do Jornalismo, mas num sentido mais restrito, focando-nos no seu enquadramento profissional, tendo por base as práticas da actividade jornalística e as suas implicações dentro do próprio meio, sobretudo, em relação aos seus profissionais.

Na verdade, a interpretação que se faz hoje do Jornalismo é substancialmente diferente da visão tradicional. Se, no passado, o Jornalismo não era entendido enquanto ciência social autónoma, hoje algo de bem diferente se passa, pelo que já há muitos investigadores a reivindicarem a emancipação do Jornalismo enquanto ciência social, dado o lugar central que ocupa no seio das sociedades contemporâneas e a especificidade das suas características. Para Nelson Traquina,

“[...] os jornalistas têm uma maneira própria e particularmente sua de sentir o tempo, obsessiva e frenética. Certamente, outra expressão crucial da cultura jornalística é a sua maneira própria de agir, a sua maneira própria de falar e a sua maneira própria de ver o mundo”⁶¹.

Um discurso e uma lógica próprios, assim como a capacidade de construir a realidade são igualmente apresentados como argumentos de sustentação à tendência que considera justificado o direito de o Jornalismo ser estudado autonomamente.

É nesse sentido que podemos falar de dois modelos de Jornalismo (que serão pormenorizadamente descritos adiante), um de natureza anglo-americana, com destaque para a pesquisa sobre o *gatekeeping* (que sublinha a importância da recolha e da selecção das notícias e posterior transmissão) e outro modelo de natureza mais europeia, com destaque para o modelo francês preocupado com a ética e com a profissionalização dos jornalistas.

⁶¹ **TRAQUINA**, Nelson, *Jornalismo*, Colecção «O que é», Quimera Editores, Lisboa, 2002, p. 161.

Como certifica a História, é nos princípios do século XVII que nasce o jornalismo moderno, como resultado de tertúlias e conversas mantidas em “locais públicos, como os botequins em Inglaterra, e mais tarde os *pubs*, ou “casas públicas”⁶², na América. Das informações trazidas pelos viajantes resultavam registos em livros que eram posteriormente colocados nas extremidades dos balcões dos bares. E assim, nascia também, aquilo a que chamaram opinião pública. Nessa altura, o jornalismo era ainda encarado com uma actividade lúdica, geralmente associada às grandes tertúlias e aos grandes salões culturais.

Na realidade, na imprensa anglo-americana, que se constitui como a génese do Jornalismo moderno, o jornalista de investigação é a principal figura de destaque, visto quase como um herói: ele tem o papel de procurar as histórias, de descobrir os escândalos e de confrontar os “vilões” com o seu feito, mas sem grandes preocupações de objectividade e rigor. Como refere Sandra Rodrigues Balão, citando Ostrogorski, “o pequeno jornal local era um dos mais poderosos instrumentos a que a Máquina recorria para manter a opinião pública «inconsciente» em relação à realidade dos factos”⁶³. Encarando o Jornalismo como uma actividade literária e por vezes subjectiva, a imprensa anglo-americana não vê o Jornalismo como uma profissão, mas sim uma actividade socialmente valorizada, culta, quase doutrinária.

Como defende Michael Schudson⁶⁴, o jornalismo anglo-americano concede um grande lugar à subjectividade e a comunicação dos factos é fortemente pautada pelas descrições. Também o facto de o Jornalismo anglo-americano ter ganho o estatuto de actividade empresarial não ajudou à autonomia da imprensa face ao poder político e económico.

Nos finais do século XIX, os chamados “barões” da imprensa foram os primeiros a constituir grupos de comunicação social extremamente poderosos, a nível económico. A questão é que esses mesmos barões de imprensa estavam muito próximos da esfera política e, muitas vezes, condicionados pela “máquina” política. O retrato que Sandra Rodrigues Balão faz da política na América nessa época, e tendo por base o estudo do pensamento de Moisei Ostrogorski, é que

⁶² KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, *Os Elementos do Jornalismo. O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*, Porto Editora, Porto, 2004, p. 20.

⁶³ BALÃO, Sandra, Op. cit., nota 60, p. 183.

⁶⁴ Cfr. SCHUDSON, Michael, *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*, Basic Books, Nova Iorque, 1978, pp. 144-148.

“o partido surge como um usurpador da soberania popular, impermeabilizando-a progressivamente a qualquer influência anti-partidária, enquanto o papel da imprensa e das associações tenderia a deixar de fazer sentido, muito rapidamente”⁶⁵.

Embora o interesse económico destes “barões” da imprensa ocupasse um lugar central, a verdade é que os interesses políticos e partidários também não eram descurados, não permitindo o desenvolvimento de uma imprensa verdadeiramente livre devido, em parte, a essa subserviência à esfera política. Não estando manifesta, a censura e o controlo eram exercidos de forma latente, acrescentando que essa censura era, muitas vezes, manifesta devido às questões associadas ao financiamento por via da publicidade e também das próprias máquinas partidárias que detinham a propriedade desses *media* (sobretudo da imprensa escrita).

“A própria opinião pública, uma das mais eficazes formas de pressão do sistema político, não só era esclarecida como, sobretudo, era vergonhosa, mas habilmente manipulada pela máquina que, por sua vez, era poderosamente secundada pela imprensa «do partido»”, refere Sandra Balão⁶⁶. Assim, os meios de comunicação funcionavam como poderosos instrumentos para manter a opinião pública de acordo com os interesses dos grandes empresários e dos próprios partidos.

Daí que na imprensa anglo-americana, se tenha acentuado a importância daquilo que mais tarde foi designado *gatekeeping*, por Kurt Lewin, em 1947, e de acordo com o qual os meios de comunicação funcionam como uma espécie de “porteiro” ou “cancela” cujo principal objectivo passa por filtrar as informações a serem transmitidas para a opinião pública.

Nesta linha, como refere José Rebelo,

“mais do que um mero seleccionador de ocorrências, susceptíveis de conversão em notícias (operação habitualmente atribuída aos jornalistas), o *gate-keeper* é o gestor do processo de adaptação das notícias às reacções suscitadas pela respectiva difusão. É o agente regulador dos *media*”⁶⁷.

No modelo francês, a vontade de atribuir ao Jornalismo um estatuto profissional justifica as preocupações com a ética, com o rigor e com a objectividade. Apesar de o

⁶⁵Não esquecendo que a liberdade de Imprensa estava consolidada nos Estados Unidos desde 1971 e na Grã-Bretanha desde 1830, a este propósito Cfr. **BALÃO**, Op. cit. **nota 60**, p. 180.

⁶⁶Idem, p. 180.

⁶⁷**REBELO**, José, *O Discurso do Jornal. O como e o porquê*, 2ª Edição, Editorial Notícias, Lisboa, p. 36.

Jornalismo francês ser, marcadamente, político, ele também marca a diferença em relação ao modelo anglo-americano. Como defende Érik Neveu⁶⁸, na obra “Sociologie du Journalisme”, é sobretudo a partir da primeira Guerra Mundial que se torna essencial institucionalizar a profissão de Jornalista, não apenas para reabilitar moralmente a profissão, mas também para estabelecer a diferença entre os profissionais que ganham a vida enquanto jornalistas (fazendo dessa a sua actividade principal) e aqueles que fazem do Jornalismo uma actividade meramente lúdica e associada ao poder político.

Aliás, é para garantir não apenas os direitos, mas sobretudo os deveres dos Jornalistas que é escrita, em 1918, a “Carta Deontológica”⁶⁹ do jornalista que lhe confere o estatuto profissional com o objectivo de criar um grupo profissional orientado por regras e códigos éticos e deontológicos. É também em França, em 1924, que é criada a primeira escola de Jornalismo, em Lille.

Em 1935, o Parlamento francês vota o primeiro estatuto dos jornalistas no qual são definidos critérios considerados essenciais para salvaguardar não apenas a profissão, como também os próprios jornalistas, reconhecendo-lhes qualidade e autonomia, ao mesmo tempo que contempla a exclusão de todos aqueles que pretendam aceder à profissão sem possuírem a habilitação para exercerem a profissão, nomeadamente professores, escritores, pensadores e até mesmo comerciantes.

É, de facto, esta “revolução” que diferencia o modelo francês de Jornalismo do modelo anglo-americano e que está na origem do Jornalismo tal como ele é visto hoje nas sociedades contemporâneas e como é exercido pelos seus profissionais. No modelo francês, apesar da forte componente “comercial” estar ainda presente, institucionaliza-se a necessidade de verificação das notícias, toma-se consciência da importância das fontes e, sobretudo, faz-se a separação entre aquilo que são os factos e aquilo que é a interpretação, a opinião e o comentário.

É nesta altura que os investigadores começam a compreender a oposição de forças que se estabelece entre o campo político e o campo jornalístico. O Jornalismo não se limita apenas a servir os interesses políticos, tenta antes impor a sua própria lógica aos outros campos. Para Bourdieu, o campo jornalístico é um campo autónomo, estruturado e que se organiza de acordo com regras próprias. O autor descreve-o mesmo como um

⁶⁸ Cfr. NEVEU, Érik, *Sociologie du Journalisme*, La Découverte, Paris, 2001.

⁶⁹ Idem, pp. 15-18.

microcosmos, pelo que não pode ser entendido por factores externos ao seu próprio campo. Para o autor, o campo jornalístico é fortemente influenciado por factores económicos e comerciais, mas impõe ao mesmo tempo, aos outros campos, constrangimentos estruturais⁷⁰.

Continuando a acompanhar o pensamento de Bourdieu, embora a eficiência do campo jornalístico seja efectuada

“quase sempre através das acções de pessoas singulares, os mecanismos de que o campo jornalístico é o lugar e os efeitos que eles exercem sobre os outros campos são determinados na sua intensidade e na sua orientação pela *estrutura* que o caracteriza”⁷¹.

Assim, embora o campo jornalístico tenha ganho alguma autonomia face ao poder político e tenha mesmo sido capaz de impor os seus constrangimentos estruturais a outros campos, é também verdade que o campo jornalístico não tem sempre conseguido livrar-se dos constrangimentos do poder económico estando cada vez mais “sujeito às exigências do mercado”. De facto, Pierre Bourdieu salienta que:

“Para compreender como o campo jornalístico contribui para reforçar, no seio de todos os campos, o “comercial” em detrimento do “puro”, os produtores mais sensíveis às sedução dos poderes económicos e políticos à custa dos produtores mais aplicados em defender os princípios e os valores da “profissão”, é preciso de uma só vez perceber que ele se organiza segundo uma estrutura homóloga à dos outros campos e que nele o peso do “comercial” é muito maior”⁷².

2.2. Ética e Deontologia do Jornalismo

Chegamos então às questões sensíveis da Ética e da Deontologia. Mas é impossível falar de ética e deontologia do Jornalismo sem antes encontrarmos uma resposta à pergunta: “O que é o Jornalismo?”. Embora não gere consenso, este é um conceito que já muitos investigadores tentaram operacionalizar. Para Nelson Traquina, é quase impossível definir “o que é o Jornalismo” num livro e muito menos numa frase. No entanto, o autor apresenta sugestões do que possa ser o Jornalismo. Desde logo identifica o Jornalismo como uma “actividade intelectual” de construção da realidade, recusando-se a reduzir tanto o Jornalismo como as próprias notícias a um negócio ou

⁷⁰ Cfr. BOURDIEU, Pierre, Op. cit. nota 38, pp. 77-81.

⁷¹ Idem, p. 109.

⁷² Idem, *ibidem*, p. 104.

simples mercadoria, dada a importância das suas responsabilidades no seio da sociedade.

Nesse sentido, o autor entende o Jornalismo “como a realidade, mas uma realidade muito selectiva, construída através dos óculos dos profissionais do campo jornalístico, que reivindica o monopólio de um saber, a definição e construção das notícias”⁷³. Para Traquina, “o jornalismo são *estórias* acerca da vida, das estrelas, das tragédias, dos espectáculos dos congressos partidários...”⁷⁴.

E é precisamente devido a esta responsabilidade social imputada ao Jornalismo e também por uma necessidade de lhe conferir legitimidade que se tornou fundamental criar um código deontológico de orientação para os profissionais do campo jornalístico no qual estão patentes os seus deveres como profissionais. De acordo com Mário Mesquita:

“A deontologia apresenta-se, de certo modo, como uma espécie de «contrato» proposto pelos jornalistas, enquanto categoria profissional, aos seus públicos. Perante o contraste entre a fragilidade do jornalismo e as exigências de «objectividade» dos públicos, os profissionais propõem-se respeitar um certo número de procedimentos no plano da investigação e da produção do texto, entre os quais se inclui a convenção de separar com rigor notícias e comentários”⁷⁵.

O jornalista enquanto profissional tem a missão de olhar para o mundo com espanto, ter a capacidade de ler aquilo que nele se passa e de contar aos outros aquilo que eles não vêem, não perdendo de vista os valores de verdade, liberdade e autonomia, intrínsecos à profissão. Segundo a Constituição da República Portuguesa,

“a liberdade de imprensa implica a liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores literários, bem como a intervenção dos primeiros na orientação ideológica dos órgãos de informação não pertencentes ao Estado ou dos partidos políticos, sem que nenhum outro sector ou grupo de trabalhadores possa censurar ou impedir a sua livre criatividade”⁷⁶.

Como refere Mário Mesquita:

“A margem de autonomia do jornalista é diversa consoante as organizações empresariais em causa e o compromisso estabelecido entre os jornalistas e a empresa, mas existe sempre uma esfera de decisão que passa pela competência profissional e pela consciência

⁷³TRAQUINA, Nelson, Op. cit. **nota 61**, p. 209.

⁷⁴Idem, p. 211.

⁷⁵MESQUITA, Mário, *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, 2ª Edição, Colecção Ciências da Comunicação, MinervaCoimbra, Coimbra, 2004, p. 211.

⁷⁶Constituição da República Portuguesa, Assembleia da República, 1977, p. 30.

individual do jornalista. Não sendo uma profissão liberal, o jornalista possui uma área de autonomia e não é legítimo que se demita de exercê-la ou que faça de conta que não a exerce”⁷⁷.

Os jornalistas não são apenas informadores. Têm uma missão social, um compromisso para com os cidadãos que lhes confere uma grande responsabilidade no seio da sociedade. Como refere Fernando Correia, “hoje mais do que nunca, se torna necessário actualizar e dar nova vida ao conceito de *responsabilidade social dos media*, do jornalismo e dos jornalistas”⁷⁸.

Mais do que ser um mero transmissor de informações, o jornalista tem a missão de desempenhar o papel de actor da mudança disponibilizando os instrumentos básicos às pessoas para que elas pensem o mundo, tornando o público mais inteligível. Como defendem Bill Kovach e Tom Rosenstiel,

“precisamos de notícias para vivermos, para nos protegermos, para criarmos laços, para identificarmos amigos e inimigos. O jornalismo é, simplesmente, o sistema concebido pelas sociedades para fornecer estas notícias. É por isso que nos preocupamos com o tipo de notícias e o jornalismo que temos: estes elementos influenciam a qualidade das nossas vidas, os nossos pensamentos e cultura”⁷⁹.

De facto, para que o Jornalismo seja exercido com objectividade e rigor, os jornalistas devem tentar persuadir os cidadãos, mas deixando-os, ao mesmo tempo, escolher o seu caminho, transportando-os para o território da liberdade. A ética enquanto realização da liberdade deve assim pautar todo o trabalho dos jornalistas. “A liberdade de informação é o espaço necessário à verdade. Sem liberdade, é ilusório esperar que a verdade possa ser respeitada ou, se se preferir, que a mentira seja desalojada”⁸⁰. Nesse sentido, apenas com a verdade, que é uma das primeiras obrigações do Jornalismo, o jornalista pode conceder ao seu público a liberdade de que ele precisa para aceder à informação. Para Mário Mesquita:

“O dever ético da objectividade é, por vezes, visto pelos profissionais de jornalismo como uma forma de limitar a criatividade dos jornalistas, envolvendo-os num espartilho incómodo. Que tipo de espartilho? O conceito de objectividade surge muitas vezes identificado com a prática e a linguagem do jornalismo de agência, das grandes estações de rádio e dos canais generalistas de televisão

⁷⁷MESQUITA, Mário, Op. cit. **nota 75**, p.87.

⁷⁸CORREIA, Fernando, Op. cit. **nota 51**, p. 108.

⁷⁹KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, Op. cit. **nota 62**, p. 6.

⁸⁰CORNU, Daniel, *Jornalismo e verdade*, Instituto Piaget, Lisboa, 1999, p. 60.

pública. A objectividade seria, de certo modo, sinónimo de esforço de equilíbrio, neutralidade e contenção”⁸¹.

Sabemos que apesar de o rigor ser um dos princípios mais importantes do Jornalismo, ele é também o maior desafio dos jornalistas já que, “somos todos indivíduos subjectivos”⁸², o que para Mário Mesquita não constitui um obstáculo. Para o autor, “postular uma atitude de objectividade não equivale a negar a subjectividade do jornalista, mas antes a implicá-la nesse dever referencial próprio da actividade jornalística”⁸³.

A busca pelo rigor e pela verdade não deve, assim, cessar, já que a própria sociedade exige essa condição aos profissionais do Jornalismo, para que os próprios cidadãos possam agir quotidianamente. Cabe, assim, ao jornalista enquanto profissional consciente e responsável lançar as bases ao seu público para que este atinja o conhecimento, através da verdade dos factos. É a esse propósito que Fernando Correia defende que:

“Não é de aceitar que um jornalista minimamente consciente da profissão que exerce e da responsabilidade social que ela implica não desenvolva um esforço, mínimo que seja, para reflectir sobre o seu trabalho e para conhecer, por exemplo, as teorias da notícia, o debate sobre o papel do jornalismo na sociedade e os seus efeitos sobre o público e na formação da opinião pública, os contextos de vária natureza em que a prática jornalística se insere, os princípios deontológicos e as vicissitudes da sua aplicação concreta”⁸⁴.

De acordo com Daniel Cornu, “o jornalista só tira a sua legitimidade da discussão, pouco perceptível em sondagens, sobre a verdade da sua informação e sobre a maneira como essa informação verídica revela as preocupações reais da sociedade”⁸⁵ da qual faz parte. Indo ao encontro do pensamento de Cornu, Kovach e Rosenstiel defendem que

“o jornalismo contribui com algo único para uma cultura – informação independente, fiável, rigorosa e abrangente, necessária para a liberdade dos cidadãos. Se o jornalismo é solicitado a fornecer algo que desrespeite estas qualidades, estamos perante uma subversão da cultura democrática”⁸⁶.

Embora saibamos, como referem Kovach e Rosenstiel, que “o jornalismo é um negócio” e que “os gestores têm a responsabilidade empresarial de respeitar orçamentos

⁸¹MESQUITA, Mário, Op. cit. **nota 75**, p.209.

⁸²KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, Op. cit. **nota 62**, p. 40.

⁸³MESQUITA, Mário, Op. cit. **nota 75**, p. 214.

⁸⁴CORREIA, Fernando, Op. cit. **nota 51**, p. 126.

⁸⁵CORNU, Daniel, Op. cit. **nota 80**, pp. 386-387.

⁸⁶KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, Op. cit. **nota 62**, p. 8.

e atrair clientes”⁸⁷, tal não pode servir de impedimento para que os jornalistas exerçam a sua profissão com rigor e verdade, pois além de informadores, os jornalistas têm uma responsabilidade social no seu trabalho, dada a sua natureza de ver no mundo aquilo que os outros não vêem.

Nesse sentido, os jornalistas não podem entender a deontologia da profissão como um mero conjunto de regras a seguir. Como afirma Mário Mesquita,

“no sentido mais nobre e ambicioso de «utilidade», dir-se-á que a deontologia é útil se resultar de uma reflexão que procure conjugar a ética profissional com os objectivos empresariais. A «utilidade» da deontologia profissional pressupõe um compromisso entre os valores adoptados pelos jornalistas, os objectivos prosseguidos pelas empresas e o respeito pelos destinatários”⁸⁸.

“Um compromisso com os cidadãos é mais do que egoísmo profissional. É o pacto implícito com o público, que diz aos leitores que as críticas de cinema são honestas, que as críticas dos restaurantes não são influenciadas por quem compra um anúncio, que a cobertura dos factos não defende interesses próprios nem de amigos”,

afirmam Kovach e Rosenstiel ⁸⁹. Ética é lealdade. Não tem qualquer marca de subjectividade. É condição do Jornalismo manter-se leal, sobretudo aos cidadãos. É o interesse público que justifica a lealdade para com o público, com as fontes e com os visados. E essa é a fonte da credibilidade dos jornalistas. Aliás, o código de ética do Jornalismo reconhece que a verdade e a lealdade são princípios essenciais para garantir a independência jornalística.

Assim sendo, não se justifica que os jornalistas deixem que os interesses pessoais alterem a sua conduta profissional já que os jornais são um dos instrumentos que mais podem contribuir para a evolução da própria humanidade pelo facto de abrangerem vastíssimos campos da vida em sociedade e de terem uma missão quase de orientadores e de educadores da opinião pública.

“A responsabilidade do jornalista é, antes de tudo, para com o público, pelo direito deste último a ser informado. Esta missão pública é a primeira condição da democracia. A ignorância favorece o poder dos que detêm nas suas mãos a informação e a protegem pelo segredo. Faz a cama onde o arbítrio e a ditadura se deitam”,

⁸⁷Idem, p. 51.

⁸⁸MESQUITA, Mário, Op. cit. **nota 75**, pp. 244-245.

⁸⁹KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, Op. cit. **nota 62**, p. 53.

refere Cornu⁹⁰.

Os jornais abrem as portas do mundo aos cidadãos pelo facto de os “transportarem” para os locais onde decorre a acção, daí a necessidade de os jornalistas serem fiéis não apenas à sua profissão, mas sobretudo àqueles a quem, afinal, o seu trabalho se destina, isto é os cidadãos que se constituem como a audiência⁹¹.

Além do respeito pelos princípios da verdade e da lealdade como atrás tivemos oportunidade de salientar, o rigor deontológico exige ainda a necessidade de verificação que passa, acima de tudo, por garantir que aquilo que o jornalista relata realmente aconteceu. E de facto, a objectividade é essencial no trabalho jornalístico, uma vez que exige a capacidade de testar a informação, requerendo “uma abordagem transparente das provas, precisamente para que os preconceitos pessoais e culturais”⁹² não afectem o trabalho do jornalista. Aliás, é esta atitude de transparência que faz com que o próprio jornalista ganhe o respeito e a credibilidade do público, ao mesmo tempo que contribui para a legitimidade do Jornalismo.

Não sendo o Jornalismo um poder reconhecido pela vontade dos cidadãos como sucede com os poderes executivo, legislativo e judicial, é na confiança que os públicos depositam nos meios de comunicação que eles conquistam a sua legitimidade, daí que seja fundamental não trair o princípio da verdade. “O jornalismo é a moderna cartografia. Cria um mapa que permite aos cidadãos navegarem na sociedade. Essa é a sua utilidade e a sua razão de ser em termos económicos”⁹³.

2.3. O papel dos Jornalistas e a profissão. Uma questão de legitimidade

Nos países democráticos, o Jornalismo conquistou a sua autonomia, expressa através de normas e de códigos de conduta profissional, não apenas para proteger a profissão das intromissões do poder político e do poder económico, mas para garantir aos jornalistas um conjunto de direitos e de deveres a serem cumpridos. No entanto, nem sempre os

⁹⁰ CORNU, Daniel, Op. cit. **nota 80**, p. 382.

⁹¹ Entende-se por audiência “um conjunto de pessoas que, de algum modo, sofreu um ou mais impactos por parte dos órgãos de comunicação social de massa. São, portanto, leitores, ouvintes espectadores (em particular, telespectadores) de enorme e variado número do que designamos por meios de comunicação de massa ou por *mass media*”. Cfr. **SÁ**, Alfredo Jorge Alves Gomes de, *A Televisão e os Meios de Comunicação de Massa: Globalização e Sociedade*, Dissertação de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Moderna, Lisboa, 1998, p. 69.

⁹² **KOVACH**, Bill e **ROSENSTIEL**, Tom, Op. cit. **nota 62**, p. 75.

⁹³ Idem, p.170.

jornalistas têm visto serem cumpridas estas regras e satisfeitas as suas aspirações de liberdade.

Uma primeira limitação desta liberdade ocorre, em muitos casos, dentro da própria redacção.

“O jornalista é uma entidade abstracta que não existe; o que existe são jornalistas diferentes segundo o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal, o meio de informação. O mundo dos jornalistas é um mundo dividido em que há conflitos, concorrências, hostilidades”⁹⁴,

refere Bourdieu.

O papel do jornalista é, por natureza, o de procurar a notícia, escrever a “estória” e posteriormente transmiti-la ao seu público, mas nem sempre são criadas as condições necessárias para que isso aconteça devido aos constrangimentos internos da redacção e a uma espécie de “controlo social” que existe nestes espaços o qual acaba por limitar a capacidade de trabalho dos jornalistas, ainda que de forma inconsciente.

Nesta linha, Nelson Traquina afirma que

“o poder relativo dos jornalistas é também condicionado pelos constrangimentos organizacionais, bem como pelas práticas e rotinas que as empresas jornalísticas e os jornalistas necessitam de criar para “dar conta do recado”: produzir as notícias em tempo útil. O jornalismo é significativamente condicionado pela obsessão de dar resposta à avalanche de eventos que «acontecem»”⁹⁵.

De acordo com Warren Breed, coloca-se também a questão dos sentimentos de obrigação ou de estima para com os superiores hierárquicos que funcionam como factor condicionante do trabalho do jornalista; a gratidão pelo facto de o jornalista ter sido contratado pelo jornal; a admiração para com o trabalho de jornalistas mais velhos e, consequentemente, mais experientes e até mesmo o sentimento de gratidão para com editores e outros jornalistas que tenham ensinado um outro jornalista, servem de impedimento a qualquer atitude desafiante ou ambiciosa.

Para este autor, “tais obrigações e sentimentos pessoais calorosos para com os superiores têm um papel estratégico no seu «aliciamento» para o conformismo”⁹⁶. Embora a ética jornalística obrigue ao respeito pela objectividade e pela verdade, certo é que o controlo exercido sobre os jornalistas no seio da profissão nem sempre cria

⁹⁴ **BOURDIEU**, Pierre, Op. cit. **nota 38**, p.30.

⁹⁵ **TRAQUINA**, Nelson, Op. cit. **nota 61**, p. 210.

⁹⁶ **BREED**, Warren, “Controlo Social na Redacção: Uma Análise Funcional”, in **TRAQUINA**, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, 2ª Edição, Vega, Lisboa, 1999, p. 158.

condições para o cumprimento das normas que regem a profissão e que servem de matriz para o desempenho das funções dos correspondentes.

Também a orientação política do jornal se constitui como uma limitação para o trabalho dos jornalistas pelo facto de não permitir desvios em relação àquela que é a natureza política do mesmo. Ainda que não se manifeste de maneira explícita, a verdade é que alguns jornais mostram, quer pelo seu editorial quer pelo tipo de artigos que publicam, que seguem uma determinada cor política, não admitindo por parte dos jornalistas que neles trabalham qualquer desvio. Daí que, desde cedo, aqueles profissionais sejam elucidados sobre a orientação política do jornal de forma a evitar mal-entendidos e determinados constrangimentos.

Assim, nem sempre a liberdade de imprensa se vê concretizada nas sociedades contemporâneas.

“O processo de aprendizagem da orientação política cristaliza-se num processo de controlo social, no qual se castigam os desvios (geralmente de um modo suave) com reprimendas, cortando o artigo, recusando um comentário de modo amigável por parte de um executivo...”⁹⁷.

Nesse sentido, pode afirmar-se que ainda que de forma “mais oculta”, a informação que os meios de comunicação transmitem aos públicos e às quais estes têm acesso acaba por estar, de certo modo, viciada já que o próprio meio exerce influência sobre o conteúdo e filtra a informação de acordo com a sua conveniência.

Assim, verifica-se que mesmo não estando o Jornalismo directamente dependente da órbita da Política, pelo menos do ponto de vista formal, este acaba por ser constrangido pelos seus próprios profissionais que, por sua vez, dependem da vontade de quem manda nos meios de comunicação. Apesar de, pelo menos formalmente, - ser comum considerar que o Jornalismo adquiriu a sua autonomia, os factos parecem apontar no sentido de que ele, ainda hoje, acaba por ser atingido pelos interesses do campo político, através do próprio jornal -, que, em muitos casos, reflecte uma determinada posição política. Como defende Sandra Balão,

“ao procurarmos fazer a transposição destas questões para a actualidade, podemos constatar que, tal como no passado, a comunicação social continua impregnada de tendências e opiniões políticas, revelando ainda, na maioria dos casos, pouca preocupação

⁹⁷Idem, p. 161.

com a ética e deontologia profissionais, com a apresentação dos factos”⁹⁸.

Também a dependência dos jornalistas em relação às fontes pode funcionar como limitação à autonomia do campo jornalístico. Esta dependência baseada numa lógica de troca, em que à fonte interessa ceder “ao jornal uma informação que interessa a este difundir e que interessa a ela que seja difundida” e ao jornal “possuir informações cuja qualidade e oportunidade lhe permite acompanhar, senão ultrapassar, a concorrência”⁹⁹ pode revelar-se perigosa, na medida em que pode conduzir o jornal a uma situação de dependência excessiva de fontes institucionais, cujo discurso pode servir para alimentar, justificar e garantir a preservação de determinados interesses que não, necessariamente, os jornalísticos.

É então função dos jornalistas garantir a diversidade de fontes com as quais vai trabalhar no sentido de contrariar a pressão que estas possam exercer sobre os meios de comunicação. A solução, como aponta José Rebelo passa, assim, pela “avaliação, feita pelo jornal ou pelo jornalista, da importância daquilo que, caso a caso, está em jogo”¹⁰⁰.

Uma outra limitação ao trabalho dos jornalistas é, também, o facto de os jornais estarem muito dependentes do poder económico e de se subjugarem aos ditames do mercado. É certo que o jornal não sobrevive se não for vendido aos leitores e que a sua manutenção depende das receitas que alcança, mas também é certo que seria desejável que não fosse esse o factor predominante na produção noticiosa. No entanto, os proprietários dos jornais sabem que para cativar audiências é preciso dar ao público aquilo que ele quer ler tentando, por outro lado, angariar o financiamento necessário à sobrevivência do meio de comunicação social.

“A relação entre *media* e mercado, expressa nas vendas ou nos índices de audiência, introduz a ideia de *marketing*. Para os teóricos do marketing na comunicação social, o produto-jornal não é um fim mas um meio posto ao serviço da satisfação da vontade dos leitores. Um *media* não se definirá, apenas, a partir dos desejos de quem está encarregado de o conceber e de o realizar. Definir-se-á, também, a partir das necessidades que emergem do exterior”¹⁰¹,

refere José Rebelo.

⁹⁸BALÃO, Sandra, Op. cit. **nota 60**, p. 256.

⁹⁹REBELO, José, Op. cit. **nota 67**, p.28.

¹⁰⁰REBELO, José, Idem, p. 31.

¹⁰¹REBELO, José, Idem, *ibidem*, p. 34.

No entanto, tal não significa que o Jornalismo e os jornalistas tenham de anular-se, exclusivamente, em favor do sucesso comercial do jornal. Cabe, aliás, aos jornalistas, no sentido de salvaguardar a autonomia do campo jornalístico, desenvolver um trabalho de qualidade que possa contribuir para o esclarecimento dos cidadãos, tentando responder aos desafios e à evolução da sociedade de forma a limitar a influência do campo económico sobre o campo jornalístico.

A importância que a publicidade tem ganho no seio do campo jornalístico é outro sinal da dependência do Jornalismo face ao poder económico. Daí não ser estranho ver as páginas dos jornais repletas de anúncios publicitários. Seguindo a lógica comercial de que mais audiência traz mais publicidade, os jornais não hesitam, então, em “usar” e “abusar” da publicidade como garantia de sobrevivência do próprio meio.

Como afirma Sandra Balão, os proprietários dos meios de comunicação social

“assumiam no passado um poder que estava longe de poder ser menosprezado. Pelo contrário. E a tendência evolutiva, que, manifestamente, se tem feito sentir até à actualidade, permite-nos concluir que esse poder não tem cessado de se expandir, quer em intensidade, quer em amplitude. Mantém-se e parece ter-se reforçado em virtude da criação da figura dos *conglomerados*. Por isso, também, sempre se verificou um significativo interesse em financiar estes meios de informação que, gradualmente, passaram a ter como grupo-alvo preferencial os muitos – e não os poucos a quem tradicionalmente se dirigiam. Assim, da coexistência em paralelo dos interesses do financiamento e da propriedade surgiu a publicidade, os anúncios, a propaganda - até hoje”¹⁰².

Apesar desta constatação é importante reforçar que os jornalistas não podem limitar-se a ser elementos neutros no seio dos jornais, respeitando os critérios de objectividade e de rigor, têm que ser parte da sociedade e participar na construção da própria Democracia, enquanto construtores da própria realidade social. Segundo Nelson Traquina,

“...os jornalistas não são simplesmente observadores passivos mas participantes activos no processo de construção da realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias *acontecem* na conjugação de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento”¹⁰³.

¹⁰²BALÃO, Op. cit. **nota 45**, p. 322.

¹⁰³TRAQUINA, Nelson, “As Notícias”, in TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, 2ª Edição, Vega, Lisboa, 1999, p.168.

CAPÍTULO III - A discussão actual. Jornalismo como “Quarto Poder” ou “Contra Poder”

3.1. Emergência de um “Quarto Poder” na Sociedade

Com a consolidação das Democracias, sobretudo no Ocidente, o Jornalismo conquista o seu espaço na sociedade. Os valores de liberdade de informação e de expressão que estes regimes postulam constituem-se, em teoria, como impulsionadores da autonomia concedida pela Constituição da República Portuguesa¹⁰⁴ aos meios de comunicação social. Como afirma Daniel Cornu, “foi sob a influência do pensamento liberal e da reflexão sobre a separação dos poderes que nasceu, para qualificar o papel da imprensa, a expressão hoje aviltada de «quarto poder»”¹⁰⁵. Para o autor, “a propagação das ideias liberais abre uma era de tensão intensa entre a esfera do poder e a esfera pública, doravante ocupada por uma imprensa com meios poderosos e uma audiência mais vasta”¹⁰⁶.

Já para Mário Mesquita, a ideia dos *media* enquanto “Quarto Poder” advém, fundamentalmente, da sua necessidade de afirmação no espaço público¹⁰⁷, perante os restantes poderes vigentes na sociedade. Mais do que um verdadeiro poder¹⁰⁸, no

¹⁰⁴ Cfr. Op. cit. **nota 76**.

¹⁰⁵ CORNU, Daniel, Op. cit. **nota 80**, p.176.

¹⁰⁶ Idem, pp.176-177.

¹⁰⁷ Espaço público é aqui entendido como o lugar em que os acontecimentos ganham visibilidade, constituindo-se, ao mesmo tempo, como a esfera de intermediação (cada vez mais mediatizada) entre os agentes políticos e os cidadãos. Um espaço privilegiado de comunicação, que produziria opiniões a partir da discussão entre sujeitos que argumentam racionalmente. É, precisamente, no espaço público, que a esfera política e a esfera pública ganham terreno. Cfr. a este propósito HABERMAS, Jürgen, *Mudança estrutural da Esfera Pública*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984. A esfera política entendida como o “conjunto das relações que envolvem a aplicação de ordem (autoridade e governo), de forma contínua, num dado território, com recurso à ameaça de força ou mesmo ao seu uso”. Cfr. MARTINS, Manuel Meirinho, “Comunicação Política: uma abordagem na perspectiva sistémica”, in M. M. Martins (Org.), *Comunicação e Marketing Político – Contributos Pedagógicos*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL, Lisboa, 2006, p. 15. No que respeita à esfera pública, esta pode ser entendida como o espaço de comunicação privilegiada entre os homens sendo mediada, sobretudo, por meios tecnológicos onde os argumentos (racionais) são negociados. A esfera pública é, assim, a arena de discussão livre e aberta à participação de todos. Cfr. HABERMAS, Jürgen, *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, volume nº 2, 1997.

¹⁰⁸ O Poder pode ser genericamente entendido como “o conjunto de meios capazes de coagir os outros a um determinado comportamento”, no entanto, o conceito pode ser considerado de duas formas: num sentido mais amplo ou num sentido mais restrito. O primeiro contempla a ideia de “poder natural” que pressupõe uma obediência voluntária a um determinado grupo ou sociedade; enquanto que o segundo, “o poder carismático”, deriva da capacidade de um líder carismático conseguir orientar os restantes indivíduos recorrendo, eventualmente, a meios mais coercivos. Sousa Lara refere ser comum entender o “poder” como causa e obediência como efeito pretendido e, se possível, conseguido. Cfr. a este propósito, LARA, António de Sousa, *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL, Lisboa, 2009, pp. 324-328; LARA, António de Sousa, *Poder e*

sentido lato do termo, para o autor a expressão serviria para colocar os *media* ao mesmo nível dos restantes poderes que sustentam os regimes democráticos. “Essa fórmula do «quarto poder» foi muito utilizada pelas profissões dos media no debate político, com vista a reforçar a respectiva legitimidade no espaço público”, defende o autor¹⁰⁹.

Contudo, hoje sabemos que os meios de comunicação social possuem um campo próprio, normas, uma linguagem específica e valores que tornam evidente o seu poder no seio das sociedades. Não é por acaso que na actualidade muitos autores, com destaque para Pierre Bourdieu, fazem referência a uma sociedade mediática e mediatizada, precisamente devido à atenção conquistada pelos *media*. Daí afirmar-se, geralmente, que o que está fora dos *media* não existe ou não tem importância para a sociedade, isto é apenas aquilo que é transmitido pelos *media* ganha relevância. “Nunca como agora as pessoas souberam tanto e estiveram tão informadas sobre o resto do mundo. Pela primeira vez na sua história, a humanidade está unida por uma imaginação comum”¹¹⁰.

Perante esta ideia é necessário compreender se aquilo que é transmitido pelos meios de comunicação de massas corresponde, de facto, à realidade dos acontecimentos ou se os *media* tentam apenas vender, por um lado, uma visão uniforme do mundo para esconder os desequilíbrios e as desigualdades que a própria globalização¹¹¹ enceta, e por outro, as mensagens, os valores e as ideias que o poder político, económico, bem como outros grupos de pressão tentam passar no seu discurso. O facto de as pessoas terem acesso à informação não significa que estejam esclarecidas sobre os factos e conscientes da realidade da qual fazem parte. Se não houver espírito crítico por parte dos indivíduos, a informação que lhes é transmitida não passa disso: mera informação.

Sem espírito crítico, os indivíduos passam a viver na escuridão, pois

Obediência. Uma Teoria do Consentimento, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL, Lisboa, 2003, pp.293-300 e MOREIRA, Adriano, Op. cit. nota 21, pp. 30-32.

¹⁰⁹MESQUITA, Mário, Op. cit. nota 75, p.72.

¹¹⁰MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald, *A Armadilha da Globalização. O assalto à Democracia e ao bem-estar social*, Terramar, Lisboa, 1999, p. 21.

¹¹¹Globalização entendida como uma “configuração definitiva de uma economia mundial sem fronteiras, a oportunidade de multiplicar a capacidade de comunicação e controlo em tempo real que a telemática permite e, consequentemente, a necessidade de que tais forças privadas, económicas procedam à drástica reformulação das formas de gestão e da actuação estratégica em escala planetária”. Para saber mais sobre isto Cfr. GÓMEZ, José Maria, “Globalização da política. Mitos, realidades e dilemas”, in Pablo Gentili (Org.) *Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*, Editora Vozes, Petrópolis, 2002, pp. 128-174.

“o interesse e a preocupação pelos problemas que directamente lhes dizem respeito são substituídos pelo desinteresse progressivo e crescente até que se instala a anomia e a indiferença. As pessoas já não sabem pensar, nem querem fazê-lo porque é incómodo, complicado, aborrecido e ocupa tempo”,

defende Sandra Rodrigues Balão¹¹².

Como referem Hans-Peter Martin e Harald Schumann, utilizando a expressão *tittytainment* de Zbigniew Brzezinski, a globalização faz hoje uma “mistura de divertimento estupidificante e de alimentação suficiente [...] para manter de bom humor a população frustrada do planeta”¹¹³. Isto porque informação não é sinónima de comunicação. Os *media* podem divulgar o máximo de informação que conseguirem, recorrendo a todos os meios possíveis, mas se não houver espaço de reflexão e de crítica, as pessoas não passarão de meros receptores de um conjunto de informações que nunca conseguirão entender e aplicar no seu quotidiano.

Esta ideia leva-nos, então, a questionar qual o papel dos *media* nas sociedades contemporâneas. Se os meios de comunicação apenas se interessarem em divulgar conteúdos sem qualquer contextualização, estamos perante meios de comunicação que mais do que informar verdadeiramente exercem, em muitos casos, funções de propaganda, tentando “conseguir a concordância das pessoas para coisas que não queriam”¹¹⁴, sem exigir, da parte delas, qualquer esforço crítico.

Nelson Traquina tem uma visão diferente sobre o papel dos *media* ao defender que estes podem ser entendidos como um

“Quarto Poder” devido à importância da “*relativa autonomia* dos jornalistas, da existência de valores e normas profissionais bem como da pujança de toda uma cultura que atrai um número significativo de jovens crédulos na mitologia jornalística, assim como a crescente capacidade por parte de diversos agentes sociais de participar e, às vezes, vencer (n) o *jogo noticioso*”¹¹⁵.

Nesse sentido, os *media* seriam então um “Quarto poder” que ainda que não seja legitimado pela vontade directa dos cidadãos pode ser considerado legitimado pelo facto de conceder àqueles as informações de que necessitam para exercer a sua liberdade no seio da Democracia. “A imprensa participa intimamente no exercício desta liberdade

¹¹²BALÃO, Sandra Rodrigues, Op. cit. **nota 45**, p. 448.

¹¹³MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald, Op. cit. **nota 110**, p. 10.

¹¹⁴CHOMSKY, Noam, *A Manipulação dos Media*, Editorial Inquérito, Mem Martins, 2002, p. 15.

¹¹⁵TRAQUINA, Nelson, Op. cit. **nota 61**, p. 125.

política: pela difusão das informações, pela expressão das opiniões e pela formulação de críticas, permitindo que o cidadão forme o seu próprio juízo e exprima a sua vontade”, defende Cornu¹¹⁶. Tudo isto partindo do princípio que os cidadãos estão esclarecidos em relação àquilo que os rodeia, não se limitando a serem indivíduos politicamente anómicos, e não se deixando levar por uma eventual imagem projectada pelos *media* sobre a realidade da qual fazem parte.

Assim sendo, enquanto “Quarto Poder”, cabe aos *media* desempenhar um papel de observador da realidade e, sobretudo, de vigilante dos restantes poderes no sentido de evitar abusos, assim como e na salvaguarda dos interesses jornalísticos. Encarado como um “Quarto Poder”, espera-se, assim, que o Jornalismo funcione numa lógica de controlo do poder, tanto do político como do empresarial. Como defendem Kovach e Rosenstiel:

“Este princípio é muitas vezes mal interpretado, mesmo pelos próprios jornalistas, como significando “atormentar os confortavelmente instalados”. De resto, o princípio de vigilância está cada vez mais ameaçado no jornalismo contemporâneo, quer pelo seu uso excessivo, quer por exemplos de falsa vigilância que se destinam mais a aguçar a bisbilhotice do que a prestar um serviço público. Talvez ainda mais grave, o papel de vigilância é ameaçado por um novo tipo de conglomeração empresarial, que pode, de facto, destruir a independência exigida à imprensa para desempenhar um papel de controlo”¹¹⁷.

Assim, apenas uma postura de vigilante poderá garantir aos *media* a sua autonomia e conferir-lhe a legitimidade que os profissionais do campo tanto anseiam. Trata-se, portanto, de ajustar o conceito de “poder dos *media*”. Daí ser fundamental referir que, não tendo um poder de Estado conferido pelos cidadãos, os meios de comunicação social detêm, sobretudo, o poder de organizadores da sociedade.

“Por isso, censurar o jornalista por se arrogar um poder quando não é eleito de ninguém, é fazer-lhe uma acusação indevida. É limitar a exigência de legitimidade ao nível da expressão de um consenso formal sobre a sua função e a maneira de a exercer”,

defende Cornu¹¹⁸.

De acordo com Kovach e Rosenstiel, por sua vez, é limitado pensarmos no poder dos *media* apenas como a capacidade de atormentar os poderes instituídos na sociedade,

¹¹⁶CORNU, Daniel, Op. cit. **nota 80**, p. 178.

¹¹⁷KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, Op. cit. **nota 62**, p. 114.

¹¹⁸CORNU, Daniel, Op. cit. **nota 80**, p. 386.

bem como aqueles que detêm o poder. O conceito de poder dos *media* vai, segundo eles, mais além: tem que ver com a capacidade daqueles vigiarem os poderes instituídos, geralmente compostos por uma minoria, no sentido de proteger os interesses da maioria. Como referem os autores neste excerto:

“Infelizmente, a noção de que a imprensa existe para atormentar os confortavelmente instalados e confortar os atormentados deturpa o verdadeiro significado do papel da vigilância e confere-lhe um pendor liberal ou progressista. O conceito é mais profundo e subtil do que o que o sentido literal de atormentar ou de confortar podem sugerir. Conforme nos mostrou a História, significa mais propriamente vigiar a minoria poderosa da sociedade em nome da maioria, para a salvar contra a tirania”¹¹⁹.

Apesar desta necessidade de controlar o poder para evitar desvios ou abusos, os jornalistas não podem, contudo, esquecer a “sua função essencial que é informar”¹²⁰, pois “mais do que tornar transparente a gestão e a aplicação do poder, a grande finalidade do papel da vigilância é dar a conhecer e ajudar a entender os efeitos desse poder”¹²¹. Na realidade, é fundamental que os *media* se centrem na sua principal função, pois só assim conseguirão contribuir para manter o equilíbrio da sociedade e a dinâmica do sistema social.

Enquanto vigilantes do poder, os *media* funcionam como uma espécie de “lupa” dos cidadãos em relação ao que acontece na sociedade, no sentido em que “...a difusão da informação desempenha duas funções: perante ameaças e perigos imprevistos, oferece a possibilidade de alertar os cidadãos; [por outro lado] fornece os instrumentos para se executar certas actividades quotidianas institucionalizadas na sociedade...”, refere Mauro Wolf¹²². Daí que se atribua aos meios de comunicação social funções ou disfunções consoante o papel desempenhado na sociedade pelos profissionais do campo jornalístico.

Estas funções e disfunções têm, sobretudo, que ver com a forma como os meios de comunicação social lidam com a realidade da qual fazem parte, bem como com as próprias ligações existentes entre os *media* e a sociedade. Como afirma Mauro Wolf, novamente: “...as funções (e disfunções) podem ser manifestas ou latentes: manifestas

¹¹⁹KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, Op. cit. **nota 62**, p. 117.

¹²⁰CORNU, Daniel, Op. cit. **nota 80**, p. 389.

¹²¹KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom, Op. cit. **nota 62**, p. 117.

¹²²WOLF, Mauro, Op. cit. **nota 33**, p. 67.

são as que são desejadas e reconhecidas; latentes são as que não são reconhecidas nem conscientemente desejadas”¹²³.

Teorizando sobre a Perspectiva Funcionalista da Ciência Política, também Adriano Moreira faz a distinção entre “funções e disfunções dos *media*”. As primeiras são para ele “aquelas que os participantes do sistema compreendem e querem; as segundas são aquelas de que os participantes não se apercebem”¹²⁴.

Como “Quarto Poder” cabe, então, aos *media* divulgar aos cidadãos os resultados da sua vigilância sobre os poderes instituídos, sobretudo em casos de abuso ou dano para a sociedade pelo que, quando tal não acontece, estamos perante as disfunções dos *media* que se manifestam, assentes “...no facto de os fluxos informativos que circulam livremente poderem ameaçar a estrutura fundamental da própria sociedade”¹²⁵. As disfunções dos *media* acontecem, portanto, quando os *media* deixem de respeitar o esquema apresentado por Harold Lasswell “Quem, diz o quê, através de que canal, com que efeito?”¹²⁶, passando a actuar no campo da desinformação ao difundirem, por exemplo, notícias alarmantes que podem desencadear reacções de pânico nos cidadãos em vez de gerarem comportamentos e atitudes conscientes (por exemplo em caso de guerra, tempestades, entre outros).

3.2. A Crítica do Jornalismo como “Quarto Poder”. Um equívoco?

Como foi referido no ponto anterior, alguns autores têm definido o Jornalismo como um “Quarto Poder” presente nas sociedades em virtude da sua influência junto dos cidadãos e do grau de autonomia que conquistou com o advento dos regimes democráticos, nomeadamente no mundo ocidental. No entanto, esta ideia não tem gerado consenso entre os investigadores. O argumento contestatário a esta tese tem que ver, sobretudo, com o facto de os *media* não serem o resultado da vontade expressa dos cidadãos, por meio de eleições, tal como acontece com os três restantes poderes da sociedade: executivo, legislativo e judicial.

Assim, e partindo apenas desta perspectiva, como afirma Daniel Cornu, por não dependerem directamente do apoio e do poder do povo, soberano na vida democrática,

¹²³WOLF, Mauro, Op. cit. **nota 33**, p. 65.

¹²⁴MOREIRA, Adriano, Op. cit. **nota 21**, p. 106.

¹²⁵WOLF, Mauro, Op. cit. **nota 33**, p. 68.

¹²⁶LASSWELL, Harold, Op. cit. **nota 31**, p. 84.

os *media* “não podem ser colocados sob as mesmas condições de legitimação que os poderes legislativo, executivo e judicial”¹²⁷. Para os autores que criticam a teoria do “Quarto Poder”, o Jornalismo não conquistou, ainda, o “nível das instituições do poder constituído”¹²⁸, refere Mário Mesquita, acrescentando que: “os próprios *media* reproduzem, numa estrutura em abismo, as polémicas sobre a sua própria actividade comunicativa”¹²⁹.

Ainda de acordo com Mesquita, considerar os *media* enquanto “Quarto Poder” teria de levar a comunidade científica a repensar o papel no jornalista no seio da sociedade. “A intervenção do jornalista no espaço público teria de ser encarada noutros termos, colocando-se inevitavelmente as questões da representatividade e do mandato”¹³⁰, sublinha o autor. De facto, nas sociedades actuais, a força e presença do jornalista na esfera pública é um tema em constante debate e, comumente, geradora de discordâncias.

Para Hannah Arendt¹³¹, é o apoio do povo que confere legitimidade às instituições de um país. Segundo a autora, em Democracia o poder político não é mais do que o resultado da vontade expressa dos cidadãos, através das eleições, no seio da esfera pública. Por isso, é no seio do espaço público, por meio da acção e do discurso, que é reconhecida a legitimidade das instituições do poder político. Assim, só se existir o consentimento, entre os homens, no espaço público, é que as instituições conseguirão manifestar o seu poder e conquistar a sua legitimidade.

Ora, nem sempre os meios de comunicação têm conseguido gerar consenso à sua volta daí que muitas vezes se ponha em causa o poder que os *media* detêm no seio da sociedade e se alegue que os *media* estão, ainda, muito dependentes de outros poderes vigentes no seio daquela e, por isso, longe de conquistarem a sua autonomia no espaço público. É nesse sentido que Mário Mesquita afirma que “a expressão «quarto poder» carece de rigor analítico”¹³². Assim, para os defensores desta ideia, os *media* não devem ser entendidos como “Quarto Poder” por não corresponderem às definições tradicionais

¹²⁷ CORNU, Daniel, Op. cit. **nota 80**, p. 386.

¹²⁸ MESQUITA, Mário, Op. cit. **nota 75**, p.71.

¹²⁹ Idem, p.71.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p.72.

¹³¹ Cfr. ARENDT, Hannah, Op. cit. **nota 43**, pp. 229-266.

¹³² MESQUITA, Op. cit. **nota 75**, p.73.

de poder enquanto capacidade de “acção e meios concretos de coerção no quadro de uma política”¹³³ ou, também, como a habilidade de forçar “à obediência pelo temor”¹³⁴.

Partindo deste pressuposto, os *media* não apresentam, na sua concepção, um poder semelhante aos três poderes vigorantes na sociedade democrática, o que não significa, contudo, que não tenham a capacidade de exercer a sua influência. Aquilo que podemos então afirmar é que, embora não seja um poder legitimado pela vontade directa do povo, os *media* detêm um poder que lhes é conferido pela “verdade da sua informação”¹³⁵ (isto é, uma informação que se espera e quer rigorosa, objectiva e factual) sendo que uma das formas daqueles arrogarem a sua legitimidade passa pela sua missão de manter os cidadãos informados sobre a realidade da qual também eles fazem parte.

Além de admitir a responsabilidade de informar como uma maneira de reforçar a legitimidade dos *media*, Daniel Cornu defende ainda que “o processo de legitimação a propósito das normas sociais e políticas se aplica também à sua própria acção, aos seus próprios métodos, às suas próprias normas éticas, às suas próprias verdades”¹³⁶.

O autor destaca que, “poucas profissões e poucos profissionais têm sido objecto de tanto escrutínio intensivo e tanta crítica escaldante quanto o jornalismo e os jornalistas. Tornaram-se notícia”¹³⁷.

É esta indefinição na determinação do tipo de poder que os *media* possuem que leva alguns autores a falarem de um equívoco alimentado pelo facto de o Jornalismo servir, ao mesmo tempo, de “Quarto Poder” e de “Contra Poder”¹³⁸ (encarando o jornalismo como uma força desequilibradora da ordem capaz de enfrentar e até de competir com as instituições das sociedades democráticas na desconstrução de determinadas ideias estabelecidas nas mesmas), em diferentes momentos da vida em sociedade. Para Mário Mesquita,

“os meios de comunicação social constituem elementos estruturantes da sociedade, dependentes – em grau variável consoante o contexto – do poder político, das empresas mediáticas e dos grupos económicos a

¹³³ **THINÈS**, Georges e **LEMPEREUR**, Agnès, *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Edições 70, Lisboa, 1984, p. 713.

¹³⁴ **MOREIRA**, Adriano, Op. cit. **nota 21**, p. 33.

¹³⁵ **CORNU**, Daniel, Op. cit. **nota 80**, p. 386.

¹³⁶ *Idem*, p. 387.

¹³⁷ **TRAQUINA**, Nelson, Op. cit. **nota 61**, p.18.

¹³⁸ Para mais informações Cfr. **MESQUITA**, Mário, Op. cit. **nota 75**, pp. 74-78.

que pertencem, das tendências determinadas pelo mercado e da própria categoria profissional dos jornalistas”¹³⁹.

Para o autor, é a dependência dos *media* em relação aos grupos empresariais e ao próprio mercado que o impedem de afirmar verdadeiramente o seu poder na sociedade.

Em muitas ocasiões, os *media* têm sido acusados de deter um poder relativo na sociedade, em virtude dos constrangimentos de que são alvo, mas na verdade dificilmente podemos ignorar o papel que os meios de comunicação têm desempenhado ao longo dos anos, não esquecendo também a tendência que se tem instalado no seio das sociedades contemporâneas de canalizar os acontecimentos para os média e que se constitui como um indício de que eles têm alargado o seu poder de influência junto dos cidadãos.

“Na cultura contemporânea da promoção, uma parte significativa das toneladas de notícias que são produzidas diariamente são acontecimentos criados para os *media*, em particular para os membros da comunidade jornalística, em grande parte pseudo-acontecimentos”, sublinha Nelson Traquina¹⁴⁰.

3.3. Uma imagem da realidade. O jornalismo como construtor de representações sociais

Neste ponto da dissertação interessa compreender e explorar a perspectiva segundo a qual, de algum modo, os meios de comunicação social são determinantes na forma como os indivíduos constroem uma ideia do real pois é a partir daquilo que os *media* transmitem que os primeiros captam o que está à sua volta fazendo, posteriormente, a sua interpretação do real. De facto, os meios de comunicação são, assim, e a par de outros agentes sociais, construtores da realidade. “Ao contrário do ponto de vista que considera a informação como o relato, a transmissão – quase transparente – de um real evidente, o ponto de partida é o de que os *media* constroem, fabricam, produzem eles próprios o real”¹⁴¹. Esta é uma ideia que é partilhada por alguns autores e que coloca em discussão o facto de os *media* não reproduzirem o mundo tal e qual como ele é, criando antes imagens dele que são, posteriormente, inculcadas na mente dos cidadãos. Como

¹³⁹Idem, p.76.

¹⁴⁰TRAQUINA, Op. cit. nota 61, pp. 210-211.

¹⁴¹BARREIROS, José Jorge Fernandes Rodrigues, “Imprensa escrita e produção do real. Aspectos da Produção de Real na Imprensa Escrita Portuguesa”, Trabalho Síntese para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, ISCTE, Lisboa, 1987, p. 8.

afirma Sandra Balão, estabelecendo uma comparação com a “Alegoria da Caverna” de Platão:

“as *sombras* não são mais do que as imagens difusas que passam à frente dos nossos olhos, dando origem a múltiplas interpretações: tantas quantas as perspectivas de análise empregues pelos que as visualizam (a generalidade dos seres humanos). Por isso, o reflexo daquilo que vemos não tem correspondência exacta com aquilo que esteve na sua origem, e desse modo, a objectividade bem como a realidade e a verdade são questões sempre em aberto, passíveis de serem sucessivamente classificadas e acrescentadas”¹⁴².

No processo de produção da realidade, os meios de comunicação social constroem, assim, representações sociais que são segundo Costa Pereira “construções baseadas em influências sociais do presente e do passado que ao mesmo tempo interferem no social através da sua funcionalidade”¹⁴³. Os *media* funcionam, assim, na actualidade, como plataformas amplificadoras dos acontecimentos, contribuindo activamente na construção da realidade.

“Os «media» tornaram-se o instrumento privilegiado a fim de forçar os limites da vida privada, de produzir a credibilidade, de telecomandar as condutas. Agir mediaticamente é, sobretudo, agir através da palavra e da imagem e recorrer, então, aos meios do espectacular, através de uma construção do real pela encenação”¹⁴⁴,

defende Balandier.

Tratando-se de representações, estas acarretam, naturalmente, os valores, os conceitos, as práticas e as imagens dos emissores. Elementos que não se limitam apenas a serem transmitidos pelos meios de comunicação, mas que se destinam, essencialmente, a serem inculcados na vida e no quotidiano dos receptores. Como afirma António Pedro Ribeiro dos Santos “a criação de uma Imagem perene de prestígio que fique gravada na consciência dos componentes da tessitura social, com o fim de favorecer a sua adesão às determinações ou mesmo às arbitrariedades de um Poder assim legitimado”¹⁴⁵.

Um poder legitimado, de acordo com a linha de pensamento deste autor, na demonstração e transmissão de prestígio de determinada entidade com vista à submissão de quem recebe a informação. Assim, mais do que um poder efectivo, António Pedro

¹⁴² **BALÃO**, Sandra Rodrigues, Op. cit. **nota 45**, p. 321.

¹⁴³ **PEREIRA**, Costa, “Representações sociais e comunicação de massas”, p. 97, in **Revista Portuguesa de Gestão**, Lisboa, ISCTE/ AP- Edições, 1994, n.º 3/4, pp. 97- 104.

¹⁴⁴ **BALANDIER**, Georges, *O poder em Cena*, Coleção Comunicação, Minerva, Coimbra, 1999, p.124.

¹⁴⁵ **SANTOS**, António Pedro Ribeiro dos, *A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português*, ISCSP.UTL, Lisboa, 1990, p. 16.

Ribeiro dos Santos descreve um poder baseado na crença em certos valores e numa imagem criada para que os indivíduos obedeçam mais facilmente às vontades de quem exerce o tal poder, contribuindo, ao mesmo tempo, para a manutenção do consentimento e de “sistemas sociais e políticos estáveis”¹⁴⁶. Em suma, trata-se de fazer valer o poder pela capacidade de construção de uma imagem e de representações. “O poder tem de estar lá onde está a imagem, é tentado de ter o seu controlo ou até mesmo o monopólio”, defende Georges Balandier¹⁴⁷.

O principal objectivo da construção tem que ver com a uniformização do discurso, de acordo com aquilo que os meios de comunicação querem transmitir aos seus públicos. Assim sendo, as representações sociais, construídas nos meios de comunicação, além de moldarem o discurso dos receptores orientam também para a acção dos indivíduos. Segundo Fernando Correia, entre os *media* e a sociedade existe uma profunda e íntima relação que leva a que os primeiros seleccionem e hierarquizem os acontecimentos de forma a integrá-los na vida dos indivíduos, “oferecendo ao público um determinado, e não outro, «retrato» da realidade e sua interpretação”¹⁴⁸.

Para Anthony Giddens, a constatação não podia ser mais clara. Ainda que referindo-se à televisão, a ideia proposta e avançada por este autor pode estender-se aos restantes meios. Assim, na sua perspectiva, os *media* moldam “as formas através das quais os indivíduos interpretam e reagem ao mundo social, ao ajudar a *ordenar a nossa experiência*”¹⁴⁹. O autor sublinha ainda que a influência dos meios de comunicação “nas nossas vidas é profunda” já que estes “providenciam e moldam muita da informação que utilizamos na nossa vida quotidiana”¹⁵⁰.

De acordo com José Barreiros, por seu lado, na produção da realidade e construção de representações sociais, os *media* “fabricam produtos informativos, ficções do real, contendo modelos, normas, valores, a níveis político, económico, cultural, ideológico, simbólico, a partir dos quais os sujeitos vão estruturar as suas representações e actuações no real”¹⁵¹.

Como refere Jorge Vala,

¹⁴⁶Idem, p. 16.

¹⁴⁷BALANDIER, Georges, Op. cit. **nota 144**, p.103.

¹⁴⁸CORREIA, Fernando, Op. cit. **nota 51**, p. 81.

¹⁴⁹GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997, p. 553.

¹⁵⁰Idem, p. 535.

¹⁵¹BARREIROS, José Jorge Fernandes Rodrigues, Op. cit. **nota 141**, p. 22.

“o conceito de representação social actualiza velhas tensões no binómio indivíduo-sociedade e é um produtor de novas tensões entre disciplinas que visam a apreensão da lógica de construção e funcionamento do pensamento social...”¹⁵².

Tendo em conta a definição de

“representações sociais” de Moscovici, podemos então entender este conceito como “um caminho específico e um modo peculiar de conhecimento do mundo que comunicam o que nós conhecemos através de conceitos (abstracto) e de imagens (reprodução do real de forma concreta) numa perspectiva dinâmica, em mudança e adaptação constantes”¹⁵³.

As representações sociais constituem-se, desse modo, como formas de balizar os comportamentos, mas também de agilizar os processos de comunicação e são sociais por resultarem dos valores e das ideologias de quem as constrói.

“... As representações são sociais não pela sua extensão, mas porque emergem num dado contexto social; porque são elaboradas a partir de quadros de apreensão que fornecem os valores, as ideologias e os sistemas de categorização social partilhados pelos diferentes grupos sociais; porque se constituem e circulam através da comunicação social; e porque reflectem as relações sociais ao mesmo tempo que contribuem para a sua produção”,

defende o autor¹⁵⁴.

Segundo Vala, as representações sociais construídas pelos *media* não são isoladas existindo apenas nas sociedades; pelo contrário, elas exercem uma função e ganham sentido no quotidiano. Direccionadas para a sociedade, elas têm como finalidade organizar a estrutura social e orientar os indivíduos. Assim sendo,

“...as representações realizam uma função de organização significativa do real. Mas esta função não é independente das funções de explicação, de orientação dos comportamentos, de diferenciação inter-grupal e de criação de identidade social. Este conjunto de funções das representações evidencia a forma como elas se edificam nas relações sociais ao mesmo tempo que contribuem para a sua organização”¹⁵⁵.

“A nossa proposta teórica reconhece que o trabalho jornalístico é altamente condicionado, mas também reconhece que o jornalismo tem uma autonomia relativa e que os jornalistas têm poder; os jornalistas

¹⁵² VALA, Jorge, “Sobre as representações sociais – para uma epistemologia do Senso Comum”, p. 5 in **Cadernos de Ciências Sociais**, Porto, Edições Afrontamento, Abril de 1986, nº. 4, pp. 5-30.

¹⁵³ Para mais informações sobre o conceito de “representação social” consultar: MOSCOVICI, S. e LAGE, E., “Studies in social influence. Majority versus minority influence in a group”. **European Journal of Social Psychology**, 1976, nº.6, pp. 149-174.

¹⁵⁴ VALA, Jorge, Op. cit. **nota 152**, pp. 5-30.

¹⁵⁵ Idem, pp. 5-30.

são participantes activos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade”¹⁵⁶,

defende Traquina.

Por seu lado, José Barreiros considera que esta produção da realidade não é espontânea, ela tem “o carácter de fabricação intencional, fruto da actuação estrategicamente orientada de determinados agentes sociais; a sua repercussão em significativas consequências ao nível da consciência dos indivíduos e da sua conduta social”¹⁵⁷. Fernando Correia segue esta linha de pensamento reforçando a ideia de que “os media constroem uma determinada realidade, e é nessa realidade fabricada pelos media que as pessoas se baseiam...”¹⁵⁸.

Georges Balandier concorda com os autores anteriores acrescentando que

“toda a realidade social é construída: o que pode aparecer de qualquer forma como *natural* é um produto da actividade conjugada dos homens, passada e presente. Nesta construção, a ciência associada à tecnologia, a comunicação e os seus media poderosamente equipados de jogos de palavras e de imagens, tornam-se agora os artesãos principais, dominantes, da apresentação do real”¹⁵⁹.

No caso da nossa dissertação é fundamental compreender a forma como os meios de comunicação social portugueses apresentam Cabo Verde e dessa forma como “constroem” a realidade deste país: o discurso da imprensa escrita portuguesa, os temas tratados e o sentido dos artigos noticiosos. Pela análise dos dados que serão apresentados mais adiante no desenvolvimento desta dissertação, procuraremos compreender a forma como o país é retratado na imprensa portuguesa e quais os elementos que têm voz nas peças jornalísticas para, assim, compreendermos qual a representação social de Cabo Verde que é feita na imprensa escrita portuguesa. Só assim poderemos aferir a imagem daquele país que é transmitida nos meios de comunicação nacionais e como essa acção condiciona ou não a percepção que as pessoas têm sobre aquela realidade.

Tendo em conta que vivemos hoje em sociedades de informação¹⁶⁰, onde o fluxo comunicacional é constante ao ponto de a informação ser quase uma condição

¹⁵⁶ **TRAQUINA**, Nelson, Op. cit. **nota 61**, p. 14.

¹⁵⁷ **BARREIROS**, José Jorge Fernandes Rodrigues, Op. cit. **nota 141**, p. 9.

¹⁵⁸ **CORREIA**, Fernando, Op. cit. **nota 51**, p. 82.

¹⁵⁹ **BALANDIER**, Georges, Op. cit. **nota 144**, p.129.

¹⁶⁰ Para saber mais sobre este assunto Cfr. **CASTELLS**, Manuel, *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, volume I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.

indispensável de existência, é fundamental termos consciência das fontes de informação. Dado que é através dos meios de comunicação social que os indivíduos constroem a sua percepção do real é importante que estes tenham conhecimento das fontes, para assim compreenderem não apenas o sentido da informação, mas também os interesses que estes servem. De facto, não é possível ignorar que em função das fontes variam, também, as intenções de quem transmite a mensagem (e as consequentes “leituras” dos destinatários da mesma), não esquecendo ainda as correspondentes pressões e os condicionamentos no seio dos meios de comunicação. “A produção de informação pela imprensa é uma actividade complexa e multifacetada, resultante de inúmeras intervenções, condicionamentos, pressões”, refere José Barreiros¹⁶¹.

De facto, dependendo da fonte utilizada pelos *media*, o produto final será sempre distinto e terá um impacto diferente sobre os indivíduos, sendo até, e muitas vezes, contraditório. Com um carácter mais formal as fontes institucionais ou primárias (elites do poder político, económico, sindicatos, movimentos) procurarão transmitir informações resultantes de uma posição, de um interesse “de classe” quer seja para adquirir quaisquer benefícios ou mesmo para atingir determinado “nicho” da sociedade. “Nas sociedades actuais a produção de informação encontra-se crescentemente institucionalizada. O aprovisionamento da informação necessária à existência social dos sujeitos processa-se, cada vez mais, a partir de fontes institucionalizadas”, defende José Barreiros¹⁶². Também, numa lógica menos formal, as fontes não institucionais (cidadãos) tenderão a transmitir informações que reflectam a sua situação particular, a sua realidade, que nem sempre encaixa na realidade “constituída” pelas fontes institucionais.

Não é nosso objectivo no âmbito desta dissertação, no entanto, fazer qualquer tipo de juízo de valor em relação às intenções ou interesses das fontes dos meios de comunicação, mas apenas clarificar a ideia de que estarão associadas às fontes, sua origem, natureza e objectivos a construção das representações que vão sempre assumir variações e condicionar o “resultado final”- a notícia. Até mesmo porque as fontes não são todas iguais nem conseguem aceder aos jornalistas da mesma forma. É nesse sentido que consideramos pertinente falar de representações sociais e de imagens do real e não apenas de uma imagem, dada a multiplicidade dos intervenientes, dos valores e

¹⁶¹ **BARREIROS**, José Jorge Fernandes Rodrigues, Op. cit. **nota 141**, p. 12.

¹⁶² Idem, p. 12.

dos interesses em causa. “A realidade apercebida e as actuações no real passam a estar indelevelmente marcadas pelas intervenções da actividade informativa da imprensa”, afirma José Barreiros¹⁶³.

Nesse sentido, podemos afirmar que os jornalistas exercem poder sobre a sociedade, mais concretamente sobre a opinião pública, e apesar de os públicos não serem meros receptores passivos e inertes, “a persistente e duradoura intervenção dos mass media vai contribuindo, com algum grau de eficácia, para a reorganização e reconfiguração dos quadros de referência a partir dos quais se opera a sua inserção social”¹⁶⁴. Reconhecendo a capacidade dos meios de comunicação social no que respeita à organização da sociedade e à sua incontestável omnipresença na vida quotidiana, podemos afirmar que estes funcionam como eficazes instrumentos de regulação e de dominação social.

3.4. A Informação-Espectáculo

Nos últimos anos temos assistido a várias mudanças que têm marcado profundamente as sociedades modernas e que tendem a moldar a sua própria organização. Essas mudanças têm sido, em grande parte, proporcionadas pelo advento da globalização que veio estabelecer novas formas de comunicação, mas também novas formas de conhecer o mundo e de entender a realidade.

É sobretudo com a massificação da televisão, nos anos ‘40 do século XX, que tem início a revolução. A “caixa negra” surge inicialmente como catalisadora de atenções e elemento congregador das massas. Os indivíduos começam por entender a televisão como meio de escape e de libertação das tensões, associada à satisfação das necessidades, passando o consumo a ocupar um lugar central na sociedade. Os movimentos reformistas e o desenvolvimento tecnológico e industrial são determinantes em todo o processo. Esta fase de transição, defendem alguns autores, pode ser dividida em dois movimentos: o “Modernismo” que está relacionado com a ideia do “poder dos seres humanos para fazer, melhorar e modificar o seu ambiente interno e externo, com o auxílio do conhecimento científico, da tecnologia e da experimentação sendo, por isso, na sua essência, progressiva e optimista”¹⁶⁵ e o Pós-Modernismo entendido como uma

¹⁶³Idem, *ibidem*, p. 15.

¹⁶⁴*Ibidem*, p. 23.

¹⁶⁵BALÃO, Sandra Rodrigues, Op. cit. **nota 45**, p. 66.

espécie de continuação do estado anterior, mas com a especificidade de estar “marcado por uma atenção crescente sobre questões relacionadas com os direitos civis e a igualdade de oportunidades, ilustrados por movimentos como o feminismo e o multiculturalismo, bem como pelas reacções contra estes movimentos”¹⁶⁶.

De facto é entre o final do século XIX, princípio do século XX que se verificam grandes mudança no panorama mundial, defendem alguns autores. Estabelece-se uma espécie de culto aos meios de comunicação de massas, o que acaba por estimular um desejo fervoroso de consumir cada vez mais informação, proveniente de vários pontos do planeta, enquanto ocorre uma espécie de anulação dos indivíduos em virtude do poder dos *media*.

“O impacto do rádio, da televisão, do cinema e da imprensa, utilizando todos os recursos da tecnologia moderna, realmente desencadeia uma revolução no panorama cultural. Eliminado as separações entre os estratos sociais (separações etárias, de classe, educação, raça, crenças) os meios de comunicação colectiva criam, verdadeiramente, uma nova cultura – a cultura de massas”,

afirma José Marques de Melo¹⁶⁷.

No entanto, a mudança não é pacífica. Com a cultura de massas instala-se também a incerteza. A incerteza não apenas em relação ao futuro, mas também no que diz respeito ao presente. A busca pela resposta é constante. Face a uma nova realidade, a um “novo mundo”, os indivíduos parecem perder a orientação. Os valores pelos quais pautavam os seus comportamentos e regravam as suas vidas desvanecem e são “criadas” novas necessidades, muitas vezes “fabricadas” pelos meios de comunicação de massas que acabam por exercer um certo controlo sobre as suas mentes. A esse propósito, Edgar Morin indaga: “[...] a cultura de massas é imposta do exterior ao público (e lhe fabrica pseudo-necessidades, pseudo-interesses) ou reflecte as necessidades do público?”¹⁶⁸. Nem o próprio autor consegue encontrar uma resposta definitiva, já que a cultura de massas ainda hoje coloca questões de difícil resposta.

É neste contexto que Michel Foucault nos fala dos “corpos dóceis”, isto é de corpos reduzidos a uma teoria geral de adestramento capaz de os submeter, utilizar, transformar

¹⁶⁶Idem, p. 75.

¹⁶⁷**MELO**, José Marques de, *Comunicação Social. Teoria e Pesquisa*, 6ª Edição, Coleção «Meios de Comunicação Social», Editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1978, pp. 112-113.

¹⁶⁸**MORIN**, Edgar, *Cultura de Massas no Século XX - o espírito do tempo*, Editora Forense, Rio de Janeiro, 1967, p. 49.

e aperfeiçoar a determinada vontade e com determinado objectivo¹⁶⁹. Na realidade, a capacidade de hoje os *media* “domesticarem” os indivíduos é inquestionável, mais do que indicar um caminho, os meios de comunicação social procuram guiar os indivíduos, ao longo do seu percurso, de acordo com aquilo que são os seus interesses.

“Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada dos seus elementos, dos seus gestos, dos seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe”¹⁷⁰,

refere Foucault.

Muitas vezes, os indivíduos pensam ser capazes de escolher o seu próprio caminho e de pensar pela sua própria cabeça sem se aperceberem do poder que os *media* exercem sobre a escolha que julgavam ser individual e consciente. Um poder avassalador mas ao mesmo tempo silencioso que “«adestra» as multidões confusas, imóveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais”¹⁷¹, mas que não demove os indivíduos de pensarem gozar de total liberdade nas suas escolhas.

Nas sociedades contemporâneas, os indivíduos estão convencidos de que fazem uso pleno da sua liberdade sem compreenderem que, na verdade, estão a ser orientados pela disciplina da sociedade, em geral, e dos *media*, em particular. Desse modo, podemos afirmar que os indivíduos alimentam uma falsa ideia de liberdade, pois mais do que pensar sobre os acontecimentos, limitam-se, na maior parte das vezes, a consumir “cegamente” aquilo que os *media* transmitem. “O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder”¹⁷², sublinha Foucault.

É com base nesta ideia que Michel Foucault trabalha sobre o conceito de “Panopticon”, uma ideia concebida pela primeira vez pelo jurista inglês Jeremy Bentham¹⁷³ que estudou “racionalmente” o sistema penitenciário; um projecto de prisão circular, onde um observador poderia ver todos os locais onde houvesse presos. E que levou Foucault

¹⁶⁹ Cfr. **FOUCAULT**, Michel, *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*, Editora Vozes, Petrópolis, 39ª Edição, 2011, p. 132.

¹⁷⁰ Idem, p. 133.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 164.

¹⁷² *Ibidem*, p. 146.

¹⁷³ Cfr. **BENTHAM**, Jeremy, *Panopticon. The Works of Jeremy Bentham*, Volume 4, Editado por John Bowring, Edimburgo, 1843.

a iniciar um processo de disseminação sistemática de dispositivos disciplinares, à semelhança do “Panopticon”.

Nos dias de hoje, pode fazer-se um paralelo entre o “Panopticon” e a Globalização, na medida em que vivemos num mundo onde todos têm a possibilidade de observação sobre todos graças às novas tecnologias da informação e da comunicação que inauguram novas formas de vigilância que por vezes se tornam tão dissimuladas que não são facilmente percebidas pelos indivíduos. Como defende Sandra Rodrigues Balão,

“[...] os avanços nesta área tanto servem os interesses e as necessidades verificados nos domínios militar, como na medicina, na genética, na pecuária, na indústria em geral, nos sistemas de vigilância (pondo em prática o *panopticon*), nos *media* e indústria cinematográfica, entre outros”¹⁷⁴. Acrescendo o facto de, muitas vezes, se desconhecerem os verdadeiros objectivos de quem as utiliza. “O mundo tornou-se um sistema panóptico, tudo tende a ser visto e todos podem ser voyeurs”¹⁷⁵.

Nesse sentido, como defende Foucault, esta vigilância sobre os indivíduos:

“organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anónimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, o seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede «sustenta» o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder [...] não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina”¹⁷⁶,

o que vem confirmar a análise de Moisei Ostrogorski sobre o modo como quem detém o poder, a quem ele deu o nome de *caucus*, é capaz influenciar as decisões dos restantes.

De facto, com a massificação dos meios de comunicação social os indivíduos não mais deixaram de consumir os produtos e as mensagens veiculados pelos agentes de informação, deixando-se ao mesmo tempo “controlar” pelo seu poder e pelos seus ditames. E é, sobretudo, a partir daqui que os investigadores iniciam a discussão em torno das audiências¹⁷⁷, isto é, de grupos que acabam por sofrer impactos por parte dos meios de comunicação de massas. No mundo contemporâneo, estabelece-se entre os

¹⁷⁴ **BALÃO**, Sandra Rodrigues, Op. cit. **nota 45**, p. 318.

¹⁷⁵ **BALANDIER**, Georges, Op. cit. **nota 144**, p.127.

¹⁷⁶ **FOUCAULT**, Michel, Op. cit. **nota 169**, p. 170.

¹⁷⁷ Para saber mais sobre audiências de massas Cfr. **NORRIS**, Pippa, “A Virtuous Circle – Political Communications”, in **Postindustrial Societies**, Cambridge University Press, Cambridge, 2000, pp. 106-112.

meios de comunicação e os indivíduos uma espécie de “compromisso” baseado numa reciprocidade relacional.

Nesse sentido, as audiências não são mais do que grupos de pessoas sobre as quais pode existir um interesse em enviar diversas mensagens, com vista a desencadear comportamentos desejados. Pelo que o mais correcto, hoje, é falar-se em audiências e não apenas em audiência, dada a variedade de interesses que se abatem sobre elas. Entre os *media* e os indivíduos estabelece-se, portanto, uma relação de troca.

Com a classe política passa-se, exactamente, o mesmo, estes precisam dos *media* para transmitir as suas mensagens, enquanto que os *media* necessitam, também, de aceder à informação política para fazer o seu trabalho.

“Os políticos precisam incontornavelmente de aceder aos *media* e às estratégias desses *media* (inclusivamente esperançados no contexto credível de audiência que eles oferecem); os jornalistas não podem executar a sua tarefa de análise e escrutínio político, sem acesso à informação política que os próprios agentes lhe conferem. Desse modo, uma linha contundente se forma, exprimindo a necessidade de um entendimento salutar entre as duas vertentes de organização, a política e a jornalística”¹⁷⁸,

refere Nilza de Sena.

A este facto, pode-se acrescentar que a relação de “compromisso”, baseada numa reciprocidade relacional, entre os meios de comunicação e os indivíduos estabelece-se sobretudo a partir do momento em que os meios deixam apenas de veicular informação e passam a “vender” espectáculo. Um fenómeno que tem mais impacto na televisão, mas que se enquadra perfeitamente nos restantes meios de comunicação social e que não deixa de gerar preocupação.

Os *media* e, em especial, a televisão dão aos públicos aquilo que eles querem ver e os públicos encontram na televisão um meio de escape às tensões do dia-a-dia, pela satisfação imediata das suas necessidades, como o alívio do stress do quotidiano ou a abstracção da realidade, mas também o “voyeurismo”, hoje cada vez mais comum. Como refere Sandra Balão,

“... parece ter-se instalado uma política pública transnacional de *tittytainment*. Os *media* asseguram o controlo da opinião pública através de uma criteriosa selecção e tratamento da informação a ser

¹⁷⁸SENA, Nilza de, *A Interpretação Política do Debate Televisivo 1974/1999*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL, Lisboa, 2002, pp. 55-56.

difundida, criam instrumentos de entretenimento vitais para manter o cérebro dos cidadãos *povoado de lixo*, a tecnologia desenvolvida pelas empresas e financiada pelo Estado *colabora* na produção de mais *matéria-prima* de distração – nomeadamente através de jogos de vídeo, criação de mundos virtuais e afins”¹⁷⁹.

Em várias ocasiões, mais espectáculo do que informação vem, assim, satisfazer as necessidades de ambas as partes: dos meios de comunicação pelo facto de conquistarem mais públicos e publicidade, e dos públicos pela satisfação “libertadora” das suas tensões múltiplas, culminando na generalizada abstracção e “fuga” da realidade. “A informação-espectáculo conquistou o poder porque conseguiu conjugar a legitimidade democrática da qual a informação é hoje em dia sinónimo, as incríveis perspectivas oferecidas pela técnica e a pressão do mercado”, refere Alain Minc¹⁸⁰.

Assim, os cidadãos consomem os produtos de televisão porque esta assume, em teoria, o compromisso de reproduzir a realidade em imagens, signos ou códigos. De facto, não existe um meio mais eficaz do que a televisão no que respeita à capacidade de aproximar mais os indivíduos dos acontecimentos; a imagem tem o poder de fascinar e de “agarrar” o telespectador. Daí que as agências de publicidade vejam na televisão um terreno fértil para investir. Como refere Pierre Bourdieu, na actualidade verifica-se uma “lógica do mercado e do marketing, introduzida pela televisão comercial” [em grande medida proporcionada] “pelo número e pela «visibilidade na mídia»”¹⁸¹, em relação aos produtos que se pretender publicitar junto dos públicos.

Como defende Thoveron, “os jornalistas e cronistas, qualquer que seja o assunto que tratem, parecem desde agora que vão ter que se preocupar com as oportunidades publicitárias que o seu trabalho poderá fornecer”¹⁸². Assim sendo, a televisão assenta numa lógica puramente comercial na medida em que “a notícia será escolhida em primeiro lugar porque ela é capaz de atrair os anunciantes”¹⁸³.

Nessa lógica, pode-se afirmar que mais do que informar, os *media* pretendem entreter e captar o máximo de investimentos publicitários que conseguirem. Em última instância pode-se dizer que os publicitários e os especialistas de marketing “têm um controlo

¹⁷⁹BALÃO, Sandra Rodrigues, Op. cit. **nota 45**, p.449.

¹⁸⁰MINC, Alain, Op. cit. **nota 50**, 1994, p. 116.

¹⁸¹BOURDIEU, Pierre, Op. cit. **nota 38**, p. 110.

¹⁸²THOVERON, Gabriel, *Le troisième âge du Quatrième Pouvoir*, Editions Labor, Bruxelas, 1999, p.3.

¹⁸³Idem, p.3.

significativo sobre a forma como a informação nos é apresentada”¹⁸⁴. Por exemplo, na televisão o alinhamento do noticiário e de alguns programas estão pensados de forma a servir os interesses do meio em termos de investimentos publicitários, tendo também em conta a linha editorial do próprio meio. O mesmo acontece com os jornais, na medida em que as notícias mais importantes são publicadas nas páginas centrais onde está localizada a publicidade mais cara.

Para Gabriel Thoveron, esta situação é bastante clara, pelo que o autor refere que

“a televisão impõe a sua verdade a uma imprensa a quem ela já roubou uma grande parte do tempo do seu público e dos seus recursos publicitários, e a verdade muda de carácter. Procurando seduzir para melhor se impor, o pequeno écran propõe a realidade como espectáculo, e transforma-a assim em divertimento”¹⁸⁵.

Esta forma de informar não gera, contudo, consenso e tem sido, nos últimos anos, alvo de inúmeras críticas pois põe em causa não apenas os valores da Democracia, mas, também, os direitos dos cidadãos em aceder a uma informação credível, factual e verdadeira. A informação “vendida” como espectáculo pode constituir-se, assim, como uma “névoa” que impede os indivíduos de fazer uma análise crítica e consciente daquilo que observam.

Como afirma Sandra Balão,

“actualmente a orquestração e modelação da opinião pública – que é quem tem o direito de voto e o exerce em maior ou menor grau consoante a forma como se sente em relação ao poder político e aos políticos profissionais em particular – é feita através dos meios de comunicação social. Estes transformam-se no veículo mais eficaz e mais poderoso para a formação e orientação da opinião pública”¹⁸⁶.

¹⁸⁴MEYERS, David, *Elite and Conspicuous Consumption*, in <http://pt.scribd.com/doc/17542150/Elite-and-Conspicuous-Consumption>, University of Phoenix, Arizona, 2009, p. 7. Consultado em 29/05/2011; às 16:30. [T.A.].

¹⁸⁵THOVERON, Gabriel, Op. cit. **nota 182**, p. 1.

¹⁸⁶BALÃO, Sandra, Op. cit. **nota 60**, p. 228. Para saber mais sobre o conceito de opinião pública Cfr. GLYNN, Carroll J.; HERBST, Susan; O'KEEFE, Garrett J.; SHAPIRO, Robert Y.; LINDEMAN, Mark; *Public Opinion*, Westview Press, Oxford, 2004, pp. 6-32. Tal como defendem estes autores, também nós consideramos difícil definir o conceito de “opinião pública”. Teoricamente, “opinião pública” pode ser entendido como a opinião do público, mas há vários factores que interferem na constituição dessa opinião. Não existe um consenso quanto a este conceito. Para estes investigadores, a “opinião pública” resulta de um conjunto de processos sociais, culturais que são, de certo modo, transmitidos aos indivíduos, através das instituições sociais e, em muitos casos, através dos próprios meios de comunicação. Além disso, a constituição da “opinião pública” depende também do próprio público, das suas características e dos valores que lhes são transmitidos. Não existem públicos iguais, pelo que a “opinião pública” não pode ser entendida como a soma da opinião de cada indivíduo, nem tão pouco como a opinião da maioria das pessoas. Aquilo que importa reter é que a definição de “opinião

Ao receberem espectáculo “mascarado” de informação, os cidadãos tendem, em teoria, a deixar de ser capazes de interpretar a realidade, pois aquilo que lhes é apresentado nem sempre apresenta marcas de factualidade e rigor, nem os transporta para o terreno da liberdade; sobretudo da liberdade de pensar.

A esse propósito, Sandra Balão alerta para a necessidade da “educação política das massas”¹⁸⁷. De facto, apenas uma opinião pública esclarecida e consciente da realidade da qual faz parte é capaz de analisar os fenómenos e combater os interesses das minorias governantes que nem sempre coincidem com os interesses da maioria. Somente os indivíduos esclarecidos poderão ser exigentes no que diz respeito às decisões orientadoras da vida colectiva.

Embora os *media* defendam que quanto mais informação fornecerem aos cidadãos, mais esclarecidos estes ficam, tal não deve ser visto como uma “máxima”. Não se espera da informação que ela seja vendida como um produto, mas sim que ela traga o conhecimento. A informação precisa de um filtro, precisa de tratamento e a injeção de notícias “24 sobre 24 horas” não pode funcionar como uma receita, sem qualquer limite. Para Minc, este fenómeno contribui para o desequilíbrio da Democracia e põe em causa todos os valores a ela associados:

“Estranho “homo mediaticus” que se torna, aos olhos desta filosofia de um novo género, tanto mais livre quanto mais estiver ligado, vinte e quatro horas por dia ao acontecimento! Esta legitimidade da informação, de longe superior a todas as outras, desequilibra a vida democrática: sem estatuto especial, sem posicionamento institucional, reina, esmaga e submete à sua própria hierarquia todos os outros sistemas de valores”¹⁸⁸.

Outro problema surge quando esta informação-espectáculo cai no erro da manipulação apresentando, por vezes, entretenimento como se fosse informação e até dados falsos como se fossem verdadeiros, não raras vezes perante uma audiência inerte, incapaz de pôr em prática o seu sentido crítico e pouco interessada em pensar sobre aquilo que lhe é apresentado.

Uma falha da sociedade e também dos cidadãos que se mostram, por vezes, pouco preocupados com a realidade que os rodeia, limitando-se apenas a consumir aquilo que

pública” comporta várias dimensões, de acordo com as metodologias aplicadas pelos investigadores, sendo por isso difícil dizer qual a melhor definição para este conceito.

¹⁸⁷BALÃO, Sandra, Op. cit. **nota 60**, p. 227.

¹⁸⁸MINC, Alain, Op. cit. **nota 50**, p. 117.

os *media* fabricam e que, prontamente, todos os dias, lhes chega e entra em casa. À falta de interesse e de entusiasmo junta-se também a própria falha das instituições, que se têm mostrado incapazes de acompanhar o avanço dos *media*, nomeadamente na velocidade, na regulação e na forma como a informação é transmitida. Não assumimos, contudo, aqui um fracasso total das instituições democráticas, mas reconhecemos alguma fragilidade na actuação das mesmas perante os actuais desenvolvimentos da sociedade. “No fundo, a informação-espectáculo é tanto filha do satélite como do falhanço das instituições clássicas. Se partidos, sindicatos, Igrejas, exércitos e escolas não estivessem em decadência, ela não teria assumido esta importância”¹⁸⁹, defende Minc.

Numa análise ao trabalho de Gramsci, J.-M. Piotte, embora referindo-se especificamente ao conceito de classe, o pensamento deste autor enquadra-se na perfeição nesta temática quando debate esta questão de forma clara e directa. Piotte não assume directamente que as instituições tenham falhado, mas sublinha a importância de existirem guias que orientem os indivíduos nas suas escolhas. Para ele, a classe deve ser orientada por um determinado grupo com conhecimentos suficientes para dar sentido e interpretar os acontecimentos, evitando assim desvios ou distorções. Daí que ele refira que a classe deve ser “guiada por teóricos e organizadores, isto é por intelectuais”¹⁹⁰ para sobressair a importância do intelectual colectivo. Estabelecendo uma comparação com as sociedades actuais, a lógica é a mesma. Qualquer sociedade necessita da intervenção das instituições capazes de filtrar as informações divulgadas pelos *media*. Se, teoricamente, os *media* trabalham para o seu público, este deve ser o elemento mais importante em todo o processo.

A interpretação que o público faz das informações que recebe depende e muito daquilo que as instituições difundem como valores ideais e correctos numa determinada sociedade. Assim, pode afirmar-se que o poder cultural de uma sociedade é relevante na medida em que é ele quem pode regular, de certo modo, as informações que os *media* transmitem e os conceitos que procuram inculcar no seio das sociedades. Os indivíduos apenas têm a capacidade de considerar algo como sendo certo ou errado tendo por base valores, ideais e conceitos que a sociedade, por meio das instituições e também do

¹⁸⁹ MINC, Alain, Op. cit. **nota 50**, p. 117.

¹⁹⁰ PIOTTE, J. -M., *O Pensamento Político de Gramsci*, Colecção Crítica e Sociedade 3, Edições Afrontamento, Porto, 1975, p. 84.

próprio Estado, lhes transmite ao longo da sua vida. São as instituições que moldam os indivíduos e quem os induz através do processo de socialização, a adoptar determinados comportamentos e atitudes, ainda que implicitamente. Daí a importância do seu papel na vida dos indivíduos e na forma como a própria sociedade evolui.

Como refere Pirotte:

“Além do Parlamento e da escola pública, poderíamos também enumerar uma enorme quantidade de organismos de Estado exercendo uma função hegemónica: bibliotecas, museus, etc. Assim, estes diferentes papéis hegemónicos exercidos pelo Estado – mesmo se eles estão subordinados ao seu papel de dominação – ajudam a espalhar entre as massas populares a ilusão que ele está de fora e é o árbitro da luta de classes. A sociedade civil implica também uma função subalterna de dominação. Podemos encontrá-la ao nível do controlo dos meios de produção ideológica”¹⁹¹.

Na actualidade, mais do que difundir o conhecimento, os *media* procuram, sobretudo, vender um produto para conquistar audiências e publicidade, sem qualquer desejo de “educar” as massas. Daí que para Gabriel Thoveron, “a expressão «imprensa do espectáculo» se mostre como a mais oportuna”¹⁹². Também o facto de os profissionais da comunicação “deterem parte do monopólio sobre os instrumentos de produção e difusão das notícias [tem um papel determinante na capacidade de] influenciar e impor à sociedade algumas de suas visões de mundo, que nem sempre estão inteiramente atreladas ao mercado ou sob suas sanções”, defende Carolina Marback de Sousa¹⁹³.

Na linha de pensamento proposta por Thoveron, pode assim afirmar-se que, hoje mais do que nunca, “o pequeno ecrã alterou a nossa forma de leitura, dado que ele se esforça para não nos pedir qualquer esforço de reflexão”¹⁹⁴. De facto, a televisão apresenta os conteúdos como se de um espectáculo se tratasse e espera que as audiências adiram àquilo que ela transmite sem qualquer tipo de contestação. A televisão-espectáculo alimenta, de certo modo, a inércia das grandes massas, mas não esclarece. Como afirma Fernando Correia, “...o emocional, o espectacular, o insólito ou o caricato poderão

¹⁹¹Idem, p. 191.

¹⁹²THOVERON, Gabriel, Op. cit. **nota 182**, p.5.

¹⁹³SOUSA, Carolina B. Marback, *Redes Invisíveis: As Faces Sinuosas da Mídia*, Universidade de Salvador, Salvador da Bahia, 1999, p. 2. (documento fornecido por um docente do ISCSP).

¹⁹⁴THOVERON, Gabriel, Op.a cit **nota 182**, p.16.

cumprir a intenção de aumentar as audiências, mas pouco ou nada esclarecem a problemática que lhes está por detrás”¹⁹⁵.

Assim, Carolina Marback de Sousa afirma que estes meios “denotam perigo à autonomia dos indivíduos, na medida em que simulam a realidade, tornando-a mais interessante ou real do que concretamente se configura”¹⁹⁶ o que, a ser verdade, constitui, de certo modo, um perigo à própria liberdade dos indivíduos na medida em que limita a sua capacidade de entender o mundo pelo facto de consumirem apenas aquilo que os *media* transmitem e tal como noticiam.

Podemos afirmar que, em muitos casos, os indivíduos deixaram de pensar limitando-se a consumir impávida e serenamente as informações veiculadas pelos *media*. Como afirma Gustave Le Bon, “a época actual constitui um dos momentos críticos em que o pensamento humano está em vias de transformação”, sobretudo devido à “destruição das crenças religiosas, políticas e sociais donde derivam todos os elementos da nossa civilização”¹⁹⁷. Na obra “Psicologia das Multidões”, o autor demonstra como o reino das multidões¹⁹⁸ é um terreno fértil para que os *media* possam semear os seus interesses, sem serem necessários grandes esforços.

Mais do que condicionar a visão das audiências, os meios de comunicação social terão estado associados, na sua génese, à missão de desempenhar o papel de promotores da liberdade e da diversidade, não mostrando apenas conteúdos susceptíveis de gerar lucro para o próprio meio, através da publicidade. De facto, hoje estabeleceu-se a regra do mediatismo, ou seja, se a história não entretém o telespectador, ela não vende, daí que Thoveron defenda que “a actualidade submete-se às necessidades da encenação”¹⁹⁹.

¹⁹⁵**CORREIA**, Fernando, Op. cit. **nota 51**, p. 97.

¹⁹⁶**SOUSA**, Carolina B. Marback, Op. cit. **nota 193**, p. 1.

¹⁹⁷**LE BON**, Gustave, *Psicologia das Multidões*, Coleção Livros de Bolso Europa-América, Publicações Europa-América, Mem Martins, (s/d), p. 13.

¹⁹⁸ Para saber mais sobre este conceito consultar a obra “Psicologia das Multidões”. Cfr. Idem. No entendimento de Gustave Le Bon, as multidões, analisadas do ponto de vista psicológico, constituem-se como um grupo específico. Como refere o autor: “um aglomerado de homens possui características novas e muito diferentes de cada indivíduo que o compõe. A personalidade consciente dilui-se, os sentimentos e as ideias de todas as unidades estão concentrados numa mesma direcção. Forma-se uma alma colectiva, transitória, sem dúvida, mas com traços muito nítidos. A colectividades transforma-se então naquilo que, à falta de uma expressão melhor, designarei por uma multidão organizada ou, se preferirmos, uma multidão psicológica. Ela forma um ser único e encontra-se submetida à *lei da unidade mental das multidões*” (p.21).

¹⁹⁹**THOVERON**, Gabriel, Op. cit. **nota 182**, p.5.

No livro “O Poder em Cena”, Georges Balandier reforça esta ideia sublinhando que na actualidade,

“a multiplicação e a difusão dos media modernos modificaram profundamente o modo de produção das imagens políticas. Podem ser fabricadas em grande número, por ocasião de acontecimentos ou circunstâncias que não têm necessariamente um carácter excepcional. Adquirem, graças aos meios audiovisuais, à imprensa ilustrada e ao reclame, uma força de irrupção e uma presença que não se encontra em nenhuma das sociedades do passado”²⁰⁰.

O que interessa, sobretudo, é semear uma ideia que entre, posteriormente, no espírito de quem assiste. O questionamento e a desconfiança são vocábulos que tendem, na actualidade, a desaparecer do dicionário dos *media*. Quantas mais pessoas forem atingidas melhor será o efeito e maior será o poder dos meios de comunicação.

“A psicologia das multidões mostra a fraca influência das leis e instituições sobre a sua natureza impulsiva e a incapacidade das multidões para terem opiniões alheias às que lhe são sugeridas... Só as impressões que for possível despertar na sua alma conseguem seduzi-las”²⁰¹,

defende Gustave Le Bon.

A televisão, em especial, pretende difundir informação para o momento, visando o consumo rápido, não permitindo espaço à reflexão. Interessa ser o primeiro a informar, o que normalmente se designa, na gíria jornalística, como “conseguir um furo”, conduzindo por vezes a uma informação incompleta, descontextualizada, alimentando a desinformação. “Eu dizia ao começar que a televisão não é muito propícia à expressão do pensamento. Estabelecia um elo, negativo, entre a urgência e o pensamento”, afirma Bourdieu²⁰².

A constante busca daquilo que é novo e o desejo de ultrapassar a concorrência impede os meios de comunicação social de aprofundar os assuntos, pelo que a apresentação dos conteúdos fica apenas por isso: pela apresentação. A partir daí, os *media* esperam que o contágio faça efeito e que integrados na multidão, os indivíduos não exerçam a sua capacidade de observar e de raciocinar. “Aposta-se na comunicação imediata em vez do recuo crítico, prefere-se o contacto ao esclarecimento, escolhe-se a proximidade em lugar da distância”, refere Mário Mesquita²⁰³. Não há uma análise detalhada dos

²⁰⁰BALANDIER, Georges, Op. cit. **nota 144**, p.97.

²⁰¹LE BON, Gustave, Op. cit. **nota 197**, p. 16.

²⁰²BOURDIEU, Pierre, Op. cit. **nota 38**, p. 39.

²⁰³MESQUITA, Mário, Op. cit. **nota 75**, p. 85.

acontecimentos. “Foram criados termos ou fórmulas para [os] qualificar (e desclassificar) e, para [os] citar: mediapolítica, arte Po, indústria do espectáculo político”²⁰⁴, acrescenta Balandier.

Em muitos casos não interessa explicar os acontecimentos, apenas “vender” histórias. Daí que Carolina Marback de Sousa afirme que

“a velocidade imposta pela busca ávida da novidade (furo jornalístico), assim como pela concorrência, tende a conferir ao espaço televisivo a falta de propensão ao pensamento crítico, facto que legitima em grande parte a reprodução de ideias feitas – aquelas que todos aceitam e, conseqüentemente, as que compactuam com a despolitização e o conformismo dos indivíduos”²⁰⁵.

É, de facto, a celeridade do movimento de globalização que faz com que os conteúdos fornecidos pelos *media* sejam apresentados de forma grotesca, aproximando sem contextualizar, informando sem explicar e comunicando sem compreender. “A civilização dos *media* permite-lhes dar a ver mais do que a pensar, conduzir uma política da imagem que utiliza necessariamente a arte do espectáculo”²⁰⁶. As sociedades contemporâneas alimentam e alimentam-se do efémero, do consumo momentâneo e, sobretudo, do espectáculo. O perigo está, então, no facto de se cair na teia da manipulação, transmitindo os acontecimentos não como eles são, mas de acordo com os interesses de quem veicula a mensagem, “quando não chega mesmo a fabricá-los”²⁰⁷, como equaciona Thoveron. Assim, além de não existir uma filtragem dos acontecimentos que realmente interessam, também não existe nos *media* espaço para pensar.

Como defende o autor,

“os media já não nos abrem uma janela sobre o mundo, eles abrem o pano de cena, uma cena de um teatro tanto mais maravilhoso quanto cada um de nós pode aí desempenhar um papel... se sair da sua casa, deve levar consigo uma máquina fotográfica ou de preferência uma câmara de filmar, para o caso de acontecer um qualquer incidente que se venha oferecer aos seus olhos”²⁰⁸.

É, na verdade, a submissão dos meios de comunicação social aos ditames da publicidade e às leis da concorrência que os tem impedido de oferecer produtos

²⁰⁴BALANDIER, Georges, Op. cit. **nota 144**, p.97.

²⁰⁵SOUSA, Carolina B. Marback, Op. cit. **nota 193**, p. 3.

²⁰⁶BALANDIER, Georges, Op. cit. **nota 144**, p.98.

²⁰⁷THOVERON, Gabriel, Op. cit. **nota 182**, p.1.

²⁰⁸Idem, p. 11.

diversificados que impliquem a capacidade de pensar e a análise aos factos. “Os *media* acabam por se ver à medida da reverência dos outros. Os homens políticos, os responsáveis económicos, os intelectuais não podem lamentar-se de um estado de coisas de que são também cúmplices”, afirma Minc²⁰⁹.

Para Balandier, o que se passa no mundo actual é muito claro, “o consumidor apaga então o cidadão; o que produz, segundo interpretações que só são contraditórias na aparência, uma despolitização progressiva ou uma politização do quotidiano, portanto, generalizada”²¹⁰.

De facto, hoje, os *media* mais do que abrir horizontes aos cidadãos para que estes possam alcançar o conhecimento tendem a restringir a sua capacidade de pensar e a sua própria autonomia já que lhes oferecem, sem que para tal estes façam um mínimo esforço, toda a informação de que precisam, por vezes sem qualquer tratamento ou filtragem. Em muitos casos, os *media* tendem a servir os interesses do mercado mais do que a servir os interesses dos cidadãos para os quais teoricamente trabalham.

²⁰⁹MINC, Alain, Op. cit. **nota 50**, p. 129.

²¹⁰BALANDIER, Georges, Op. cit. **nota 144**, p.101.

CAPÍTULO IV- Jornalismo e Política

4.1. O Jornalismo e a Democracia

É indiscutível que os *media* ocupam um lugar central nas sociedades contemporâneas. Aliás, nos dias de hoje, é quase impossível pensar em sistemas democráticos sem meios de comunicação social livres e independentes. A Democracia enquanto teoria fundadora das liberdades e garantias dos cidadãos consagrou também a afirmação dos *media* no seio das sociedades. Entre Jornalismo e Democracia estabelece-se uma relação dialéctica que tem na sua base a liberdade.

Como afirma Nelson Traquina, “a democracia não pode ser imaginada como um sistema de governo sem liberdade, e o papel central do jornalismo na teoria democrática, é informar o público sem censura”²¹¹. De facto, é com a consagração da Democracia, enquanto sistema político, que os cidadãos tomam consciência da importância e do poder dos *media*. Deixando de fornecer propaganda e passando a oferecer aos indivíduos informação, o Jornalismo ganhou, sobretudo a partir do século XIX, estatuto social e valores como verdade, rigor e independência passaram a ser associados ao trabalho jornalístico.

“A luta por meios de comunicação social democráticos é um processo permanente e sem soluções definitivas. É uma luta por um tipo de sociedade que está condenada a produzir mais do que a sua quota de dissidentes, porque é dotada de uma enorme capacidade de levantar objecções conscienciosas à infalibilidade”,

refere John Keane²¹².

Na realidade, a Democracia é uma das grandes responsáveis pela constituição do Jornalismo enquanto actividade legítima e livre. Desde os tempos primitivos até à modernidade que muitos significados têm sido atribuídos à palavra Democracia. Aliás, esse é talvez o conceito político mais utilizado, desde a sua origem na Grécia Antiga até à Contemporaneidade. Amada por uns e odiada por outros, a Democracia nem sempre tem gerado consenso. O conceito de Democracia nasceu na Grécia Antiga, no decorrer do século IV a.C., sob o pressuposto de que a Democracia (popular) seria um “governo do povo, para o povo e pelo povo”, onde todos os indivíduos conheciam profundamente

²¹¹TRAQUINA, Nelson, Op. cit. nota 61, p.12.

²¹²KEANE, John, *A Democracia e os Média*, Coleção Memórias do Mundo, Temas e Debates, Lisboa, 2002, pp. 16-17.

o que se passava na comunidade. É, na verdade, aos gregos de outrora que devemos a riqueza e a compreensão da democracia. Como Robert Dahl explica, *demos*, povo, e *kratia*, regra ou autoridade, traduzem-se no “governo do povo”²¹³.

Já Platão abominava a Democracia. Para o filósofo esta não era mais do que um enaltecimento da *doxa* (da opinião popular), face ao conhecimento. Por sua vez, Aristóteles, grande seguidor de Platão, considerou a Democracia como uma condição indiscutível para um bom governo, embora esta necessitasse de aperfeiçoamento.

Contudo, hoje todos compreendemos que a Democracia é indissociável das ideias de liberdade e de dignidade humana e é com ela que nasce o conceito de cidadão (homem livre capaz de pensar pela sua própria cabeça e preparado para tomar decisões). Bernard Crick, teórico político inglês, entende a Democracia do seguinte modo: “Ela é a concubina de todos e, no entanto, preserva a sua magia, mesmo quando um amante percebe que os seus favores estão a ser ilicitamente partilhados por muitos outros”²¹⁴.

A pureza da Democracia advém do facto de cada um de nós poder servir-se dela, mas também, de ela poder ser partilhada por todos sem o medo de se sofrer qualquer tipo de represália por estar ao alcance do outro. No entanto, para que a Democracia seja aceite por todos é importante que exista unidade, coesão e harmonia entre os homens para aceitar essa condição.

“A luta para controlar a definição de democracia é uma característica intrínseca das sociedades modernas. E, no entanto, a democracia não é uma palavra que possa significar o que nos apetece. A democracia é essencialmente um sistema de regras processuais com implicações normativas. Estas regras especificam *quem* está autorizado a tomar decisões colectivas e os *métodos* através dos quais tais decisões devem ser tomadas independentemente das áreas da vida em que a democracia é praticada”,

defende Keane²¹⁵.

Ainda assim, nas sociedades actuais paira sobre as nossas cabeças o dilema entre aquilo que é a teoria da Democracia e aquilo que observamos na prática. No domínio da realidade, a Democracia, sobretudo nos países do Ocidente, apresenta-se como um tipo

²¹³ DAHL, Robert, *Democracy and its Critics*, Yale University Press, New Haven, 1989, p. 3.

²¹⁴ CRICK, Bernard, *In Defence of Politics*, 4ª Edição, The University Press, Chicago, 1993, p.56.

²¹⁵ KEANE, John, Op. cit **nota 212**, 2002, p. 164.

de organização sócio-política, mas para os cidadãos ela não passa de uma figura retórica já que os pressupostos a ela associados não se verificam na prática²¹⁶.

O exercício da Democracia, na sua plenitude, apenas é conseguido se, por um lado, teoria e prática caminharem a par e, por outro, se os cidadãos respeitarem os valores, as regras e as normas de conduta que regem a vida em sociedade e que os indivíduos interiorizam como forma de manutenção da ordem social, na qual se estabelecem as interações entre os elementos da comunidade. De facto, não pode haver liberdade sem ordem.

E, nessa lógica, Jornalismo e Democracia seguem o mesmo caminho. Ambas fundamentam a sua existência na busca da verdade e na denúncia dos abusos. Como refere Keane, o Jornalismo “envolve a investigação paciente e a denúncia da corrupção, da conduta incorrecta e da gestão danosa dos políticos”, acrescentando que “o seu objectivo é atingir o poder político, fazer vergar a sua arrogância, alargando os limites do debate público e aumentando o envolvimento dos cidadãos nas esferas públicas da sociedade civil”²¹⁷.

É nesta linha que podemos referir que Jornalismo e Democracia complementam-se na medida em que ambos remetem para o campo da liberdade e tentam, na medida do possível, contribuir para que as sociedades se tornem mais vigilantes e conscientes do seu papel, embora saibamos que isso nem sempre acontece nas sociedades contemporâneas. Jornalismo e Democracia lutam pelo pressuposto da liberdade, mas por vezes, os interesses particulares quer de jornalistas quer de políticos levam a que assistamos a uma luta de forças entre as duas realidades, no sentido de exercerem o poder e a influência sobre a outra.

De acordo com Keane, “uma imprensa livre permite que o público vigie de perto a burocracia, evitando assim o aparecimento do nepotismo no seio de legisladores e governantes”²¹⁸. De facto, esse é o cenário ideal, mas nem sempre esse desejo se realiza pois sabemos que tanto o Jornalismo como a Democracia apresentam limitações que os coíbem de porem em prática os ideais nos quais ambos se baseiam.

O enfraquecimento das instituições democráticas e o não envolvimento dos cidadãos na vida civil são apenas alguns dos sinais que demonstram algumas das falhas do sistema

²¹⁶ Cfr. **MOREIRA**, Adriano, “A Vigília Atlântica”, Separata, in **Atlântida**, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, Volume 1, 1987, pp. 18-19.

²¹⁷ **KEANE**, John, Op. cit **nota 212**, p. 138.

²¹⁸ Idem, p. 33.

democrático. Num regime democrático é a sociedade civil que por meio das suas acções dá vida ao próprio Estado. Um Estado sem cidadãos não tem qualquer razão de existir. Contudo, hoje verifica-se que os indivíduos estão cada vez mais distantes dos centros de decisão e, aparentemente, mais submissos às vontades e desígnios das elites governativas. Nas sociedades modernas, a sociedade civil parece ter perdido a força de outros tempos. Para Adriano Moreira, a sociedade democrática baseia-se nesta relação dinâmica entre “a sociedade civil e o aparelho do Poder”²¹⁹.

Contrariamente aos pressupostos democráticos, actualmente há uma tendência para que os cidadãos sejam, de certa forma, excluídos dos centros de decisão. Parece persistir uma névoa em torno da elite governativa que impede a sociedade civil de compreender o modo como a política é conduzida. A falta de transparência e, por vezes, de verdade na política leva a que a sociedade civil não acredite no próprio Poder e perca a vontade de contestar aquilo que está errado e que não vai ao encontro da satisfação dos seus interesses.

A esse propósito, Keane refere que as

“igrejas, lares, sindicatos, meios de comunicação social e muitas outras instituições da sociedade civil continuam a não ser suficientemente democráticas. Isto aponta para a necessidade de aperfeiçoar e aumentar a democracia, alargando os domínios em que os cidadãos podem viver de acordo com os requisitos mínimos do sistema democrático”²²⁰.

Nesse sentido, pode afirmar-se que é fundamental um alargamento do processo de democratização da esfera política para a esfera civil, de modo a que todos os cidadãos possam envolver-se e ter um papel activo nos processos de tomada de decisão, de forma a afirmarem a sua individualidade e a tornarem-se verdadeiros cidadãos, como pressupõe a Democracia. É no envolvimento com a política que os indivíduos se tornam, pelo menos em teoria, mais conscientes da realidade da qual fazem parte.

Como afirmam Karl Popper e John Condry, “uma sociedade aberta é uma sociedade que não procura destituir os seus membros de responsabilidade pessoal, mas que, pelo contrário, cria condições para que eles possam exercê-la serena e activamente”²²¹.

²¹⁹ MOREIRA, Adriano, Op. cit. **nota 21**, p. 169.

²²⁰ KEANE, John, Op. cit **nota 212**, p. 166.

²²¹ POPPER, Karl e CONDRY, John; *Televisão: Um perigo para a Democracia*. Colecção Trajectos, 2ª Edição, Gradiva, Lisboa, 1999, p. 77.

4.2. A Dimensão Política do Jornalismo

O Jornalismo bem como a liberdade de imprensa são uma conquista das sociedades modernas e da Democracia. É com a instauração dos regimes democráticos que se consagram os direitos “de informar” e de “ser informado”. E aqui, os *media* desempenham um papel fundamental.

“A Constituição distingue e trata separadamente a liberdade de expressão e informação, como um direito de todas as pessoas, qualquer que seja o meio utilizado (artigo 37º) e o exercício daquela liberdade, através dos meios de comunicação social (artigo 38º)”²²².

Não se pode negar o papel e a responsabilidade dos meios de comunicação social no que respeita à necessidade de informar os cidadãos de forma objectiva, factual e rigorosa, como pressupõe a própria ética jornalística.

No entanto, são conhecidas as dificuldades de os jornalistas conseguirem reportar os factos obedecendo às regras éticas e deontológicas da profissão. Sobretudo, quando as informações relatadas se referem à área da Política. Nesta dissertação, procura-se perceber a forma como a imprensa escrita portuguesa constrói o seu discurso sobre Cabo Verde e a imagem que é projectada através desse discurso. Não se pode ignorar, portanto, a relação intrínseca que se estabelece entre o Jornalismo e a Política, sobretudo nas sociedades actuais. Sociedades cada vez mais mediatizadas, em que tudo o que interessa é, pelo menos de certo modo, filtrado e tratado pelos meios de comunicação social.

De facto, nos dias de hoje, pode afirmar-se que tudo o que interessa está nos meios de comunicação. É através dos assuntos que a comunicação social coloca na ordem do dia que as pessoas são capazes de se manterem informadas sobre determinado assunto, sendo por isso essencial perceber a forma como a imprensa organiza o discurso sobre determinada realidade.

Jornalismo e Política são, assim, duas áreas cruciais nas sociedades democráticas podendo, mesmo, afirmar-se que estes dois campos mantêm um elo entre si que, em muitos casos, é indissociável. Na actualidade, é relevante a discussão em torno da actividade jornalística e das suas responsabilidades relativas à difusão do conhecimento

²²²CARVALHO, A. Arons de; A., M. CARDOSO e J. P. FIGUEIREDO; *Direito da Comunicação Social*, 2ª Edição, Editorial Notícias, Cruz Quebrada, 2005, p. 77.

entre os cidadãos, por um lado, e à sua estreita relação com o poder político, por outro. Hoje, sabemos que os *media* são instrumentos indispensáveis da Democracia e que como refere Fernando Correia, estes “ocupam um lugar central na nossa sociedade”²²³. É nesse contexto que surge o trabalho que enquanto investigadores nos propomos desenvolver. Um estudo direccionado, sobretudo, para a dimensão política do jornalismo, mais concretamente, da dimensão política do jornalismo português aplicada à realidade cabo-verdiana.

De facto, não é nova a preocupação de estudar a interligação do jornalismo e da política. É com o estudo precursor de Walter Lippmann²²⁴, em 1914, que se iniciam as investigações sobre a dimensão política do jornalismo. Também os investigadores da escola norte-americana e da escola britânica aprofundam este estudo, sendo Alexis de Tocqueville²²⁵, no começo do século XIX, um dos primeiros a destacar o papel desempenhado pela imprensa na opinião pública. Também Gabriel Tarde²²⁶ analisa esta questão, destacando a estreita ligação entre a imprensa, os públicos e a política.

Nos finais do século XIX e princípios do século XX, muitas outras correntes de investigação associadas ao jornalismo foram surgindo. Começando pelos estudos que consideravam os jornalistas como “actores políticos”, como defendia Patterson²²⁷, em 1997, ou mesmo como uma ameaça à Democracia, como afirmavam Blumler e Gurevitch²²⁸, em 1995, nos seus estudos. Face aos investigadores mais clássicos, surgem, hoje, alternativas que mais do que colocar o jornalismo como instrumento ao serviço da Democracia, entendem-no como um mediador.

De facto, as mudanças verificadas nas sociedades contemporâneas têm levado a um certo distanciamento dos cidadãos face à política. Na maior parte dos casos, verifica-se que os partidos já não têm a capacidade de mobilizar os cidadãos para a defesa dos seus interesses ou que têm, pelo menos, muita dificuldade. Nos seus estudos, Blumler e Gurevitch sublinham esta mudança e deixam claro o novo lugar ocupado pelos *media* na

²²³ **CORREIA**, Fernando, Op. cit. **nota 51**, p. 9.

²²⁴ Cfr. **LIPPMANN**, Walter, *Drift and Mastery*, Wisconsin Press, The University of Wisconsin Press, Wisconsin, 1914.

²²⁵ Cfr. **TOCQUEVILLE**, Alexis de, *Da Democracia na América*, Principia, Cascais, 2001.

²²⁶ Cfr. **TARDE**, Gabriel, *A Opinião e as Massas*, Coleção Tópicos, Martins Fontes, Rio De Janeiro, 1992.

²²⁷ Cfr. **PATTERSON**, Thomas (1997) “Serão os media noticiosos actores políticos eficazes?”, in **TRAQUINA**, Nelson (org.) *Jornalismo 2000*, Relógio D’Água Editores, Lisboa, 2000, pp. 75-96.

²²⁸ Cfr. **BLUMLER**, Jay G. e **GUREVITCH**, Michael, *The Crisis of Public Communication*. Routledge, Londres, 1995.

sociedade. Os meios de comunicação passaram a ser vistos como uma espécie de “guardiões” da Democracia e dos interesses dos cidadãos, constituindo-se como o referido “Quarto Poder”.

A legitimidade do Jornalismo enquanto “Quarto Poder” advém, assim, da importância do impacto das práticas jornalísticas no processo político e no quotidiano dos cidadãos. Nas sociedades contemporâneas, o Jornalismo afecta a Democracia de tal modo que a própria agenda política é influenciada pela agenda mediática. Para os defensores do Jornalismo enquanto “Quarto Poder”, o papel dos jornalistas passa por observar e vigiar o poder político em nome do chamado interesse público, dando voz aos demais elementos que fazem parte da sociedade, para que assim lhes seja dada a possibilidade de desempenharem o seu papel de cidadãos, participando na vida cívica, com responsabilidade.

Mais do um mero instrumento do sistema político, o Jornalismo é cada vez mais visto como um poder em ascensão capaz de condicionar o poder político e de determinar a sua própria actividade, daí que muitos investigadores falem, nas sociedades contemporâneas, de uma política mediática. Como afirma Pierre Bourdieu, nas sociedades modernas estamos perante “...a influência incessantemente ampliada de um campo jornalístico, ele próprio sujeito a uma influência crescente da lógica comercial sobre um campo político sempre obcecado pela tentação da demagogia”²²⁹.

Para o autor, a força que os *media* têm conquistado tem contribuído para o enfraquecimento da “autonomia do campo político e, por conseguinte, [da] capacidade concedida aos representantes (políticos ou outros) de invocar a sua competência de *peritos* ou a sua autoridade de *guardiões dos valores colectivos*”²³⁰.

Nesta linha, podemos afirmar que os *media* ocupam um lugar central nas sociedades democráticas e que os restantes campos da sociedade funcionam como extensões que gravitam em torno do campo mediático como forma de obterem visibilidade e, sobretudo, voz no seio das sociedades. Mais do que nunca, hoje os meios de comunicação exercem uma extrema influência sobre as restantes esferas da vida social.

²²⁹BOURDIEU, Pierre, Op. cit. **nota 38**, pp.115-116.

²³⁰Idem, pp.115-116.

CAPÍTULO V- Cabo Verde. Nove ilhas, uma cultura.

5.1. Breve Introdução. Caracterização do país

A República de Cabo Verde é um país constituído por um arquipélago situado no Oceano Atlântico, a 455 quilómetros da costa ocidental de África. Com pouco mais de 300 mil habitantes, o arquipélago é constituído por dez ilhas e cinco ilhéus de origem vulcânica e está localizado “entre as latitudes de 14° 23’ e 17° 12’ N e as longitudes de 22° 40’ e 25° 22’”²³¹ e tendo como capital, a cidade da Praia, situada na ilha de Santiago.

Como refere Ilídio do Amaral, Cabo Verde

“marca a extremidade ocidental da faixa do Sahel, caracterizada por condições climáticas de aridez e semiaridez, na dependência de fenómenos que acompanham as migrações anuais e seculares da convergência intertropical e seus efeitos desastrosos quando, nos movimentos para norte, tal faixa pluviogénica da circulação atmosférica não alcança as ilhas”²³².

É entre 1460 e 1462 que as ilhas são descobertas. No regresso de uma viagem de descobrimento da costa da Guiné, o português Diogo Gomes e o genovês António de Nola avistam três ilhas “uma a que chamariam de “Santiago” e outra “S. Filipe”, porque o dia do achamento era dedicado a esses santos, e outra de “Maio”, mês em que foi avistada”²³³.

Com algumas dificuldades devido às condições climáticas e à distância do reino, as ilhas (as restantes foram descobertas em anos posteriores) começam a ser povoadas e exploradas a partir de 1462 por “aventureiros portugueses, a maioria dos quais provenientes do Algarve, a que se seguiram alguns catalães, genoveses, castelhanos, judeus e degredados portugueses”²³⁴.

A primeira ilha a ser explorada é a de Santiago. Depois do povoamento humano das ilhas, é trazido o gado, mas a aridez e as condições do solo obrigam os colonos a utilizarem o trabalho de escravos resgatados na Guiné para o amanho da terra. Aquela ilha torna-se assim num “ponto de escala e aprovisionamento de navios, bem como um

²³¹ **AMARAL**, Ilídio do, in **ALBUQUERQUE**, Luís de e **SANTOS**, Maria Emília Madeira (org.); *História Geral de Cabo Verde*, Instituto de Investigação Científica Tropical, volume 1, Lisboa, 1988, p.

1.

²³² *Idem*, p. 1.

²³³ **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS** (org.), Cabo Verde. Dez ilhas, um país, cinco continentes, Lisboa, 1ª Edição, 2007, p. 25.

²³⁴ *Idem*, p. 25.

interposto de escravos que, resgatados na costa africana por troca de mercadorias (principalmente de fio e panos de algodão), seguiam depois para a Europa e a América após passagem por Santiago”²³⁵.

É, de facto, este cruzamento de povos, de várias partes do mundo, que confere, ainda hoje, ao país uma extensão da mestiçagem que se manifesta através da diversidade cultural, da alimentação e mesmo da língua (o crioulo, uma mistura entre a língua portuguesa e os dialectos africanos com origem nos escravos).

“Os habitantes de Cabo Verde são, em termos antropológicos, maioritariamente de três tipos: brancos europeus (em número muito reduzido – cerca de 2% do total), negros (originalmente da costa da Guiné, quase 30%) e mestiços (uma larga maioria de 70%), resultantes do cruzamento, em diferentes graus, dos brancos e dos negros de várias etnias ao longo dos séculos”²³⁶.

De facto, são as especificidades da colonização que justificam a riqueza e diversidade de Cabo Verde: um povo sereno, isolado, mas aberto a novas culturas e acolhedor de outros povos.

“O isolamento das ilhas face ao resto do mundo e o isolamento de cada ilha no contexto do arquipélago ajudaram a criar uma diferenciação cultural peculiar no conjunto do país, que foi por sua vez enriquecida com a contribuição dos mareantes dos mais variados países, inicialmente europeus, que escalavam os portos de Cabo Verde. Se a estas condicionantes acrescentarmos a influência da forte diáspora cabo-verdiana, ao longo de muitas dezenas de anos, teremos encontrado uma simbiose cultural de uma riqueza ímpar e que traduz a universalidade do cabo-verdiano de hoje”²³⁷.

A riqueza cultural e a alegria de viver que os nativos, orgulhosamente, chamam de “morabeza” não se reflecte, no entanto, nas condições económicas e sociais do país, onde grande parte da população é rural e vive na dependência de uma agricultura pobre e incerta. Cabo Verde “constitui o paradigma de Estado – arquipélago subdesenvolvido, cuja população cada vez mais numerosa vive fundamentalmente dos fracos recursos de uma agricultura de géneros alimentícios de rendimentos relativamente baixos”²³⁸ e a população daquele país, que tem um clima tropical seco, tenta, assim, tirar o maior proveito das especificidades do clima, nomeadamente das fontes de energia como o Sol, o vento e o mar. Também as características insulares das ilhas, onde predominam as

²³⁵Idem, *ibidem*, p. 25.

²³⁶*Ibidem*, p. 25.

²³⁷*Ibidem*, p. 41.

²³⁸AMARAL, Ilídio do, in ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (org.); Op. cit. **nota 231**, p. 18.

arribas que dificultam quer o acesso quer o cultivo das terras constituem-se como uma dificuldade.

No entanto, como refere Ilídio do Amaral,

“nos últimos anos muito se tem feito para melhorar as condições de vida nas ilhas, em domínios fundamentais como o sanitário e da saúde, da educação e da assistência social. Sob pena de comprometer todos os esforços de desenvolvimento, o Governo cabo-verdiano tem procurado formar uma *élite* de técnicos e de especialistas capazes de implementar as infra-estruturas e fazer funcionar a economia regenerada”²³⁹.

Apesar de todo o trabalho que tem sido feito até agora, Cabo Verde enquanto país pequeno, insular e caracterizado por condições climáticas pouco favoráveis necessita de se desenvolver pelo que além das transformações internas, os responsáveis pelo arquipélago têm-se também centrado nas suas relações com o exterior e as parcerias multilaterais são fundamentais para que o país possa responder aos constantes desafios e adversidades que o mundo contemporâneo apresenta.

Assim sendo, a escolha pelo multilateralismo²⁴⁰ enquanto factor de fomento da cooperação multilateral e capacidade de afirmação de Cabo Verde no cenário internacional deve ser repensada e aproveitada pelos políticos cabo-verdianos no sentido de colocar o arquipélago na rota dos Estados internacionais interessados em contribuir para a integração de Cabo Verde no mundo, tendo em vista a melhoria das condições sociais, económicas e políticas do país.

A própria complexidade do quadro internacional, a multiplicidade de interesses, a numerosa diáspora espalhada pelo mundo e a necessidade de manter Cabo Verde na corrida da competitividade económica mundial têm levado os políticos cabo-verdianos a repensar as relações externas de Cabo Verde. A sua posição estratégica ao largo do Oceano Atlântico pode e deve, assim, tornar-se num ponto forte dado que, na actualidade, os Estados não podem viver isolados e, por essa razão, as relações de interdependência são fundamentais para a afirmação dos Estados e para a sua manutenção na cena internacional.

²³⁹Idem, p.22.

²⁴⁰ Cfr. COSTA, Suzano, *Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, Estratégias e Retóricas de Integração*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, FDL/UNL, Lisboa, 2009, p. 162.

5.2. A História da Democracia em Cabo Verde

Cabo Verde é um país com uma história recente de Democracia. Ao contrário de outros países africanos, Cabo Verde não teve de travar uma luta de libertação nacional, na medida em que a sua independência foi conquistada com base em processos de negociação. Foi na Guiné, através do Partido Africano para a Independência Nacional da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que se iniciou a luta pela independência dos dois territórios e da qual Amílcar Cabral passou a ser o rosto visível, durante cerca de 17 anos.

Em Maio de 1974, o PAIGC, um partido que tinha como base ideológica o marxismo-leninismo, reúne-se com as autoridades portuguesas em Londres para a negociação da independência e, logo nessa altura, começam a surgir as primeiras dificuldades. A posição geoestratégica de Cabo Verde e os alegados compromissos de Portugal com a NATO constituem-se com principais entraves à negociação²⁴¹.

A desinformação na imprensa era constante e a confusão estava instalada: uns defendiam a integração de Cabo Verde no Estado da Guiné-Bissau, cuja independência estava praticamente encaminhada, e outros entendiam que o arquipélago era uma continuação dos Bijagós. Cabo Verde estava a tornar-se numa questão sensível e preocupante, no cenário internacional, mas ninguém queria deixar cair por terra a luta pela independência do país.

Finalmente, a 5 de Julho de 1975, Cabo Verde conquista a sua independência e o PAIGC, o único partido nacional, inicia uma nova luta: a de organizar o país até então governado pelos colonos. Embora independente, a situação económica e social não era a melhor. Com uma população estimada em 208 mil habitantes, a economia mantinha-se atrasada, a agricultura estava em crise e o clima adverso continuava a ser um dos principais obstáculos ao desenvolvimento²⁴².

A caminhada pela democratização não foi fácil, sobretudo devido ao regime monopartidário que vigorou no país entre 1975 e 1990. Em Janeiro de 1991, o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), que acedeu ao poder logo após

²⁴¹Cfr. **LOPES**, José Vicente, *Cabo Verde. Os Bastidores da Independência*, Spleen Edições, Praia, 2ª Edição, 2002, p. 315.

²⁴²Idem, p.468.

a independência, realizou as primeiras eleições legislativas pluralistas no país e acabou por perdê-las.

O Movimento para a Democracia (MpD), que surgiu como primeiro e único partido de oposição legal a fazer frente ao PAICV e também ao PAIGC que proibiam a existência de qualquer outra força partidária, foi o grande vencedor das eleições, alcançando “uma vitória esmagadora, com uma maioria de 61,6 por cento dos sufrágios, e 56 dos 79 assentos da Assembleia Nacional. O PAICV obteve 32,3 por cento dos sufrágios e 23 deputados”²⁴³. A vontade de modificar a Constituição era um dos maiores desejos do partido pelo que logo após as eleições, o MpD apresenta um conjunto de reformas com vista a concretizar a mudança. Foi a vitória do partido que quis fazer frente à crescente contestação e crítica permanente ao sistema de partido único implementado pelo PAIGC e instituído pela Constituição da República de Cabo Verde²⁴⁴ de 1980.

De facto, é a partir dos anos 90, do século XX, que Cabo Verde inicia o seu processo de “democratização política e jurídica ... com a substituição do monopartidarismo pelo multipartidarismo e das leis antigas por novas produções legislativas”²⁴⁵. Em 1991,

“a nova maioria de que era detentor o MpD empreendeu uma profunda transformação das instituições, trazida numa revisão constitucional que modificou substancialmente as funções executivas em 1992, na modificação dos símbolos do Estado, na reforma das condições de acesso à cidadania e o seu exercício...”²⁴⁶.

É em Fevereiro de 1991 que se realizam em Cabo Verde as primeiras eleições presidenciais por sufrágio universal. A Aristides Pereira, o primeiro presidente de Cabo Verde, no poder pelo PAICV há quinze anos, opunha-se António Mascarenhas Monteiro que acabou por sair vencedor do exercício democrático com 72,6% dos votos, o que, como refere Fafali Koudawo, “revelava a amplitude do movimento de fundo favorável à passagem de testemunho entre o antigo partido único e os seus oponentes

²⁴³ KOUDAWO, Fafali, *Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, 2001, p. 80.

²⁴⁴ Cfr. **Constituição da República de Cabo Verde**, INVC, Praia, 1980.

²⁴⁵ ÉVORA, Silvino Lopes, *Jornalismo sentado, Construção Democrática e Políticas de Comunicação em Cabo Verde*, **Animus Revista Interamericana de Comunicação Mediática**, volume 10, número 19, 2011, p. 2. Consultado em 2 de Abril de 2012, às 10h00. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/animus/article/viewFile/3633/2474>.

²⁴⁶ KOUDAWO, Fafali, Op. cit. **nota 243**, p. 70.

reunidos numa frente alargada”²⁴⁷. Esta era a prova fundamental em como o povo cabo-verdiano apoiava a mudança em curso no país, no sentido da Democracia.

Com a revisão da lei constitucional de 1992, o país conquista uma nova organização política e administrativa, diferente das primeiras estruturas administrativas que iam ao encontro do modelo e enquadramento da colonização portuguesa. A Assembleia Nacional passa a ter 72 deputados eleitos por sufrágio universal, para maiores de 18 anos, e por um sistema de representação proporcional.

As eleições presidenciais e parlamentares realizam-se de cinco em cinco anos. Os juízes do Supremo Tribunal, um órgão de soberania independente, são designados pela Assembleia Nacional e verifica-se uma proliferação e consolidação dos partidos políticos.

Além dos partidos com maior expressão política como o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para a Democracia (MpD), surgem novos partidos: Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS), Partido da Convergência Democrática (PCD), Partido da Renovação Democrática (PRD), União Cabo-verdiana, Independente e Democrática (UCID) e Partido Socialista Democrata (PSD).

No que respeita à sua organização administrativa, o arquipélago de Cabo Verde está dividido em duas regiões administrativas, a do Barlavento que reúne sete concelhos e 13 freguesias e que tem sede na cidade do Mindelo, na ilha de S. Vicente e a do Sotavento com catorze concelhos e 18 freguesias com sede na cidade da Praia, a capital do país. Nos últimos anos, sobretudo a partir de 1992, os políticos cabo-verdianos iniciaram o processo de autonomização do poder, com vista a implementar uma gradual transferência de poderes e competências da administração central para as autarquias²⁴⁸.

Este processo tem-se revelado essencial no apoio e acompanhamento às famílias. Como foi anteriormente referido, a irregularidade geográfica do arquipélago e os recursos limitados da população constituem-se como obstáculo à sua movimentação dentro do território pelo que uma política de proximidade e de dinamização do poder local é essencial para o próprio envolvimento dos cidadãos na vida política. A descentralização

²⁴⁷Idem, p. 83.

²⁴⁸CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (org.), Op. cit. nota 233, pp. 43-44.

do poder pode ser vista como a chave para uma melhor compreensão dos problemas locais, com vista no desenvolvimento do país.

5.3. O Jornalismo em Cabo Verde

Como temos vindo a referir ao longo desta dissertação, Democracia e Jornalismo são duas realidades indissociáveis, pelo que uma pressupõe a outra e as duas caminham a par. O caso de Cabo Verde não é excepção. Face à abertura política que se verificou no país, no início dos anos ‘90, do século XX, tornou-se fundamental também desenvolver o campo dos *media* em Cabo Verde.

Saído de um regime monopartidário, era tempo de o país abrir as portas ao cenário internacional e também de mudar a mentalidade da própria sociedade. As alterações ocorridas no país eram, aparentemente, propícias a uma maior margem de manobra, também no campo jornalístico.

Nesse sentido, o modelo de Jornalismo que se pretendia implementar em Cabo Verde naqueles anos podia ser entendido de acordo com a linha de pensamento de Yves Àgnes que defende que

“a noção da utilidade social do jornal e dos jornalistas não se reduz à aceção tradicional, política, que acompanha a profissão: a função informativa que os jornais e os jornalistas têm permite que cada cidadão viva melhor nos diferentes compartimentos da sua existência”²⁴⁹.

No entanto, o desenvolvimento da imprensa em Cabo Verde traduziu-se num processo muito lento não apenas porque o país tinha de afirmar-se na cena internacional depois de anos de isolamento, mas também devido à quase inexistência de profissionais que pudessem ocupar-se do Jornalismo e ainda devido à existência de conflitos, por vezes judiciais, entre os poderes instituídos e os jornalistas.

Como refere Silvino Lopes Évora, “olhando para o período subsequente à abertura do regime ao multipartidarismo (1991), regista-se uma contrariedade entre o plano do discurso e o plano da acção política”. De facto, embora a retórica fosse no sentido da liberdade de imprensa, mesmo após a independência, a prática mostrava uma realidade completamente diferente, direccionada para o campo das restrições e limitações ao trabalho jornalístico.

²⁴⁹ ÀGNES, Yves, *Manuel de Journalisme: Écrire pour le Journal*, La Découverte, Paris, 2002, p. 17.

“...A análise das práticas governativas evidencia-nos que um conjunto de acções e inacções dificultaram o processo de implementação de um ambiente de liberdade no seio da comunicação social. Isso, obviamente, acaba por influenciar o próprio processo de construção democrática, uma vez que, sem opinião pública, não pode haver uma democracia capaz de proteger os direitos individuais dos cidadãos”²⁵⁰.

Assim, embora Cabo Verde estivesse a viver um período de transição política no sentido da Democracia, tais mudanças não se manifestavam no plano dos *media* que viveram em finais dos anos '90 um período conturbado, como explica Silvino Lopes Évora:

“Nesse período, regista-se uma mudança de atitude dos governantes em relação aos *media*. Como a alteração do sistema político tinha empurrado a sociedade para uma concepção ‘errónea’ da democracia em que os jornalistas assumiram as causas dos dois principais partidos políticos, o processo de instauração da democracia foi muito lento no terreno mediático. Daí tornar-se comum encontrar jornalistas cujos objectivos se colidem, lutando para dar uma interpretação dos factos e obedecer uma certa conveniência partidária”²⁵¹.

Perante esta descrição entende-se que apesar de o regime ter permitido uma determinada abertura, o sistema não promoveu, contudo, a liberdade de expressão e de informação. Mais do que servir os interesses dos cidadãos como inicialmente estava previsto e definido na Constituição de 1992, assistiu-se, pelo contrário, a uma retracção do poder dos *media* que se mantinha, de certa forma, “fiel” ao poder, agora servindo os interesses dos partidos políticos que mais força e expressão detinham no interior do sistema político: o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para a Democracia (MpD).

Se antes da transição política do regime monopartidário para um regime multipartidário, em Cabo Verde os meios de comunicação social funcionavam como voz do partido único, depois da independência, aqueles passaram a estar comprometidos com os interesses dos dois maiores partidos, sob uma “falsa” imagem de liberdade de imprensa.

Ainda seguindo a análise de Silvino Lopes Évora,

“os jornalistas e a classe política entraram em rota de colisão; a classe jornalística dividiu-se, passando a haver os considerados ‘jornalistas próximos do PAICV’ e os ‘jornalistas próximos do MpD’ (devemos levar em consideração que o MpD e o PAICV são os dois únicos

²⁵⁰ ÉVORA, Silvino Lopes, Op. cit. **nota 245**, p. 36.

²⁵¹ Idem, p. 37.

partidos políticos virtualmente elegíveis na arena política cabo-verdiana). Assim, a convivência entre os profissionais da comunicação social e os actores políticos fez com que alguns jornalistas passassem a ser apelidados de ‘comissários políticos’²⁵².

Com a conquista da independência e encarando a Democracia como um terreno das liberdades, dos direitos e das garantias, esperava-se que a comunicação social cabo-verdiana pudesse desempenhar um papel fundamental na construção da Democracia, mas a verdade é que os interesses políticos têm vindo a constituir-se, ao longo dos anos, como um obstáculo à liberdade de imprensa.

Face à bipartidarização da sociedade cabo-verdiana assiste-se, do mesmo modo, a uma divisão no seio da comunicação social pelo que “nalguns casos, encontra-se órgãos de imprensa claramente comprometidos com as agendas dos partidos políticos. Esta realidade mina o espaço de isenção da informação e compromete a própria liberdade de pensamento, opinião, crítica e participação cívica”, afirma Évora²⁵³.

Nos últimos anos, apesar de tudo, têm sido feitos alguns esforços no sector da comunicação social no sentido de conferir uma maior liberdade de imprensa, mas tal não tem sido fácil dada aquela que tem sido a realidade do panorama jornalístico em Cabo Verde. Em 2007, com um regulamento de concurso público que visava permitir a exploração de novos canais de televisão surgiram novos operadores.

“Foram atribuídas seis licenças de abertura e exploração de novos canais de televisão, em canal aberto, cinco de emissão de âmbito nacional: RTI-Rádio Televisão Independente; TVER-Televisão Independente de Cabo Verde; Rede Record Cabo Verde; TV Lakakan e TV Global e uma de emissão de âmbito regional a Nós TV”²⁵⁴.

No que respeita à rádio, esta também tem ganho expressão e sido alvo de investimento em Cabo Verde. Existem várias “rádios de constituição pública ou privada, comerciais ou comunitárias e de âmbito nacional ou regional, sendo o sector mais dinâmico e mais próximo das populações dentro dos “media” cabo-verdianos”²⁵⁵.

Já no que concerne à imprensa escrita, “são publicados em Cabo Verde quatro jornais, dos de carácter generalista, de periodicidade semanal, “O Expresso das Ilhas”, e “A

²⁵²ÉVORA, Silvino Lopes, *Políticas de Comunicação e Liberdade de Imprensa - Análise da Situação Cabo-Verdiana entre 1991 e 2009*, Universidade do Minho, Minho, 2010, p. 31. Disponível em formato pdf. (Tese de Doutoramento).

²⁵³ÉVORA, Silvino Lopes, Op. cit. **nota 245**, p. 39.

²⁵⁴CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (org.), Op. cit. **nota 233**, p. 66.

²⁵⁵Idem, pp. 66-67.

Semana” e dois de carácter cultural, um de periodicidade mensal, o “Artiletra”, e outro de periodicidade trimestral, o “Terra Nova”²⁵⁶.

No entanto, toda esta variedade de canais de televisão, rádios e jornais não tem conseguido garantir a liberdade de imprensa. Para Silvino Lopes Évora, tem faltado coragem aos meios de comunicação social cabo-verdianos para assumirem o seu protagonismo na definição do *agenda-setting*, o que tem contribuído para que os políticos ganhem terreno no controlo da agenda pública do país. A esse propósito, o autor afirma o seguinte:

“Apesar de, hodiernamente não haver uma insatisfação generalizada como na década de 90, a aparente normalidade que se regista na relação entre a classe política e os jornalistas é assegurada por uma informação que evita provocar incómodo nos partidos aos quais os órgãos de comunicação social se encontram associados ou com os quais são conotados. Desta forma, a autocensura torna-se num mecanismo inibidor da liberdade de imprensa. Assim, encontra-se um jornalismo que, por um lado, procura ser incisivo para o partido encarado como oposição e, por outro lado, é cómodo, domesticado e amorfo para o partido ao qual o órgão de comunicação social em causa se encontra vinculado. Neste caso, não sobram condições para falar-se na isenção das práticas jornalísticas, nem no rigor das mensagens que são difundidas no seio da sociedade”²⁵⁷.

Nesse sentido, pode afirmar-se que o jornalismo cabo-verdiano continua, assim, dependente do sector político e têm sido muito poucas as vezes em que os jornalistas têm procurado, de certa forma, desafiar o poder. Mais do que enfrentar o poder político, os jornalistas cabo-verdianos têm-se limitado a fazer uma espécie de “auto-censura” ao seu próprio trabalho, não demonstrando capacidade de consolidar o sector mediático no país. “Olhando para o panorama do jornalismo cabo-verdiano, regista-se uma ausência da cultura de investigação, sobretudo quando se trata de temas que desvendam algumas informações incómodas para um ou outro partido que assume as alas bipartidárias da sociedade cabo-verdiana”, refere Évora²⁵⁸.

Podemos, assim, afirmar que a comunicação social em Cabo Verde, contrariando o que seria expectável em Democracia, tem-se deparado com inúmeros obstáculos quer seja por questões relacionadas com autocensura ou até mesmo com dificuldades causadas pela precariedade laboral e pela falta de recursos humanos e materiais. Razões que têm

²⁵⁶Idem, *ibidem*, p. 67.

²⁵⁷ÉVORA, Silvino Lopes, Op. cit. **nota 252**, p. 32.

²⁵⁸ÉVORA, Silvino Lopes, Op. cit. **nota 245**, p. 39.

impedido o desenvolvimento contínuo do Jornalismo em Cabo Verde e que levam Évora a afirmar que no país, “mais do que jornalista informador, domina a figura do “jornalista pé do microfone”, cuja utilidade resume-se a agarrar o microfone para não cair, enquanto os actores da cena política fazem as suas propagandas na comunicação social”²⁵⁹.

No entender de Silvino Lopes Évora:

“... as políticas de comunicação adoptadas em Cabo Verde, depois de 1991, não provocaram uma revolução nas práticas jornalísticas. Se antes os jornalistas eram considerados de ‘comissários políticos’ por se entender que estavam vinculados ao Partido Único, depois da abertura do regime registou-se uma divisão da classe jornalística entre dois partidos políticos com mais expressão na sociedade cabo-verdiana. Assim, a concepção jurídica da liberdade de imprensa revestiu-se de uma formalidade que não encontrou correspondência nas práticas do dia-a-dia dos jornalistas e, desta forma, perdura uma distância entre a concepção jurídico-formal e a concepção jurídico-material da liberdade de imprensa. Muito caminho precisa de ser feito nesta matéria para que a comunicação social possa vir a ser a voz da sociedade”²⁶⁰.

Assim, no caso específico de Cabo Verde, não podemos entender o Jornalismo como um “Quarto Poder” em virtude da sua dependência face à agenda política e aos interesses partidários. A incapacidade de os *media* cabo-verdianos definirem a sua própria agenda e os temas a serem explorados de acordo com o interesse público são fortes condicionantes à autonomia do Jornalismo no país. Não sendo totalmente livres e independentes, os meios de comunicação social de Cabo Verde dificilmente conseguirão desempenhar um papel de destaque no processo de construção democrática daquele país.

A ideia defendida na obra “Cabo Verde. Dez ilhas, um país, cinco continentes” de que “os meios de comunicação social cabo-verdianos têm total liberdade de imprensa, não havendo registos de pressões sobre os seus jornalistas ou direcções informativas”²⁶¹ é, desse modo, desconstruída por Silvino Lopes Évora que defende a necessidade de “reinvenção do Jornalismo cabo-verdiano” que coloque “... em primeiro plano os problemas e as preocupações da sociedade”. Para o autor,

²⁵⁹Idem, p. 40.

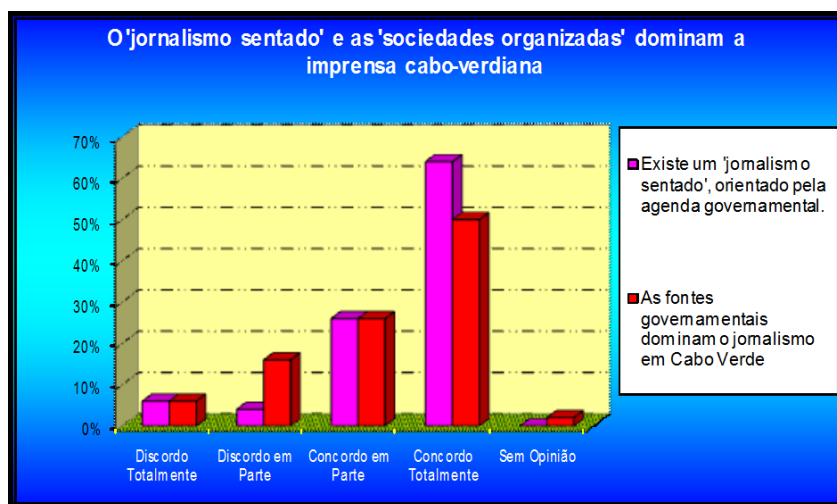
²⁶⁰ÉVORA, Silvino Lopes, Op. cit. **nota 252**, p. 32.

²⁶¹CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (org.), Op. cit. **nota 233**, p. 66.

“torna-se evidente a necessidade de contornar a ‘lei do menor esforço’ que reina no seio dos profissionais da informação, rompendo com a ‘cultura do jornalista como o pé do microfone’, que, acriticamente, deixa passar as informações oficiais sem qualquer filtragem”²⁶².

Desta forma, é fundamental repensar o papel dos jornalistas no seio da sociedade e encontrar formas de colocar o Jornalismo ao serviço dos cidadãos. Embora os desafios que se colocam aos meios de comunicação social sejam constantes, estes não podem estar tão dependentes do poder político nem constituir-se como meros transmissores das informações oficiais dos governos. No caso específico de Cabo Verde, parece-nos que uma das formas de contornar a excessiva dependência dos meios de comunicação em relação à esfera do poder político passa pelo investimento, com mais veemência, na regulamentação dos meios de comunicação de forma a que estes possam desempenhar um papel mais activo na construção da Democracia no país e exercer a sua actividade numa lógica de liberdade, independência e autonomia.

Gráfico 1- O “controlo dos *media* cabo-verdianos exercido pela esfera política”²⁶³



²⁶²ÉVORA, Silvino Lopes, Op. cit. **nota 245**, p. 41.

²⁶³Fonte: Investigador cabo-verdiano Silvino Lopes Évora, gráfico retirado de artigo científico, Op. cit. **nota 245**, p. 43.

CAPÍTULO VI- Estudo de Caso: a cobertura noticiosa de Cabo Verde pelos jornais *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* entre 1991- 2011

6.1. Razões da escolha dos jornais

No que respeita à segunda parte desta dissertação de Mestrado, de carácter mais prático, o investigador optou por realizar uma análise comparativa, dos dois diários nacionais com maior expressão e circulação no mercado da imprensa escrita portuguesa: o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*. O objectivo desta escolha passa por fazer um levantamento de peças jornalísticas (relacionadas com as palavras-chave escolhidas pelo investigador) que um e outro comportam, para proceder a uma posterior análise e comparação, procurando, deste modo, chegar a conclusões que nos permitam responder à nossa pergunta de partida, bem como confirmar as nossas hipóteses de trabalho.

A análise permitirá compreender as diferenças que existem no tratamento da informação sobre Cabo Verde nos dois jornais, qual o destaque dado por cada publicação aos temas relativos àquele país e a forma como cada jornal retrata aquela realidade.

Pelas características de cada diário, dado tratar-se de um jornal tido como sendo de referência²⁶⁴, como é o caso do *Diário de Notícias*, e de um jornal popular²⁶⁵, no caso do *Correio da Manhã*, poderá ser interessante verificar a forma como ambos abordam as temáticas relativas a Cabo Verde, permitindo compreender qual a imagem que cada um projecta sobre aquele país.

Neste estudo, e de forma a atingir os seus objectivos, o investigador terá em conta que o jornal representa em si mesmo a convergência de várias linguagens, ou seja, além da linguagem escrita, manifesta pelas palavras, outras linguagens não-verbais, ganham

²⁶⁴ Entende-se por imprensa de referência de âmbito nacional, aquela que está vocacionada para o tratamento de assuntos nacionais e internacionais, possuidora de um grupo estável de profissionais especializados, não ligados a uma orientação partidária ou religiosa. Cfr. **MESQUITA**, Mário e **REBELO**, José, Op. cit. **nota 11**, p. 14.

²⁶⁵ Considera-se imprensa popular aquela que está mais vocacionada, sobretudo, para o tratamento de temas de carácter espectacular, através de abordagens emocionais. Cfr. **SPARKS**, Colin, “The Panic over Tabloid News”, Op. cit. **nota 12**, pp. 1-40.

importância, como as infografias, as fotografias e as ilustrações, o que contribui para uma linha de informação latente, não dispicienda.

Em qualquer artigo de um jornal, os elementos verbais e os elementos não-verbais comunicam com os leitores, muitas vezes de forma independente. Nesse sentido, todas essas componentes se revelam essenciais na decodificação da mensagem e na compreensão das representações sociais construídas pelos meios de comunicação social.

E é a partir das linguagens dos dois diários que o investigador procura caracterizar e interpretar a versão do real tal como ela é projectada pela informação contida nos jornais em análise de modo a estabelecer comparações, compreendendo, assim, globalmente, qual a imagem projectada pela imprensa escrita portuguesa sobre Cabo Verde, a partir dos aspectos da realidade cabo-verdiana que estes destacam, das posições que assumem (de forma manifesta ou latente), dos valores e das representações que veiculam e do sentido dos discursos informativos.

6.1.1. *Diário de Notícias*

Lançado em 29 de Dezembro de 1864, pela mão do jornalista e escritor Eduardo Coelho, e pelo compositor tipográfico, Tomás Quintino Antunes, o “*Diário de Notícias*” foi o primeiro jornal que teve, explicitamente, como objectivo constituir-se como um jornal de “informação” lutando e sobrepondo-se ao jornalismo “político” e de “opinião” que se fazia na época. O surgimento deste jornal marcou, de alguma forma, o início do chamado “Jornalismo Contemporâneo Português”, associado ao desenvolvimento da industrialização da imprensa periódica.

O lançamento do jornal foi um sucesso e as tiragens aumentavam a cada dia. O *Diário de Notícias*, que “começando com uma tiragem de 5000 exemplares, no fim do primeiro ano subira para 9600; em fins de 1869, portanto, cinco anos após o seu início, publicavam-se em Lisboa, diariamente, 50000 exemplares de jornais, dos quais 17000 pertenciam ao *Diário de Notícias*”²⁶⁶. Em 1885, um ano antes do fim do reinado de Eduardo Coelho no *Diário de Notícias*, “a tiragem *media* deste jornal sobe para 26000 exemplares diariamente”²⁶⁷. Em poucos anos, a revolução levada a cabo por Eduardo

²⁶⁶TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Portugal, Lisboa, 1965, p. 206.

²⁶⁷Idem, p. 206.

Coelho deu frutos, ao “criarem-se em todo o país muitos jornais que tomaram o *Diário de Notícias* como modelo”²⁶⁸.

Com o aparecimento do jornal, nasceu uma nova profissão, intimamente urbana, a venda de jornais nas ruas por ardinhas (vendedores ambulantes). “Ao fim de dois meses de publicação, o *Diário de Notícias* tinha ao seu serviço 30 vendedores, cada um dos quais recolhia um lucro diário de 200, 300 e 400 réis, recebendo 2 réis em cada exemplar”²⁶⁹. Custando dez réis, o jornal tornava-se acessível a grande parte das bolsas, já que os outros jornais custavam, na época, entre 30 e 40 réis. E embora se tenha apostado fortemente em publicidade, nos primeiros tempos, logo os responsáveis se aperceberam de que a qualidade do jornal deveria valer por si passando o “*Diário de Notícias*” a ter apenas pequenos anúncios e avisos para os leitores.

Situado inicialmente no Bairro Alto, junto das sedes de grande parte dos jornais que, então, circulavam em Lisboa, o *Diário de Notícias* acabou por ser transferido, em 24 de Abril de 1940, setenta e cinco anos depois, para a Avenida da Liberdade, onde estavam instalados os serviços de Gerência, Administração, Direcção, Redacção e Serviços Técnicos.

Após Abril de 1974, com a vaga de nacionalizações o Estado passou a ter jurisdição directa sobre a empresa. Em Julho de 1976, a empresa que detinha o jornal passou a ter o estatuto de empresa pública e a denominar-se Empresa Pública Notícias e Capital (EPNC), substituindo a empresa anterior denominada Empresa Nacional de Publicidade.

Durante vários anos, o *Diário de Notícias* foi o diário português de maior tiragem, o que o levou a conquistar poder económico face às elevadas receitas em publicidade. No entanto, a partir de Abril de 1974, o jornal começou por enfrentar uma situação económica difícil, quer pela própria conjuntura política e económica como também pelo surgimento de novos jornais, seus concorrentes no mercado. Os anos 80, do século XX, revelaram-se preocupantes para a ENPC devido às dificuldades financeiras, ao endividamento da empresa e à difícil gestão de pessoal.

²⁶⁸Idem, *ibidem*, p. 210.

²⁶⁹*Ibidem*, p. 197.

Em 1984, o jornal inicia uma fase de recuperação e as mudanças não tardam com uma remodelação no aspecto do jornal que passa do formato “Broadsheet” para o formato “Tabloid” e com a própria informatização da redacção.

Em Junho de 1991, com a empresa financeiramente estabilizada, concretiza-se a privatização passando a empresa a denominar-se *Diário de Notícias S.A.* Na actualidade, face à conjuntura de instabilidade económica em que vivemos, muitos têm sido os desafios colocados ao jornal que se mantém na luta para responder às necessidades dos leitores, na perspectiva de oferecer um produto de qualidade, actual, interessante, capaz de concorrer com os jornais rivais, no mercado da imprensa escrita portuguesa. O jornal é uma marca de resistência e trabalho pois o *Diário de Notícias* é o jornal português mais antigo ainda em circulação.

O matutino pauta-se pela prática de um jornalismo de referência caracterizado por fazer um retrato fiel e verdadeiro dos acontecimentos, tendo como arma mais valiosa a credibilidade. Embora o produto final tenha um cunho comercial, já que o próprio jornal tem necessidade de sustentabilidade financeira, a notícia vista como mercadoria surge por acréscimo. Na realidade, ela é, sobretudo, informação e esclarecimento público.

Como afirma João Cardoso Cruz, o jornalismo de referência apresenta três traços fundamentais:

“a separação dos factos das opiniões, apresentação de uma visão emocional destacada das notícias e, em geral, uma tendência para dar uma visão equilibrada, dando a oportunidade a todos os intervenientes para exprimirem a sua visão dos acontecimentos, para que o público possa ser informado com clareza”²⁷⁰.

6.1.2. *Correio da Manhã*

O *Correio da Manhã* surge a 19 de Março de 1979 por iniciativa de Vítor Direito, licenciado em Direito que acabou por ingressar no Jornalismo. O facto de o jornal ter iniciado a sua publicação com um número também ao domingo, uma prática que os jornais concorrentes não faziam, contribuiu, desde o início, para a afirmação do novo

²⁷⁰ **CRUZ**, João Cardoso, *Introdução ao Estudo da Comunicação: Imprensa, Cinema, Rádio, Televisão, Redes Multimédia*, ISCSP, Lisboa, 2002, p. 375.

diário. O *Correio da Manhã* é, actualmente, o diário com maior tiragem e o jornal mais lido em Portugal, com mais de 40% da quota de mercado dos diários em Portugal ²⁷¹.

Associado praticamente desde o início ao jornalismo popular, também muitas vezes definido como jornalismo sensacionalista, tem como principais preocupações o interesse comercial, destacando, sobretudo o espectáculo e o choque para cativar os seus leitores. Interessado em oferecer aos seus públicos aquilo que estes querem ler, este jornal diário tem sido muitas vezes criticado em praça pública pelo facto de valorizar a “subalternização e achincalhamento dos acontecimentos ou das pessoas neles envolvidos”, preferindo a “transmissão de uma mensagem que “esquece o essencial e se fixa no acessório”²⁷².

Imprimindo, geralmente, um tom espectacular ao respectivo tratamento informativo, o *Correio da Manhã* surge carregado de marcas de sensacionalismo que têm como objectivo primordial a “caça das audiências”²⁷³. Nem sempre preocupado com o rigor jornalístico, este diário tem preferido, na maior parte das vezes, provocar sensações, mais do que esclarecer rigorosamente os públicos aos quais se dirige, sobretudo, pela profusão dos pormenores. Contudo, para Fernando Correia, este pode ser um terreno traiçoeiro já que “o emocional, o espectacular, o insólito ou o caricato poderão cumprir a intenção de aumentar as audiências, mas pouco ou nada esclarecem a problemática que lhe está por detrás”²⁷⁴.

O despertar da curiosidade do leitor é outra das estratégias do jornalismo sensacionalista. Além de aproximar o leitor do acontecimento relatado permite que este se sinta parte da realidade descrita. E aí o jornal conquista o público. A procura por detalhes sórdidos e a descrição pormenorizada do acontecimento aguçam o interesse dos leitores que procuram mais alimentar as suas próprias sensações do que serem esclarecidos sobre determinado assunto. Na sua narrativa, o jornalismo sensacionalista permite ao leitor vivenciar realidades, fazer parte da experiência: o leitor reconhece pessoas, lugares e hábitos que integram, muitas vezes, o seu quotidiano.

²⁷¹

Para

mais

informações

consultar:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_da_Manh%C3%A3_\(Portugal\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_da_Manh%C3%A3_(Portugal))

²⁷² CORREIA, Fernando, Op. cit. **nota 51**, p. 146.

²⁷³ FONTCUBERTA, Mar de, *A Notícia*, Editorial Notícias, Lisboa, 1999, p. 37.

²⁷⁴ CORREIA, Fernando, Op. cit. **nota 51**, p.97.

6.2. Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação social que tem ganho cada vez mais importância pelo facto de ser necessária uma análise mais precisa e concisa dos factos. Mais do que permitir fazer uma breve e simples descrição dos dados, ela confere ao investigador a capacidade de usar esses mesmos dados para melhor compreender determinada realidade. Com raízes nos Estados Unidos, em 1787, esta técnica afirma-se, sobretudo, entre os anos '20 e '30 do século passado com o desenvolvimento das Ciências Sociais.

Como refere Laurence Bardin, a análise de conteúdo “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” visando obter “conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”²⁷⁵. Para o autor, esta técnica visa, sobretudo, ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura, sem esquecer, no entanto, o rigor e a objectividade.

Tendo como objecto de estudo a “palavra”, a análise de conteúdo procura “compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis”²⁷⁶, nomeadamente os emissores da mensagem. Mais do que analisar a forma ou a distribuição, esta técnica tem em especial consideração as “significações” das palavras, isto é, o seu conteúdo, de modo a entender aquilo que está por detrás das palavras. Para Bardin, “a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens”²⁷⁷.

Mais do que uma análise limitada ao conteúdo manifesto de um determinado texto, esta técnica permite compreender, de forma mais aprofundada, o sentido do discurso, dando condições ao investigador de aferir o conteúdo latente, ou seja, aquele que está implícito no texto.

“Na verdade, a principal pretensão da Análise de Conteúdo é vislumbrada na possibilidade de fornecer técnicas precisas e objectivas que sejam suficientes para garantir a descoberta do verdadeiro significado. Nesse sentido, é importante reafirmar aqui a

²⁷⁵BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Lisboa, 1977, p. 38.

²⁷⁶Idem, p. 43.

²⁷⁷Idem, *ibidem*, p. 44.

certeza de que haveria um sentido a ser resgatado em algum lugar, e de que o texto seria o seu esconderijo”²⁷⁸.

Deste modo, sem se distanciar do rigor e da objectividade que qualquer investigação científica exige, esta técnica de investigação procura explicar o conteúdo da mensagem e o seu significado, através de deduções lógicas e cientificamente justificadas, tendo como principal referência o emissor da mensagem e o seu contexto, bem como os efeitos da mesma. É através da análise de conteúdo que o investigador se torna capaz de definir as grandes linhas de leitura de um texto, bem como as suas regularidades. Para além de ser capaz de relacionar o texto com o seu contexto de produção e também com os objectivos do indivíduo ou organismo que o elaborou.

Como esclarece Nilza de Sena

“entendemos a análise de conteúdo como um instrumento de análise das comunicações que tem por finalidade descrever e dar sentido a um conjunto de informações que podem ter um carácter escrito, musical, auditivo, pictórico ou audiovisual”²⁷⁹.

De facto, este tipo de análise centra-se na descodificação de todo o tipo de mensagens veiculadas pelos intervenientes e destinadas a um determinado público, pelo que a avaliação não deve centrar-se apenas nas palavras, mas em todos os movimentos dos participantes. A análise de conteúdo estende-se a uma tentativa de “descodificar não só o significado imediato e o sentido literal da comunicação, como também fazer análise de um texto, de uma palavra ou até de uma pausa ou silêncio no discurso”²⁸⁰.

A análise de conteúdo pode dividir-se em dois tipos: os métodos quantitativos, mais extensivos e cuja informação incide sobre a frequência do aparecimento de determinadas características de um conteúdo; e os métodos qualitativos que se caracterizam por identificar a presença ou a ausência de uma determinada característica. Enquanto a dimensão quantitativa valoriza o número de vezes em que aparece uma determinada característica, a dimensão qualitativa destaca o interesse e o tema do discurso.

²⁷⁸ **ROCHA**, Décio e **DEUSDARÁ**, Bruno, *Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória*, p. 310, in **Revista Alea**, Rio de Janeiro, Volume 7, n.º 2, Julho- Dezembro, 2005, pp. 305-322. Consultado em 18 de Junho de 2012, às 11h30. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>.

²⁷⁹ **SENA**, Nilza de, Op. cit. **nota 178**, p. 97.

²⁸⁰ Idem, p. 98.

Em termos de etapas, pode dizer-se que o processo da análise de conteúdo se decompõe em três fases: a da pré-análise (escolha dos documentos e constituição do *corpus* de análise), a da exploração e codificação dos dados (conversão dos dados brutos em unidades de análise e descrição de regularidades) e por fim a do tratamento e interpretação dos resultados (destacar as informações fornecidas pela análise e quantificar os dados de modo a que possa ser interpretados)²⁸¹.

Neste processo torna-se essencial fazer um trabalho de categorização que consiste em definir dimensões de análise que são fundamentais em qualquer trabalho de investigação. Entendida como uma forma de reduzir a realidade a categorias de análise, a categorização deve obedecer a regras de objectividade, pertinência e fidelidade, evitando, assim, qualquer tipo de ambiguidades.

Pode mesmo afirmar-se que esta é uma das etapas mais importantes e criativas do processo já que a qualidade da análise de conteúdo depende, em grande parte, das categorias seleccionadas, que devem ser válidas e pertinentes para garantir o sucesso do estudo.

“A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos”,

refere Laurence Bardin²⁸².

Esta fase do processo, que consiste na escolha dos critérios de classificação, depende daquilo que o investigador procura ou espera encontrar, sendo que o interesse não reside apenas na descrição dos conteúdos, mas essencialmente na sua interpretação, isto é, na forma como os dados poderão contribuir para a construção de um determinado conhecimento depois de serem tratados cientificamente.

Com o auxílio da categorização é, assim, possível fazer uma espécie de inventário dos dados, o que permite “isolar elementos”, mas também proceder a uma classificação que

²⁸¹ Para mais informações consultar: **OLIVEIRA**, Dénize Cristina, *Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização*, p. 572, in **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, n.º 16(4), Outubro - Dezembro, 2008, pp. 569-576. Consultado em 18 de Junho de 2012, às 12h41. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>.

²⁸² **BARDIN**, Laurence, Op. cit. **nota 275**, p. 119.

confere a capacidade de o investigador “repartir os elementos, e portanto procurar ou impor uma certa organização às mensagens”²⁸³.

Para Bardin,

“a *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”²⁸⁴.

Nesse sentido, nesta dissertação de Mestrado, a investigadora considerou pertinente, de acordo como os objectivos de trabalho, escolher como unidades de análise gerais: o género e o espaço. O género (notícia, breve, reportagem, entrevista) dado que é importante perceber a relevância dada à informação publicada em cada um dos diários em análise, e o espaço por ser necessário ter-se em consideração a dimensão das peças jornalísticas (1/4 página, meia página, uma página, duas ou mais páginas) e a sua localização na página (primeira página, chamada de capa, Sociedade, Cultura, Internacional).

Ao longo da recolha de dados e da análise, o investigador irá seleccionar as restantes categorias que considera pertinentes tendo em conta os objectivos específicos de trabalho. Por isso, essas categorias que deverão emergir do trabalho de campo serão discriminadas numa tabela.

Tendo em conta que esta dissertação de Mestrado tem como objectivo compreender qual a imagem projectada pelos meios de comunicação social sobre Cabo Verde, parece-nos utilizar esta técnica de modo a ser possível estabelecer comparações e retirar conclusões que contribuam de forma útil para o resultado final do processo de investigação. Assim sendo, o objectivo da análise de conteúdo será o de descodificar a realidade relatada pelos *media* sobre determinado assunto, em qualquer peça jornalística, e tentar compreendê-la de uma forma sistemática com vista, mo nosso caso, a procurar responder à pergunta de partida que formulámos.

Na primeira parte desta dissertação, o investigador levou a cabo uma reflexão teórica, com base bibliográfica, no sentido de compreender qual o papel desempenhado pelos

²⁸³Idem, p. 118.

²⁸⁴Idem, *ibidem*, p. 117.

mediana actualidade e a sua influência sobre os cidadãos, na sua vida pública. Nesta segunda parte, de carácter mais empírico, o investigador procurará obter conclusões e fazer uma interpretação dos dados recolhidos durante a investigação, no sentido de confirmar ou refutar as hipóteses levantadas na primeira parte.

Assim sendo, a análise vai centrar-se em dois eixos. Num primeiro momento será feita uma análise quantitativa, na medida em que o investigador vai proceder a uma apresentação dos dados obtidos: o número de jornais analisados, o número de notícias analisadas em ambos os jornais e ainda os temas mais frequentes em cada um dos diários em estudo. Num segundo plano, de carácter mais qualitativo, o investigador vai partir para a interpretação desses mesmos dados, fazendo aí uma análise de conteúdo rigorosa e detalhada dos artigos analisados tendo em vista a chegada às conclusões finais da dissertação e com elas a resposta à pergunta de partida bem como a validação ou não das hipóteses de trabalho enunciadas.

Como foi atrás referido, o investigador analisou dois jornais diários portugueses: o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*, no período compreendido entre Janeiro de 1991 e Dezembro de 2011. No total, foram analisados 3516 jornais, dos quais 1733 exemplares do *Diário de Notícias* e 1783 do *Correio da Manhã*. Relativamente ao número de notícias, o investigador encontrou um total de 150 notícias – 71 no jornal dito de referência e 79 no jornal popular –. Como critérios para a selecção de notícias, o investigador teve em conta o facto de estas remeterem para assuntos relacionados com Cabo Verde e também para temas que se enquadrassem no âmbito das palavras-chave escolhidas pelo investigador.

Embora cada uma das notícias sobre Cabo Verde recolhidas nos dois jornais tenham sido exaustivamente analisadas pelo investigador, nas conclusões serão apenas apresentados os títulos de algumas das peças e respectivas datas de publicação seguidas da análise do investigador, no sentido de facilitar a leitura, como será possível verificar mais à frente na dissertação. Sendo as peças jornalísticas escolhidas aquelas que o investigador considerou serem mais ricas e significativas para o estudo, tendo em conta o principal objectivo deste trabalho de investigação: aferir a imagem construída pelo *Diário de Notícias* e pelo *Correio da Manhã* sobre Cabo Verde.

Tabela 1- Total de jornais e de notícias analisadas no *Diário de Notícias* e no *Correio da Manhã* entre 1991-2011

Total	Jornais analisados DN e CM	Notícias analisadas DN e CM
1991-2011	3516	150

Tabela 2- Número discriminado de jornais e de notícias analisados nos jornais *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* entre 1991-2011

Anos	1991	1996	2001	2006	2011	Total
DN						
Jornais	351	355	357	355	315	1733
Notícias	26	02	18	11	14	71
CM						
Jornais	363	344	363	360	353	1783
Notícias	27	12	09	12	19	79

Como podemos observar, em termos percentuais, o *Correio da Manhã* lidera tanto em termos de jornais analisados²⁸⁵ como também no número de notícias²⁸⁶ encontradas. Enquanto o *Diário de Notícias* apenas publica de Janeiro de 1991 a Dezembro de 2011 o correspondente a 47 % do total de informações sobre Cabo Verde, o *Correio da Manhã* lidera, ao publicar 53 % do total de notícias por nós identificadas como referentes ao país em análise. Estes valores não contemplam as falhas na publicação dos dois diários. Tanto no caso do *Diário de Notícias* como no caso do *Correio da Manhã* foi analisado, para cada um destes meios de informação, uma edição por cada dia da semana, para o período situado entre Janeiro de 1991 e Dezembro de 2011. Em ambos os diários, houve dias em que não houve edição por decisão editorial, nomeadamente por ocasião dos feriados nacionais. Em outros casos (pontuais) verificou-se também uma falha na existência destes mesmos jornais na Hemeroteca de Lisboa. Nesta situação, o investigador, quando não encontrou disponível o jornal do dia pretendido, procurou a edição do dia imediatamente posterior. Contudo, estas falhas não tiveram

²⁸⁵ Ver em anexo o Gráfico referente ao número de “jornais analisados” no *Diário de Notícias* e no *Correio da Manhã*, p. 150.

²⁸⁶ Ver em anexo o Gráfico referente ao número de “notícias analisadas” no *Diário de Notícias* e no *Correio da Manhã*, p. 150.

implicação directa no resultado da investigação já que simbolizam menos de 1% de casos no universo do total de jornais analisados.

No que diz respeito à primeira página, uma parte fundamental de qualquer publicação já que esse é o primeiro ponto de contacto que o leitor tem com o jornal, tanto num como noutro diário houve notícias sobre Cabo Verde que mereceram destaque de capa. A primeira página é a “montra” do jornal e, como tal, ela tem, necessariamente, de vender. Nela convém estarem incluídas, de forma apelativa, as notícias mais importantes, os assuntos de maior interesse, capazes de captar rapidamente a atenção dos leitores. Neste ponto, o *Diário de Notícias* destronou o *Correio da Manhã* ao ter 21% de artigos com chamada de capa contra 4% do *Correio da Manhã*, como se pode observar nos **Gráficos 2 e 3**, abaixo apresentados. No caso do jornal de referência foram mais as notícias relacionadas com Política que estiveram em destaque na primeira página, enquanto que no *Correio da Manhã*, as notícias relacionadas com o Crime e só de forma muito pontual, os artigos relacionados com Política mereceram essa honra. No caso deste jornal, geralmente quando surgiam artigos relacionados com Política que mereciam destaque de chamada de capa era porque havia polémica em torno do assunto.

Gráfico 2- Notícias com “Chamada de Capa” do *Diário de Notícias*

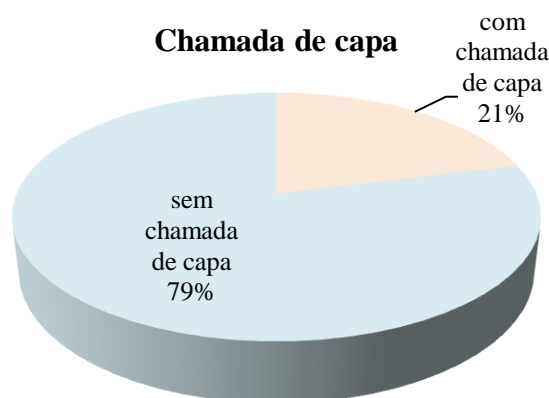
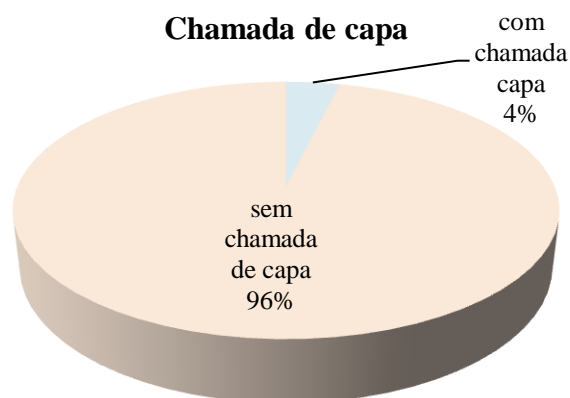


Gráfico 3- Notícias com “Chamada de Capa” do *Correio da Manhã*



Quanto à localização das peças nos jornais, verificámos que as secções onde apareciam mais notícias sobre Cabo Verde, quer no *Diário de Notícias* quer no *Correio da Manhã*, eram as seguintes: Internacional, Sociedade, Cultura, Política e Portugal. A colocação das notícias no jornal parte da elaboração de um plano diário que atribui um determinado espaço a um determinado texto, em função da sua importância, da eloquência dos títulos e da sua disposição geral, bem como das fotografias que acompanham o artigo, tendo em conta o conjunto pretendido.

Tanto no *Diário de Notícias* como no *Correio da Manhã*, foi a secção de “Internacional” a que obteve a maioria das incidências. No *Diário de Notícias*, em termos absolutos, contabilizaram-se 61 notícias localizadas nesta secção contra os 29 artigos encontradas nesta mesma secção no *Correio da Manhã*, o que corresponde, em termos percentuais, a 48% e 18%, respectivamente. Neste ponto, chama-se a atenção para o facto de o *Correio da Manhã* apenas ter passado a ter secções definidas a partir de 2006, pelo que só a partir desse ano foi possível associar os artigos a diferentes secções, daí aparecer no gráfico a categoria “Sem mencionar secção”, embora se tenha tido em conta, para efeitos de investigação, o valor mais elevado imediatamente seguinte, que diz respeito à secção “Internacional”.

Gráfico 4- “Localização das Peças” no jornal *Diário de Notícias*

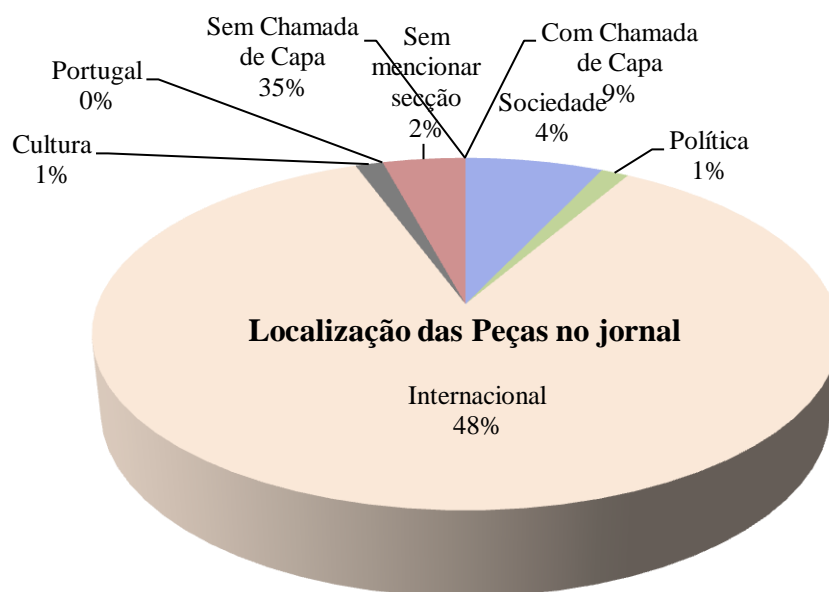
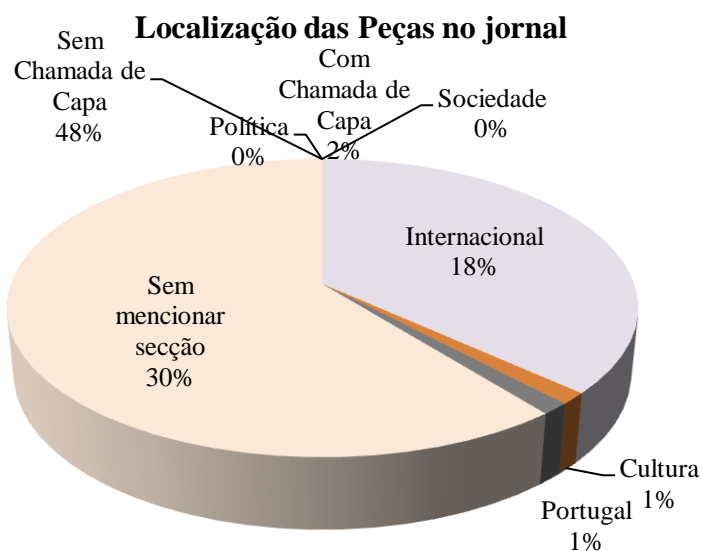


Gráfico 5- “Localização das Peças” no jornal *Correio da Manhã*



O espaço ocupado pelas Peças no jornal pode, em muitos casos, demonstrar a relevância que cada publicação atribui a determinado assunto, assim como o grau de cobertura dos jornais aos acontecimentos relacionados, neste caso com Cabo Verde. Comparando os **Gráficos 6 e 7**, verificamos que o *Diário de Notícias* é o jornal que mais espaço atribui

às notícias relacionadas com Cabo Verde. Nesta publicação, a maior parte dos artigos referentes àquele país ocupam 1 Página, o que corresponde a 39% das notícias. Já no *Correio da Manhã*, as notícias relativas a Cabo Verde ocupam, maioritariamente, 1/4 Página (29%) e apenas 11% das notícias publicadas neste jornal chegam a ocupar 1 Página. Neste ponto, o *Diário de Notícias* assume, claramente, a liderança.

Gráfico 6- “Espaço ocupado pelas Peças” no *Diário de Notícias*

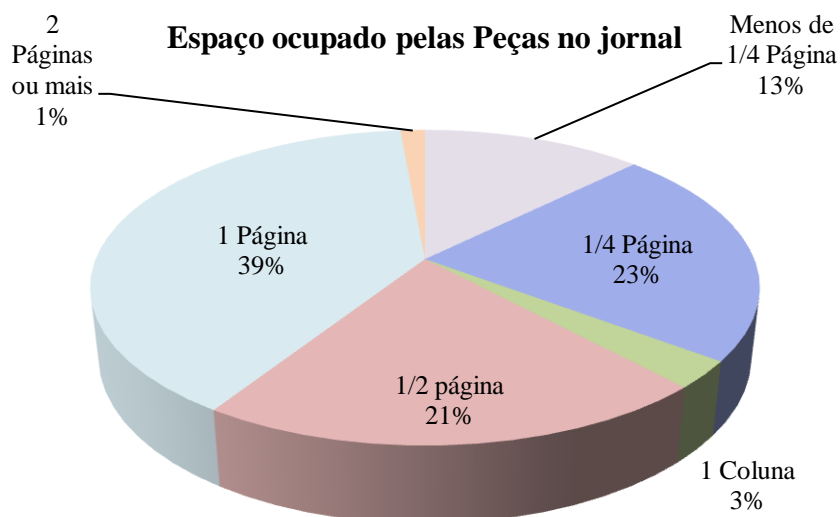
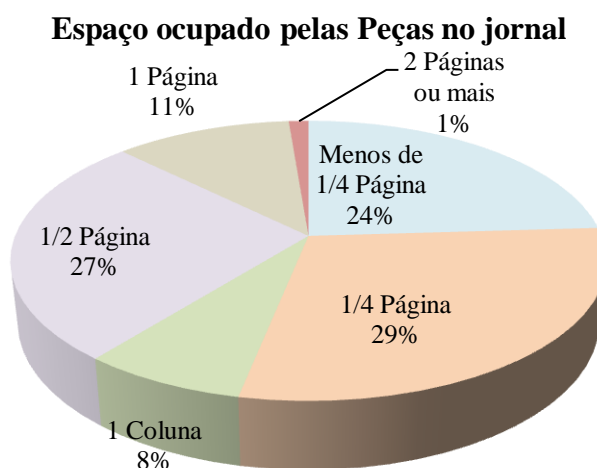


Gráfico 7- “Espaço ocupado pelas Peças” no *Correio da Manhã*



No que concerne ao género jornalístico, uma das primeiras conclusões que nos foi possível retirar a partir da elaboração deste trabalho de investigação é que a “Notícia” é, em ambos os jornais, o género que ocorre com maior frequência. As notícias são,

evidentemente, aquelas que assumem valores mais elevados para os jornalistas. No caso do *Diário de Notícias*, este género representa um total de 71% dos artigos analisados contra os 66% do *Correio da Manhã*. A “Entrevista” que no *Diário de Notícias* representa um total de 11% das notícias publicadas contra os 4% do *Correio da Manhã* não foi um género jornalístico com grande destaque nos jornais em análise, sendo que quando apareciam eram publicadas, sobretudo, no período pré ou pós eleitoral, sendo os entrevistados figuras de destaque da política cabo-verdiana, tal como o Presidente da República ou o Primeiro-Ministro.

No jornal popular, a seguir ao género “Notícia”, o mais frequente foi o género “Breves” que atingiu um total de 18%. A “Reportagem” foi, também, nos dois matutinos um género pouco explorado. No *Diário de Notícias* contabilizámos, em valores absolutos, um total de sete reportagens, o que equivale a 9% do total, enquanto que no *Correio da Manhã* foram publicadas dez reportagens (12%), num total de 79 artigos, como nos mostram os **Gráficos 8 e 9**, abaixo destacados.

Gráfico 8- “Géneros Jornalísticos” representados no *Diário de Notícias*

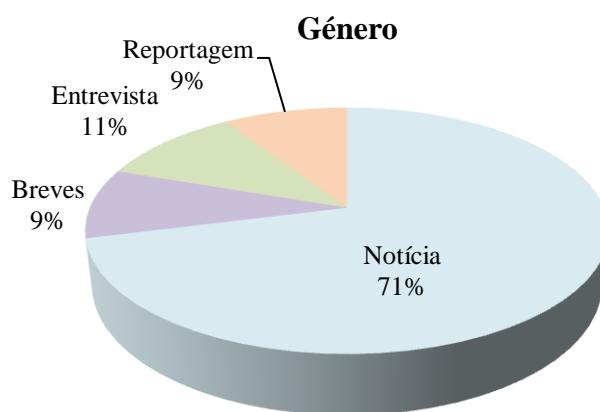
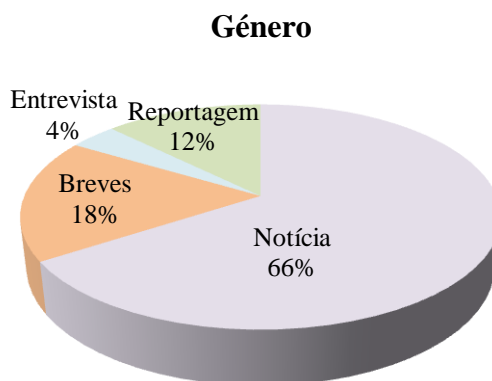


Gráfico 9- “Gêneros Jornalísticos” representados no *Correio da Manhã*



6.2.1. Iconografia (o elemento fotográfico como complemento do texto)

Na análise de conteúdo não basta ter em conta, apenas, o texto. A imagem também comunica. A ilustração das peças jornalísticas é fundamental. Muito embora, pelo menos teoricamente, se pense que as imagens, os gráficos e as tabelas, que servem de complemento aos artigos, são um elemento meramente ilustrativo, na maior dos casos eles são, também, informação. Daí o investigador ter considerado relevante incluir esta categoria na análise. Em qualquer publicação, é essencial que as imagens sejam apelativas e coerentes com o texto para que o conjunto faça sentido. Na nossa análise, verificou-se que tanto no *Diário de Notícias* como no *Correio da Manhã* existiu essa preocupação, pelo que a esmagadora maioria dos artigos analisados incluem o elemento fotográfico.

No entanto, tanto no *Diário de Notícias* como no *Correio de Manhã* verificou-se uma introdução tardia da fotografia a cores, tendo em conta o período em estudo (1991-2011). No primeiro jornal, apenas em 2006 se começam a publicar artigos acompanhados de fotografias a cores, já no *Correio da Manhã*, essa aposta começou ainda em 2001, embora tenha sido em 2006 que o jornal resolveu investir em cores mais apelativas. A preocupação com a infografia tem, sobretudo, que ver com o interesse das publicações em atrair ainda mais os leitores²⁸⁷.

No *Diário de Notícias* observámos que 63% das notícias incluem fotografias, geralmente uma ou duas, enquanto que no *Correio da Manhã* 68% dos artigos fazem-se,

²⁸⁷Cfr. MCCOMBS, Maxwell, *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*, Polity Press, Cambridge, 2004, p. 52.

igualmente, acompanhar por imagens. Também no *Diário de Notícias*, ao contrário do que acontece no *Correio da Manhã*, verifica-se o interesse jornalístico na construção de gráficos explicativos, pelo que 9% das notícias (relacionadas com o tema Política/Eleições) são acompanhadas por gráficos.

Os gráficos abaixo representados reflectem, a nosso ver, o interesse demonstrado pelos jornais em análise em incluir fotografias e gráficos nos seus textos. Uma clara intenção, a nosso ver, dos responsáveis pelos jornais em demonstrar contribuir para informar, minuciosamente, os seus leitores.

Gráfico 10 – “Iconografia” presente nos artigos do *Diário de Notícias*

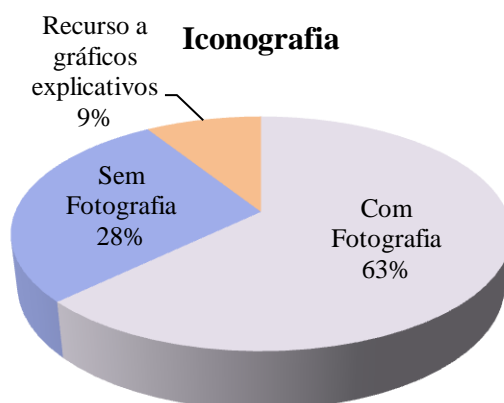
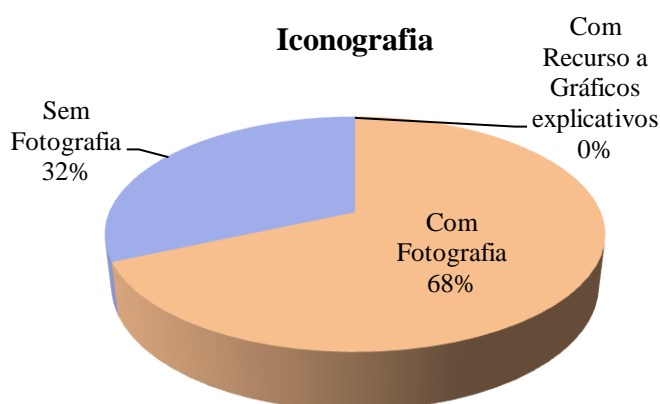


Gráfico 11 – “Iconografia” presente nos artigos do *Correio da Manhã*



Relativamente à categoria “Tema”, o investigador optou por não definir “à priori” os temas a analisar neste trabalho de investigação, preferindo, assim, deixar em aberto esta categoria para que pudessem emergir da recolha de dados os temas a ter em conta, dada

a especificidade desta dissertação orientada para a realidade de Cabo Verde. Nesse sentido, os temas que ocorreram com maior frequência, no decorrer da análise aos dois diários, foram os seguintes: Política, Economia, Sociedade, Cultura e Casos Policiais. O tema “Política” foi o que obteve uma percentagem mais significativa em ambos os jornais. No entanto, no *Diário de Notícias* este tema registou uma percentagem mais elevada (82%), enquanto que no *Correio da Manhã*, o tema obteve uma percentagem de 43%.

Gráfico 12- Principais “temas” a que se referem as notícias no *Diário de Notícias*

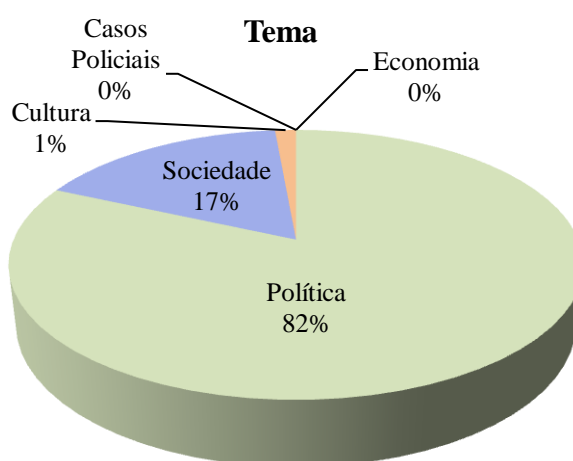
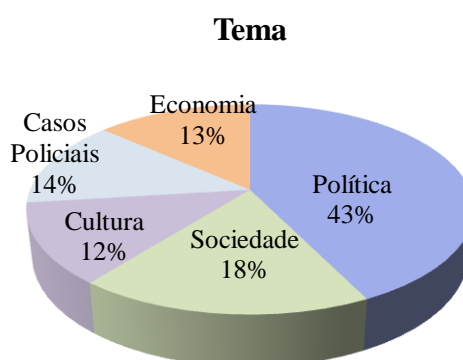


Gráfico 13- Principais “temas” a que se referem as notícias no *Correio da Manhã*



De facto, em ambos os jornais verificamos que os assuntos relacionados com “Política” ganham amplo destaque e que tanto o *Diário de Notícias* como o *Correio da Manhã*

fazem um acompanhamento minucioso dos dias que antecedem os actos eleitorais, dos dias em que se realizam as eleições e também dos dias seguintes a estes acontecimentos políticos. Estabelecendo uma comparação com uma “novela”, cada notícia funciona como uma espécie de episódio, em que a cada dia é acrescentada uma nova informação. Este facto tem que ver com as próprias características do Jornalismo, nomeadamente com o critério de **actualidade** e de **continuidade**, que leva os jornais a seguir, inevitavelmente, determinadas histórias pela relevância e ou pertinência do tema. A frequência do acontecimento acompanha assim a frequência do próprio jornal, isto é, um jornal diário que publica diariamente os desenvolvimentos de cada caso.

Contudo, durante a recolha de dados, observámos que muitas vezes, os jornais seguem e alimentam, durante vários dias, as polémicas associadas aos actos eleitorais, que em nada contribuem para informar os leitores. Acontecimentos paralelos, “guerras”, ofensas e “trocas de palavras” que servem, sobretudo, para conquistar audiências e alimentar determinadas necessidades das massas, como demonstram os títulos abaixo indicados²⁸⁸.

A partir destes títulos publicados no *Diário de Notícias* e no *Correio da Manhã* podemos verificar a intenção dos jornais em alimentar os desejos subliminares de determinados públicos associados, muitas vezes, à necessidade de aliviar tensões e reduzir o stress. Interessa mais, em grande parte dos casos, distrair o público do que assumir a responsabilidade de o informar e manter verdadeiramente informado.

No que ao “Referente” diz respeito, podemos afirmar que tanto no *Diário de Notícias* como no *Correio da Manhã* as notícias referem-se, sobretudo, ao Estado, ao Governo e ao Presidente da República. Em ambos os jornais, as percentagens são significativas: o *Diário de Notícias* com 73% e o *Correio da Manhã* com 41%, valores que demonstram claramente a importância que os dois diários atribuem ao tema “Política” e aos assuntos com ele relacionados. No que respeita às “Artes e Espectáculos”, observamos uma discrepância. Enquanto que no *Diário de Notícias* apenas 2% das notícias dizem respeito a esta subcategoria, no *Correio da Manhã*, 14% das notícias canalizam-se para esta temática.

²⁸⁸ Cfr. Títulos publicados pelos jornais *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*: “Veiga contesta vitória de Pires” (*Diário de Notícias*, Fevereiro de 2001); “Veiga pede impugnação das eleições presidenciais” (*Diário de Notícias*, Fevereiro de 2001) e “Eleições em Cabo Verde. Ilegalidades na campanha” (*Correio da Manhã*, Fevereiro de 2011); “Cabo Verde. Insultos no Parlamento” (*Correio da Manhã*, Novembro de 2011).

Quanto à subcategoria “Partidos”, o *Diário de Notícias* surge à frente do *Correio da Manhã*, o primeiro com 14% e o segundo com 6%. Em valores absolutos, num total de 71 notícias publicadas no jornal de referência, dez artigos são sobre os partidos políticos, enquanto que no *Correio da Manhã* das 79 notícias pesquisadas, apenas cinco se referem ao partidos.

No entanto, há uma subcategoria em que o jornal popular ganha a liderança, isto é, na subcategoria “Crimes”. O matutino publica catorze notícias relacionadas com crimes enquanto que o *Diário de Notícias* não publica qualquer artigo relacionado com este assunto. Sem fazer qualquer generalização, podemos, contudo, aferir a partir destes valores o carácter considerado **popular/sensacionalista** do *Correio da Manhã*, com a constatação de que além dos temas relacionados com “Política”, os assuntos ligados ao “Crime”, sejam eles insólitos ou dramáticos, são, também, amplamente explorados neste jornal. Daí não ser estranho que publique um significativo número de notícias relacionadas com a tragédia ocorrida na vida dos cidadãos²⁸⁹.

Se ao *Correio da Manhã* associamos o carácter sensacionalista, no caso do *Diário de Notícias* verificamos que o ele dá prioridade a outro tipo de informações, maioritariamente a assuntos relacionados com “Política”. Por tratar-se de um jornal dito de **referência**, como já foi anteriormente explicado, compreende-se o facto de não apresentar elevadas percentagens no que respeita à publicação de notícias sobre criminalidade e crimes mediáticos. O que não significa que não lhes atribua a devida importância, apenas são temas que não são tão explorados nesta publicação.

²⁸⁹ Cfr. Títulos publicados pelo jornal *Correio da Manhã*: “Três tiros matam cabo-verdiano” (*Correio da Manhã*, Maio de 1991) e “Mulher mata cabo-verdiano à frente de quatro crianças” (*Correio da Manhã*, Fevereiro de 1991).

Gráfico 14- Dados relativos aos “Referentes” das notícias publicadas no *Diário de Notícias*

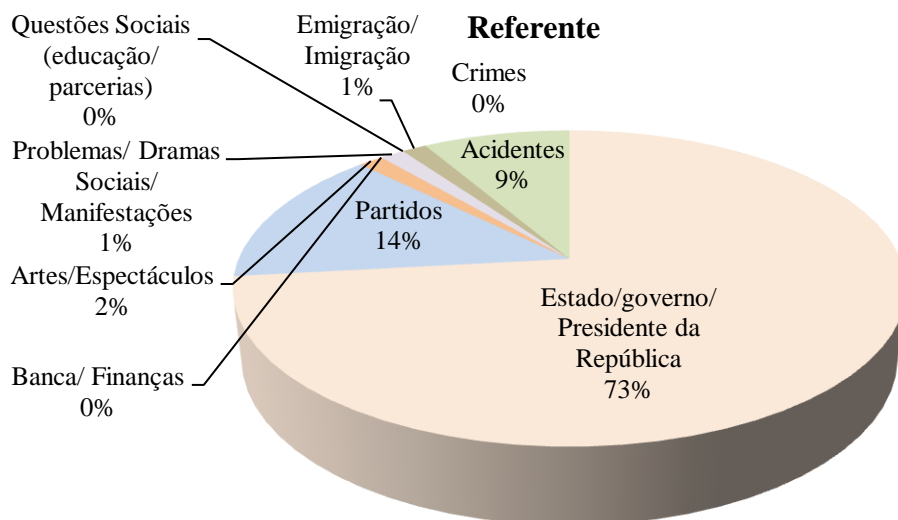
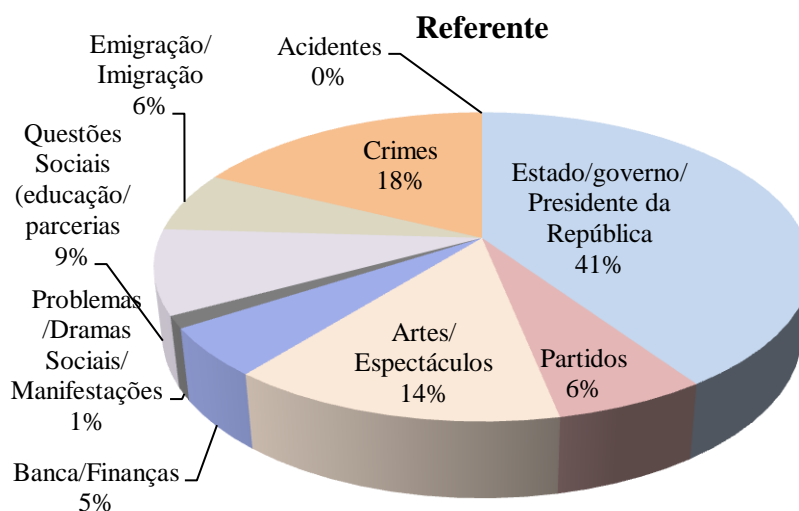


Gráfico 15- Dados relativos aos “Referentes” das notícias publicadas no *Correio da Manhã*



Paralelamente ao “Referente”, analisámos também os “Actores mais focados nas Peças” e concluímos que tanto no *Diário de Notícias* como no *Correio da Manhã*, a subcategoria “Instituições/ Organismos Oficiais do Poder/ Partidos Políticos” foi a que ocorreu com maior frequência, no jornal de referência com 35% e no jornal popular com 29%.

Como constatamos, estes valores estão em linha com os valores verificados anteriormente sobre o “Tema” com maior destaque em ambos os jornais que foi a “Política”. Assim sendo e não esquecendo o país escolhido como base desta dissertação - Cabo Verde -, podemos afirmar que apesar de os jornais publicarem informações sobre as mais variadas várias áreas, a “Política” e os temas a ela associados são, claramente, as áreas privilegiadas de informação dos dois jornais em análise. Tanto num como noutro verificou-se que os temas relacionados com os actos eleitorais são, em relação aos outros assuntos, os mais acompanhados pelos diários. Por isso, a “Política” é uma posição de destaque nas duas publicações diárias.

6.2.2. Tipo de Linguagem

No que respeita ao tipo de linguagem, esta é uma característica de extrema relevância para este trabalho. Pois é a partir da linguagem que se transmite a mensagem, sem ela a nossa análise não teria qualquer base. Quer durante a fase de pesquisa de notícias bem como no momento da análise de conteúdo propriamente dita depositámos uma extrema atenção neste ponto e verificámos que tanto nos artigos publicados no *Diário de Notícias* como nos artigos publicados no *Correio da Manhã*, a linguagem pautou-se sempre pela clareza e simplicidade.

Em muitos casos, observámos que nos dois diários utilizaram-se algumas expressões características da oralidade cabo-verdiana, o que demonstra, por parte de quem escreve e dirige as duas publicações, um esforço e preocupação em adaptar-se ao discurso dos leitores, facilitando, ao mesmo tempo, a aproximação dos mesmos ao jornal. No *Diário de Notícias*, os títulos “Nu stá despresidenciados!” (*Diário de Notícias*, Fevereiro de 1991) e “Tambarinas [PAICV] e Ventoinhas [MPD] em guerra pelo poder na Praia” (*Diário de Notícias*, Fevereiro do 2011) são um claro exemplo do recurso a expressões da oralidade cabo-verdiana.

Nesse sentido, verificámos que tanto o *Diário de Notícias* como o *Correio da Manhã* não se distanciaram de um dos princípios fundamentais da comunicação social que consiste em cativar o interesse dos leitores, sendo essa, também, uma forma de aproximar a linguagem escrita daquela que é utilizada oralmente pelos leitores.

Tanto num como no outro diário verificámos a utilização de expressões dotadas de marcas da oralidade, cuja acção remete para o imediato: “Sede de poder **leva** a

manipulação” (*Diário de Notícias*, Fevereiro de 1991); “Novo embaixador de Cabo Verde quer os **seus** cidadãos legalizados” (*Diário de Notícias*, Agosto de 1991); “Eleições legislativas **levam** democracia a Cabo Verde” (*Correio da Manhã*, Janeiro de 1991); “Campanha eleitoral **arranca** em Cabo Verde” (*Correio da Manhã*, Janeiro de 1991).

Além destas marcas da oralidade, observámos que quer o *Diário de Notícias* quer o *Correio da Manhã* procuraram destacar nos títulos das peças jornalísticas alguns trocadilhos relacionados com a realidade cabo-verdiana. Uma forma não só de aproximar o leitor daquilo que ele lê, mas também de tornar a leitura mais agradável e perceptível e, ao mesmo tempo, pautada de uma grande descrição visual, como se verifica nos seguintes títulos: “«Bolama» no mar aviões «Orion» em terra” (*Diário de Notícias*, Dezembro de 1991); Noite louca na Praia” (*Diário de Notícias*, Janeiro de 2001); “Calor da música africana invade Amadora e Lisboa” (*Correio da Manhã*, Junho de 1991); “Cabo Verde de «gatas» com Cize no coração” (*Correio da Manhã*, Agosto de 1991).

No entanto, verificámos que embora os dois jornais tenham tentado uma aproximação aos leitores fizeram-no de maneira diferente. O *Correio da Manhã* sendo um jornal que apela às sensações e emoções procurou dar mais ênfase a histórias do dia-a-dia, “saídas” directamente da vida dos cidadãos e fomentando assim uma maior proximidade com a vida do leitor, uma constatação que pode ser verificada através dos seguintes títulos: “Veio de Cabo Verde morrer na vedação do hospital” (*Correio da Manhã*, Janeiro de 1991); “Ferro na cabeça mata cabo-verdiano” (*Correio da Manhã*, Maio de 1991).

Já o *Diário de Notícias*, não esquecendo o objectivo de cativar o leitor, optou por não alimentar este tipo de histórias preferindo antes explorar os acontecimentos da vida política cabo-verdiana de forma mais factual e informativa. Embora tenha também dado algum destaque às polémicas da vida política, este jornal procurou também dar ao leitor novos apontamentos e informações sobre o assunto em causa, não tentando somente chocar o leitor: “Irregularidades poderão ameaçar escrutínio” (*Diário de Notícias*, Janeiro de 1991); “Director de campanha repudia calúnias” (*Diário de Notícias*, Fevereiro de 1991). Às polémicas era sempre acrescentado um parágrafo ou dois com a descrição e explicação do fenómeno.

No que diz respeito aos “Actores mais Focados nas Peças”, tanto no *Diário de Notícias* como no *Correio da Manhã*, a subcategoria “Instituições - Organismos Oficiais do Poder - Partidos Políticos” obteve uma clara maioria. No diário dito de referência, verificámos uma ocorrência correspondente a um total de 35% e no jornal popular 29%, como se pode verificar nos **Gráficos 16 e 17**, abaixo representados. Estes totais justificam-se, sobretudo, pela ênfase atribuída pelos diários ao tema “Política”. De facto, embora os jornais tenham dado importância a outros assuntos relativos à realidade de Cabo Verde, os acontecimentos relacionados com a vida política ganharam destaque. Tanto o *Diário de Notícias* como o *Correio da Manhã* alimentaram páginas e páginas com as “guerras” verbais e polémicas desencadeadas pelos líderes partidários cabo-verdianos, quer no momento anterior às eleições quer no próprio rescaldo eleitoral.

Além disso, devemos destacar que de todas as entrevistas de fundo realizadas pelos dois jornais, todas elas foram feitas a figuras proeminentes da política cabo-verdiana, tanto aos líderes dos principais partidos, como aos presidentes da República daquele país. Aos cidadãos comuns apenas eram colocadas questões circunstanciais sobre o “enredo” político de Cabo Verde. Podemos, assim, afirmar que neste campo, as figuras de Estado e de governo constituíram-se como actores principais, da vida política, dos artigos publicados pelos dois diários nacionais, como se pode verificar pelos seguintes títulos publicados no jornal *Diário de Notícias*: “PAICV espera vencer eleições” (*Diário de Notícias*, Janeiro de 1991); “Veiga prepara Executivo para Cabo Verde” (*Diário de Notícias*, Janeiro de 1991); “Mascarenhas Monteiro investido Presidente” (*Diário de Notícias*, Março de 1991); “Pedro Pires reeleito secretário no V Congresso do PAICV” (*Diário de Notícias*, Julho de 1991); “Veiga contesta vitória de Pires” (*Diário de Notícias*, Fevereiro de 1996); “Jorge Carlos Fonseca à frente na contagem de votos de Cabo Verde” (*Diário de Notícias*, Agosto de 2011) e também nos títulos do *Correio da Manhã*: “Campanha. Pires visita Portugal” (*Correio da Manhã*, Janeiro de 2006); “Carlos Veiga. Serei um presidente activo” (*Correio da Manhã*, Janeiro de 2006); “Fonseca e Inocêncio disputam segunda volta” (*Correio da Manhã*, Agosto de 2011).

Gráfico 16- Dados relativos aos “Actores mais focados nas Peças” das notícias publicadas no *Diário de Notícias*

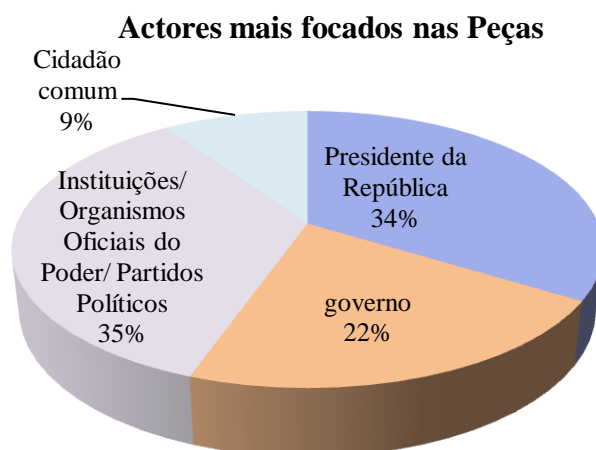
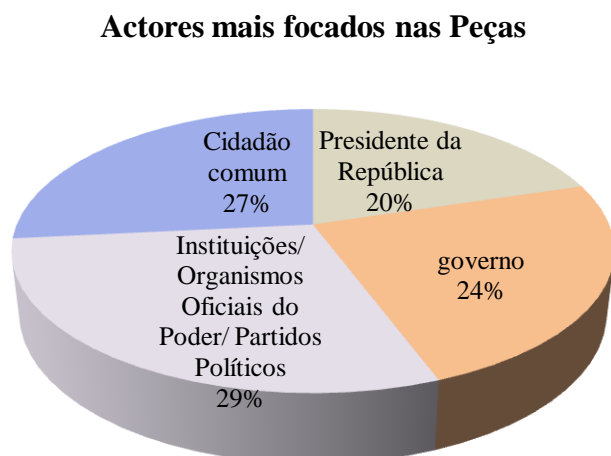


Gráfico 17- Dados relativos aos “Actores mais focados nas Peças” das notícias publicadas no *Correio da Manhã*



No que se refere ao “Tipo de Narrativa” presente nos artigos publicados pelos dois diários, verificámos que foi claramente o discurso político o que mais dominou. De facto, não é indiferente a dimensão política da linguagem desenvolvida nas peças jornalísticas. Dado que a maior parte dos artigos analisados se referem à vida política cabo-verdiana é natural que o próprio discurso esteja direccionado para esse campo, com recurso a expressões próprias da esfera política (“eleições”, votos”, “impugnação” “contagem”, “abstenção”, campanha”). No *Diário de Notícias*, 85% do discurso contido nos artigos é político, enquanto que no *Correio da Manhã* o valor fixa-se nos 50%.

Também o discurso social obteve uma percentagem significativa em ambos os jornais, estando neste caso, o *Correio da Manhã* em vantagem em relação ao *Diário de Notícias*. No jornal popular verificamos um total de 28% contra os 15% do jornal de referência, como se verifica nos seguintes gráficos explicativos, **18 e 19**.

Gráfico 18- Dados relativos ao “Discurso (Tipo de Narrativa)” das notícias publicadas no *Diário de Notícias*

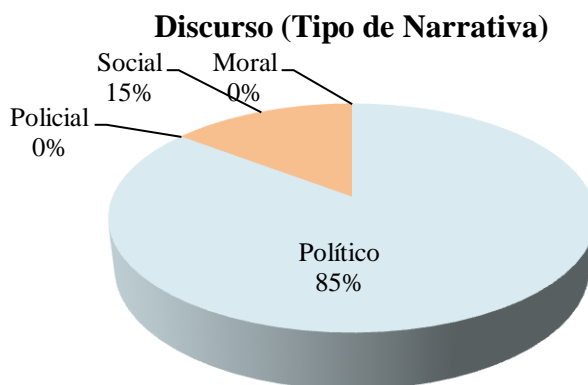
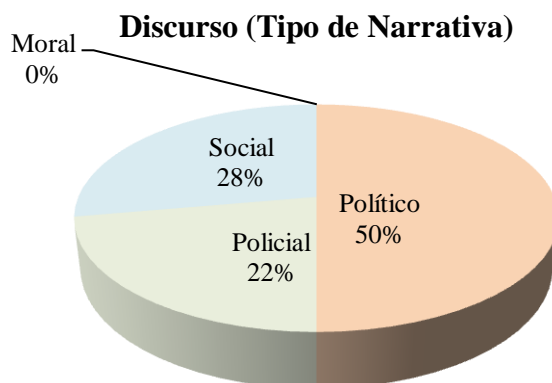


Gráfico 19- Dados relativos ao “Discurso (Tipo de Narrativa)” das notícias publicadas no *Correio da Manhã*



Por último, mas não menos importante, debruçamo-nos sobre a categoria “Organização do Discurso”, sendo esta uma das categorias mais importantes da análise, dado que a mesma nos vai permitir compreender globalmente qual o retrato que cada um dos jornais em estudo faz de Cabo Verde. Na verdade, é pela forma como o discurso está organizado que podemos compreender, pelo menos até certo ponto, qual a imagem que os meios de comunicação constroem sobre determinado país, neste caso Cabo Verde.

No *Diário de Notícias*, verificamos que 58% do discurso está organizado de forma neutra, enquanto que no *Correio da Manhã* 46% do discurso é positivo em relação a Cabo Verde.

Ainda assim, verificamos através dos **Gráficos 20 e 21**, que no *Correio da Manhã* existe uma percentagem significativa no que se refere à subcategoria “Negativo” (24%) quando em comparação com a mesma subcategoria aplicada no *Diário de Notícias*(5%) precisamente pelo facto de o jornal popular ter publicado várias notícias sobre crime (14 notícias), ao contrário do que se observou no jornal de referência. O que não significa, contudo, que o jornal tenha criado uma imagem totalmente negativa do país.

Já no *Diário de Notícias*, observamos que 19% do discurso é “Emocional Positivo”, o que quer dizer que todas as notícias publicadas pelo diário relacionadas com as polémicas e trocas de acusações entre líderes partidários não tiveram uma influência necessariamente negativa sobre a imagem que o jornal constrói sobre Cabo Verde.

Partindo do princípio que os meios de comunicação constroem imagens sobre os acontecimentos, como foi anteriormente defendido no enquadramento teórico desta dissertação, podemos afirmar que os dois diários analisados criaram, globalmente, uma boa imagem de Cabo Verde, não obstante algumas notícias menos positivas, que não tiveram, contudo, uma influência significativa na construção de uma imagem negativa daquele país.

Gráfico 20- Dados relativos à “Organização do Discurso” das notícias publicadas no *Diário de Notícias*

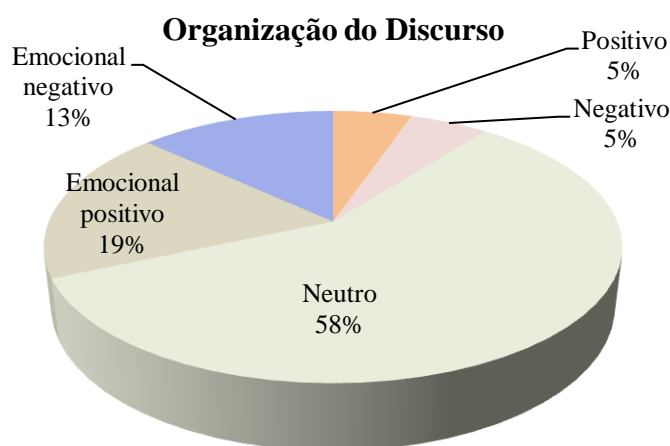
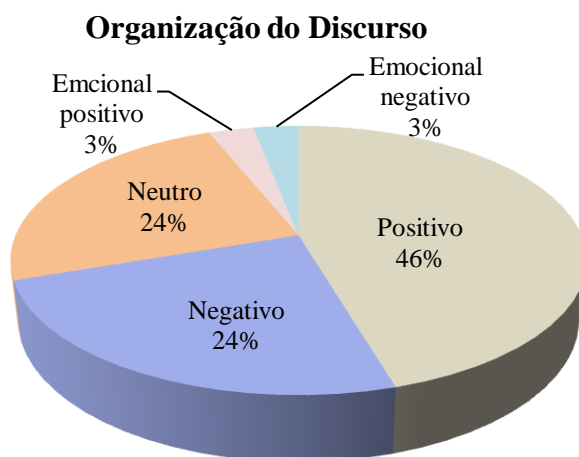


Gráfico 21- Dados relativos à “Organização do Discurso” das notícias publicadas no *Correio da Manhã*



Conclusão

Actualmente, é inegável o papel determinante que os *media* exercem tanto na esfera política como na esfera pública, constituindo-se como uma importante fonte de informação para os cidadãos, a nível planetário. Por esta razão afirma-se que os jornalistas são importantes construtores da realidade social, na medida em que são eles quem conta as histórias, abrindo aos cidadãos uma janela para o mundo. Daí a necessidade de estes profissionais terem de honrar um código deontológico, obedecendo, naturalmente, a um conjunto de valores éticos, como a verdade, a honestidade e o rigor.

O poder dos meios de comunicação social é hoje muito mais abrangente graças ao desenvolvimento de meios tecnológicos que permitem que a informação chegue ao maior número de pessoas possível e com consequências muito mais visíveis. As notícias não são apenas informação, elas têm impacto na vida das pessoas, daí a necessidade de os jornalistas terem de ser conscientes das decisões que tomam. Caso contrário, a informação rigorosa dá lugar ao sensacionalismo e ao entretenimento, que podem constituir-se como grandes entraves ao interesse e à participação dos cidadãos na vida política e pública.

Nesse sentido, o *tittytainment*, de que falámos anteriormente, torna-se num perigo muito real e põe em causa a capacidade dos cidadãos de pensar sobre os assuntos, de questionar, criando neles um certo incómodo que os leva a procurar novas formas de distracção, que não passam pela busca de informação rigorosa e verdadeira. E é neste ponto que reside o dilema dos *media*. A busca do equilíbrio que se situa algures, num ponto resultante da intersecção entre o objectivo de fornecer aos cidadãos a informação de que estes realmente necessitam para resolver os problemas que lhes dizem directamente respeito e o interesse em transmitir-lhes informações que servem, sobretudo, para assegurar o controlo da opinião pública, com vista a captar a atenção das pessoas e a manter as cabeças ocupadas, gerando, desse modo, audiências para o meio de comunicação que contribuam, assim, para a sua sobrevivência, justificando a sua existência enquanto tal.

A este propósito, não podemos deixar de abordar a própria questão do financiamento dos *media*, que é uma das condicionantes da missão de transmissão de informação

rigorosa e de interesse real para as pessoas. Por dependerem de grandes grupos económicos e ou, em muitos casos, do próprio Estado, os *media* nem sempre são capazes de garantir independência na sua acção por terem de responder aos interesses de quem os financia. Uma limitação que pode levar pelo menos a uma certa instrumentalização dos conteúdos e, em última instância, a uma certa manipulação da mensagem, prejudicando os cidadãos que, como destinatários finais, acabam por receber uma informação condicionada e nem sempre pautada pela verdade e pelo rigor que as normas deontológicas exigem.

No caso específico desta dissertação, procurámos compreender qual o retrato que a imprensa escrita portuguesa constrói sobre Cabo Verde, para o hiato temporal definido nos jornais *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*. No decorrer da pesquisa recolhemos alguns dados que nos permitem retirar algumas conclusões e confirmar as hipóteses inicialmente estabelecidas.

De um modo global, verificámos que tanto o *Diário de Notícias*, como o *Correio da Manhã* não constroem, necessariamente, uma imagem negativa daquele país. De facto, numa análise de conteúdo aos artigos recolhidos nos dois diários foi possível constatar que existe um cuidado no tipo de linguagem utilizada e que o próprio discurso que sustenta as mensagens não parece conter qualquer tipo de cunho moral. Tanto num como noutro jornal, a subcategoria “Moral” obteve uma percentagem neutra (0%), como se pode verificar nos gráficos anteriormente apresentados. Quer nas notícias relacionadas com relatos de crimes, quer nas que se referem à política a nosso ver, aquelas que seriam, as mais susceptíveis de gerarem polémica pela complexidade a elas associada, os jornalistas não fazem juízos valorativos nem constroem conceitos sobre Cabo Verde, tendo por base essas temáticas.

De facto, podemos afirmar que o retrato que os dois meios escolhidos para a nossa análise elaboraram sobre Cabo Verde é, de certo modo, positivo. Além disso, nos artigos analisados não verificámos qualquer tipo de mensagem implícita, nem tão pouco ficámos com a “sensação” de existir mais para além daquilo que é o texto da notícia. Posto isto, podemos afirmar que as mensagens contidas nos artigos analisados desempenham uma função manifesta, na medida em que as informações transmitidas são claras, directas e não pretendem, a nosso ver, divulgar mais do que aquilo que está

publicado. Contudo, alertamos para o facto de poder existir uma certa disfunção dos *media* neste estudo, relativa à sua “mera presença” dos *media*.

Na verdade, o simples facto de os meios de comunicação existirem, numa determinada sociedade, pode levar a um certo condicionamento social, quer sobre os cidadãos quer sobre a classe política, dada a força e a extensão da informação transmitida. Hoje, sabemos que os *media* têm impacto sobre diversos sectores da sociedade e que o seu alcance é muito mais abrangente do que no passado. Aquilo que é publicado pelos meios de comunicação transforma-se em notícia e percorre o mundo inteiro, enquanto que aquilo que é deixado de fora pelos *media* praticamente não existe. Assim, concluímos que os *media* são determinantes naquilo que respeita à vida em sociedade. É através deles que os acontecimentos ganham valor mediático e se materializam. Como defende Mauro Wolf, estas disfunções “manifestam-se, por sua vez, no facto de os fluxos informativos que circulam livremente poderem ameaçar a estrutura fundamental da própria sociedade”²⁹⁰.

De um modo geral, constatámos que tanto o *Diário de Notícias* como o *Correio da Manhã* apresentaram uma grande similaridade nos temas abordados, o que na óptica de Dearing e Rogers se pode definir como intermedia agenda-setting²⁹¹, isto é, o facto de os jornalistas além de recorrerem uns aos outros como fontes de informação, partilharem também, como defende Crato ²⁹², valores profissionais que são determinantes na homogeneização dos assuntos que constituem a agenda mediática. Desde o início da realização desta dissertação definimos o factor político como central e, no final, concluímos que este desempenhou um papel decisivo ao longo do estudo, pois o tema “Política” foi o que mais notícias publicadas teve em ambos os diários. Nos dois jornais verificou-se um aumento do número de notícias relacionadas com a temática política do país em análise, sobretudo no período que antecedeu as eleições e o período imediatamente subsequente.

Neste estudo, verificámos também que tanto o *Diário de Notícias* como o *Correio da Manhã* deram primazia aos partidos e aos líderes com maior destaque e peso na cena política cabo-verdiana. Na verdade, verificámos que a maioria dos artigos, quando

²⁹⁰ WOLF, Mauro, Op. cit. **nota 33**, p. 68.

²⁹¹ Cfr. DEARING, W., James e ROGERS, Everett M., *Agenda Setting*, Sage Publications, Londres, 1996, pp. 35-90.

²⁹² Cfr. CRATO, Nuno, *A Imprensa*, Editorial Presença, Lisboa, 1986, p. 93.

respeitantes ao tema “Política”, realçava sempre os dois maiores partidos políticos de Cabo Verde, o PAICV e o MpD e os seus respectivos líderes, em cada mandato. Aliás, das poucas “grandes entrevistas” realizadas pelos dois jornais, três no *Correio da Manhã* e oito no *Diário de Notícias*, bem como nos artigos relacionados com o tema “Política”, os protagonistas são, na maior parte dos casos, os líderes dos dois principais partidos e, em casos muito pontuais, os quadros da Academia de Cabo Verde. O cidadão comum é muito poucas vezes referido nas peças jornalísticas. Entre os dois jornais é o *Correio da Manhã* a publicação que lhe dá mais espaço (27%), associando-o, geralmente, ao referente “Crime”. Embora não tenhamos constatado a existência de manipulação nos artigos analisados, entendemos que a exclusão de outros partidos bem como de outras fontes, politicamente menos representativos, pode constituir um perigo para o interesse público, na medida em que pode condicionar a visão das pessoas em relação ao país e, ainda mais grave, levar a que os interesses privados se sobreponham ao interesse comum.

Face a esta constatação, podemos afirmar que os dois diários elaboram os seus artigos com base em informações provenientes da elite política governante (ou dos seus círculos muito próximos), ora liderada pelo PAICV ora orientada pelo MpD. O resultado desta observação permite-nos, assim, confirmar a primeira hipótese de trabalho inicialmente enunciada:

- Os jornalistas da imprensa escrita portuguesa “alimentam-se”, sobretudo, da “matéria-prima” emanada a partir de fontes primárias, ou seja, próximas do poder político instituído (elite governante), interessado em projectar uma dada imagem.

Hipótese 1 confirmada.

Além das fontes utilizadas pelos meios de comunicação para a elaboração dos conteúdos noticiosos, importa também analisar o modo como os *media* fazem a cobertura noticiosa dos acontecimentos e a sua função no seio da sociedade. De facto, ainda que, teoricamente, se faça a apologia da independência dos *media*, a verdade é que hoje os meios de comunicação não conseguiram alcançar a sua total independência, sobretudo em relação ao poder político e ao poder económico. A incapacidade de se auto-sustentarem financeiramente leva os meios de comunicação social a sujeitarem-se ao poder das elites e a veicular as mensagens que interessam a essa minoria, pondo em

causa a diversidade noticiosa e, em alguns casos, a veracidade da informação quando os *media* assumem um papel de contra-informação.

Embora a liberdade de informação esteja consagrada nas constituições da República dos países democráticos, como são os casos de Portugal²⁹³ e de Cabo Verde²⁹⁴, ainda há um longo caminho a percorrer; e enquanto os *media* continuarem a ser influenciados quer pelos valores quer pelos interesses das elites nunca conseguirão ser totalmente livres. De facto, existe liberdade para informar, o problema está no modo como os meios de comunicação transmitem a informação e os interesses que servem. Mais do que um mero transmissor de mensagens, esperar-se-ia que os *media* procurassem esclarecer os cidadãos, oferecendo-lhes as bases para que possam formular opiniões livres e, se necessário, debatê-las. O facto de transmitirem as informações que servem apenas os interesses de uma das partes põe em causa o papel de educador, geralmente associado aos meios de comunicação e condicionando, ao mesmo tempo, a capacidade dos cidadãos de participar nas actividades cívicas da sociedade.

No desenvolvimento deste estudo, verificámos uma tendência clara que tem que ver com o facto de os dois diários analisados transmitirem, na maior parte dos casos, mensagens veiculadas pelas elites políticas cabo-verdianas, remetendo para segundo plano o compromisso de informar a comunidade daquele país existente em Portugal. Não afirmamos aqui que o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã* não informem os cidadãos, os diários procuram esclarecer as pessoas sobre os acontecimentos que têm lugar e afectam aquele país, mas fazem-no recorrendo, sobretudo, às mensagens/factos veiculadas/disponibilizados pelos líderes partidários cabo-verdianos e, alimentando, deste modo e por diversas vezes, as “tricas” políticas e as polémicas associadas às campanhas eleitorais.

Ainda que os artigos analisados contenham informação que possa ter eventual interesse para os cidadãos, eles remetem quase sempre para os conflitos e desentendimentos ocorridos entre os partidos políticos com maior expressão, quer ao nível de “ilegalidades durante a campanha”, de acusações de “provocações” de parte a parte ou mesmo de “infracções na contagem dos votos”. Como pudemos verificar pelos gráficos anteriormente apresentados, no que respeita à categoria “Actores mais focados nas

²⁹³ Cfr. **Constituição da República Portuguesa**, Op. cit. **nota 76**.

²⁹⁴ Cfr. **Constituição da República de Cabo Verde**, Op. cit. **nota 244**.

Peças”, a subcategoria “Instituições/Organismos Oficiais do Poder/Partidos Políticos” foi a que atingiu valores mais significativos em ambos os jornais. No caso do *Diário de Notícias* obteve 35% e no *Correio da Manhã* 29%.

Neste campo, verificámos que na maior parte dos artigos analisados, a elite política foi quem teve mais voz, durante o período em estudo, sendo que em quase todos eles se verificou uma espécie de confronto entre os partidos com maior peso político. Podemos mesmo afirmar que, em muitos casos, os artigos assemelhavam-se a diálogos estabelecidos entre os líderes partidários, cuja publicação podia ser seguida diariamente nos dois jornais, como se de uma novela se tratasse, impedindo, assim, com que os cidadãos pudessem ter acesso a uma informação aprofundada e detalhada do que realmente se passava e do que estava realmente em causa. As informações eram de facto claras e rigorosas no que toca, por exemplo, às intenções de voto e aos resultados das eleições, mas pouco esclarecedoras do contexto político cabo-verdiano. Mais do que explicar detalhadamente os acontecimentos e de esclarecer os cidadãos face à realidade política do país, interessava, sobretudo, dar a conhecer as quezílias partidárias e descrever apenas muito pontualmente o ambiente vivido em Cabo Verde. Tendo em conta esta constatação, podemos afirmar que a Hipótese 2 também se confirma, na medida em que:

- Na cobertura noticiosa, a imprensa portuguesa serve mais de veículo transmissor de mensagens das elites políticas cabo-verdianas do que de informador para aquela comunidade existente em Portugal (assim como para os próprios cidadãos portugueses), da realidade concreta de Cabo Verde.

Hipótese 2 confirmada.

Em síntese conclusiva, importa reforçar a ideia de que é fundamental meditar acerca da forma como os *media* têm desempenhado o seu papel na sociedade e, sobretudo, como reflectem as preocupações com os cidadãos. Embora seja de conhecimento público o peso que as condicionantes financeiras com as quais os meios de comunicação têm de lidar assumem nesta equação, também é certo que estes não podem permitir com que essas limitações orientem o trabalho dos profissionais do Jornalismo. É fundamental que os *media* cumpram a sua missão de contribuir para assegurar o bem comum e de garantir respostas para as aspirações colectivas através do cumprimento efectivo dos objectivos associados à sua missão. Ao trabalho dos jornalistas não podem deixar de

estar associados os conceitos de responsabilidade, liberdade e, mais importante do que tudo, de verdade, que se constituem nada mais nada menos do que como os princípios base do Jornalismo.

Já Carlos Rizzini, um jornalista brasileiro citado por Cláudia Jawsnicker, dizia: “Um jornalista deve estar sempre com o povo, pensar e sentir com o povo. Assim, nada o amedrontará, e ele terá sempre razão, será sempre forte, sempre popular e sempre livre”²⁹⁵.

De facto, é importante que os profissionais do Jornalismo pautem a sua conduta tendo por base uma atitude de cidadania, de modo a que os cidadãos que recorrem aos meios de comunicação possam compreender melhor o mundo em que vivem e até mesmo intervir nele. Embora a busca pelo lucro seja uma necessidade, seria importante que esta interferisse o menos possível com aqueles que são os valores básicos dos meios de comunicação.

***Nota sobre a ortografia utilizada ao longo do documento:** No cumprimento da legislação em vigor (Decreto 35 228 de 8 de Dezembro de 1945 com as alterações efectuadas pelo Decreto-Lei 32/73 de 6 de Fevereiro) como no uso do direito constitucional à resistência pacífica contra normas institucionais, atentatórias de direitos e liberdades fundamentais (artigo 21º da Constituição da República portuguesa), nos quais se enquadra a identidade cultural manifestada através da expressão escrita da Língua, a autora desta Dissertação recusa o uso do chamado “Novo Acordo Ortográfico”.

²⁹⁵ Apud. RIZZINI, Carlos in JAWSNICKER, Cláudia, “Reflexão sobre responsabilidade social no currículo de jornalismo: estudo de caso do jornal ambiental “Verdes Fatos”, s/l., 2007, p.1. Consultado em 16 de Novembro de 2012; às 16:00. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/jawsnicker-claudia-reflexao-responsabilidade-social.pdf>.

Referências Bibliográficas

ÀGNES, Yves (2002). *Manuel de Journalisme: Écrire pour le Journal*, Paris: La Découverte.

ALBUQUERQUE, Luís de e **SANTOS**, Maria Emília Madeira (1988). *História Geral de Cabo Verde*. Volume 1, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

ARENDT, Hannah (1971). *Sobre a Revolução*. Lisboa: Moraes Editores.

BALANDIER, Georges (1999). *O poder em Cena*, Coleção Comunicação, Coimbra: Minerva.

BALÃO, Sandra Rodrigues (2001). *A Fórmula do Poder. Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política no Pensamento de Moisei Ostrogorski*. Lisboa: ISCSP.

BALÃO, Sandra Rodrigues (2007). “Comunicação e Globalização: Portugal e o Mar na definição da Política Global”, in **MARTINS**, Manuel Meirinho, *Comunicação e Marketing Político*. Lisboa: ISCSP, pp.137-172.

BARDIN, Laurence (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BLUMLER, Jay G. e **GUREVITCH**, Michael (1995), *The Crisis of Public Communication*. Londres: Routledge.

BOURDIEU, Pierre (1997). *Sobre a Televisão. Seguido de: A influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BRANDÃO, Nuno Goulart (2002). *O Espectáculo das Notícias. A televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Lisboa: Editorial Notícias.

BREED, Warren (1999). “Controlo Social na Redação: Uma Análise Funcional” in **TRAQUINA**, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*. 2º Edição, Lisboa: Vega, pp. 152-166.

CASTELLS, Manuel (2002). *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Volume I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,

CHOMSKY, Noam (2002). *A Manipulação dos Media*, Mem Martins: Editorial Inquérito.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (1977). Lisboa: Assembleia da República.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE (1980). Praia: INVC.

CORNU, Daniel (1999). *Jornalismo e Verdade. Para uma Ética da Informação*, Lisboa: Instituto Piaget.

CORREIA, Fernando (2006). *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*. Lisboa: Editorial Caminho.

CRATO, Nuno (1986). *A Imprensa*, Lisboa: Editorial Presença.

CRUZ, João Cardoso (2002). *Introdução ao Estudo da Comunicação: Imprensa, Cinema, Rádio, Televisão, Redes Multimedia*, Lisboa: ISCSP.

CURRAN, James e **SEATON**, Jean (2001). *Imprensa, rádio e televisão. Poder sem responsabilidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

DEARING, W., James e **ROGERS**, Everett M. (1996). *Agenda Setting*, Londres: Sage Publications.

DONSBACH, W. (2004). *Psychology of news decisions. Journalism*. Londres: Sage Publications, volume 5, nº 2.

ESTEVES, João Pissarra (2002). *Comunicação e Sociedade. Os Efeitos Sociais dos Meios de Comunicação de Massa*. Lisboa: Livros Horizonte.

FERIN, Isabel (2006). *Jornalismo e Democracia*. Lisboa: Paulus Editora.

Fontcuberta, Mar de (1999). *A Notícia*, Lisboa: Editorial Notícias.

FORTIN, Marie-Fabienne (1999). *O Processo de Investigação da concepção à realização*, 1ª Edição, Lisboa: Lusociência.

FOUCAULT, Michel (2011). *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*, 39ª Edição, Petrópolis: Editora Vozes.

- GIDDENS**, Anthony (1997). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GLYNN**, Carroll J.; **HERBST**, Susan; **O'KEEFE**, Garrett J.; **SHAPIRO**, Robert Y.; **LINDEMAN**, Mark (2004). *Public Opinion*, Oxford: Westview Press.
- GÓMEZ**, José Maria (2002). “Globalização da política. Mitos, realidades e dilemas”, in Pablo Gentili (Org.) *Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*, Petrópolis: Editora Vozes.
- GRAMSCI**, Antonio (1971). *Selections from the Prison Notebooks*.(traduzido por Quintin Hoare e Geoffrey Nowell- Smith). Nova Iorque: International Publishers.
- GRISPRUD**, J. (2000). “Tabloidization, Popular Journalism, and Democracy”, in *Tabloid Tales*, (eds.) Colin Sparks and John Tulloch, Maryland: Rowman and Littlefield Publishers.
- HABERMAS**, Jürgen (1984). *Mudança estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS**, Jürgen (1997). *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*. Volume nº 2 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HALL**, Stuart (1997). *Representation: cultural representations and signifying practice*, Londres: Sage Publications.
- HALL**, S. e **WHANNEL**, P. (1964). *The Popular Arts*. Nova Iorque: Pantheon.
- HORKHEIMER**, Max (1990). *Teoria crítica : uma documentação*. Coleção Estudos. Número 77. São Paulo: Editora Perspectiva.
- KEANE**, John (2002). *A Democracia e os Media*. Coleção Memórias do Mundo. Lisboa: Temas e Debates.
- KOVACH**, Bill e **ROSENSTIEL**, Tom (2004). *Os Elementos do Jornalismo. O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.
- LARA**, António de Sousa (2003). *Poder e Obediência. Uma Teoria do Consentimento*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL.

LARA, António de Sousa (2009). *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL.

LASSWELL, Harold D. (1948). “The Structure and Function of Communication in Society”, in **BRYSON** L. (ed.), *The Communication of Ideas*. Nova Iorque:Harper (reeditado in **SCHRAMM-ROBERTS** (eds.), 1972, pp. 84-99.

LAZARSFELD, Paul (1941). *Remarks on administrative and critical communications research*. Studies in Philosophy and Social Science, vol 9-1.

LAZARSFELD, Paul; **BERELSON**, Bernard e **GAUDET**, Hazel, (1944). *The People’s Choice. How the Voter Makes Up his Mind in a Presidential Campaign*. Nova Iorque: Columbia University Press.

LE BON, Gustave (s/d). *Psicologia das Multidões*. Coleção Livros de Bolso Europa-América. Mem Martins: Publicações Europa-América.

LIPPMANN, Walter (1914). *Drift and Mastery*, Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

LIPPMANN, Walter (1922). *Public Opinion*. Nova Iorque: Macmillan Publishing Co., Inc.

LOPES, José Vicente (2002). *Cabo Verde. Os Bastidores da Independência*. 2ª Edição. Praia: Spleen Edições.

MCLUHAN, Marshall (1997). *The Gutenberg Galaxy. The Making Typographic Man*, Toronto: University of Toronto Press.

MANN, Peter H. (1970). *Métodos de Investigação Sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARTIN, Hans-Peter e **SCHUMANN**, Harald (1999). *A Armadilha da Globalização. O assalto à Democracia e ao bem-estar social*, Lisboa: Terramar.

MARTINS, Manuel Meirinho (2006). “Comunicação Política: uma abordagem na perspectiva sistémica”, in M. M. Martins (Org.), *Comunicação e Marketing Político –*

Contributos Pedagógicos, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL.

MCCOMBS, Maxwell e **SHAW**, Donald (1977). “The Agenda-Setting Function of the Press” in **SHAW**, Donald e **MCCOMBS**, Maxwell (eds.), *The Emergence of American Political Issues: The Agenda-Setting Function of the Press*. St. Paul: West Publishing Co.

MCCOMBS, Maxwell (2004). *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*, Cambridge: Polity Press.

MELO, José Marques de (1978). *Comunicação Social. Teoria e Pesquisa*. 6ª Edição. Coleção «Meios de Comunicação Social», Petrópolis: Editora Vozes Ltda.

MERTON, Robert K. (1949). “Patterns of Influence. A Study of Interpersonal Influence and of Communications Behavior in a Local Community”, in **LAZARSFELD**, Paul e **STANTON**, Frank (eds.), *Communications Research 1948-1949*, Nova Iorque: Arno Press, pp. 180-219.

MESQUITA, Mário e **REBELO**, José (1994). *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Porto: Afrontamento.

MESQUITA, Mário (2004). *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. 2ª Edição, Coleção Ciências da Comunicação. Coimbra: Minerva Coimbra.

MINC, Alain (1994). *O Choque dos media*. Lisboa: Quetzal Editores.

MOREIRA, Adriano (2009). *Ciência Política*. 4ª Edição, Coimbra: Almedina.

MORIN, Edgar (1967). *Cultura de Massas no Século XX - o espírito do tempo*. Rio de Janeiro: Editora Forense.

NEVEU, Érik (2001). *Sociologie du journalisme*. Paris: La Découverte.

NORRIS, Pippa (2000). “A Virtuous Circle – Political Communications” in *Postindustrial Societies*, Cambridge: Cambridge University Press.

PATTERSON, Thomas (1997). “Serão os media noticiosos actores políticos eficazes?”. in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo 2000*, Lisboa: Relógio D’Água Editores, pp. 75-96.

PIOTTE, J.-M. (1975). *O Pensamento Político de Gramsci*. Porto: Edições Afrontamento.

POPPER, Karl (1984). *The Open Society and its Enemies*, Volume 2, Londres: Routledge e Kegan Paul.

POPPER, Karl e **CONDY**, John (1999). *Televisão: Um perigo para a Democracia*. Coleção Trajectos. 2ª Edição, Lisboa: Gradiva.

QUIVY, Raymond e **CAMPENHOUDT**, Luc Van (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

REBELO, José (2002). *O Discurso do Jornal. O como e o porquê*. 2ª Edição, Lisboa: Editorial Notícias.

REIS, Felipa Lopes dos (2010). *Como elaborar uma Dissertação de Mestrado segundo Bolonha*, 2ª Edição, Lisboa: Pactor.

SANTOS, António Pedro Ribeiro dos (1990). *A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SCHUDSON, Michael (1978). *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*. Nova Iorque: Basic Books.

SENA, Nilza de (2002). *A Interpretação Política do Debate Televisivo 1974/1999*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL.

SPARKS, Colin (2000). “The Panic over Tabloid News” in **SPARKS**, Colin e **TULLOCH**, John (eds). Londres: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 1-40.

TARDE, Gabriel (1992). *A Opinião e as Massas*. Coleção Tópicos. Rio de Janeiro: Martins Fonte.

TENGARRINHA, José (1965). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa: Portugália.

THINÈS, Georges e **LEMPEREUR**, Agnès (1984). *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Lisboa: Edições 70.

THOVERON, Gabriel (1999). *Le troisième âge du Quatrième Pouvoir*. Bruxelas: Editions Labor.

TOCQUEVILLE, Alexis de (2001). *Da Democracia na América*, Cascais: Principia.

TOMASI, Luigi (1998). *The Tradition of the Chicago School of Sociology*, Aldershot: Ashgate Publishing Limited.

TRAQUINA, Nelson (1999). *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*. 2ª Edição, Lisboa: Vega.

TRAQUINA, Nelson (2002). *Jornalismo*. Coleção «O que é». Lisboa: Quimera Editores.

WOLF, Mauro (2006). *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença.

TRAQUINA, Nelson (2000). *O Poder do Jornalismo*. Coimbra: Minerva Coimbra.

ZELIZER, Barbie (2004). *Taking Journalism Seriously*, California: Sage Publications.

Artigos publicados em Revistas Científicas:

CUNHA, Isabel Ferin (2005). *Das Imagens dos Media aos Media: Fragmentos do Espaço Lusófono*. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, v. 3, nº. 1.

LEWIN, Kurt (1947). “Frontiers in Group Dynamics: II. Channels of Group Life; Social Planning and Action Research”. *Human Relations*, volume 1, nº. 2, pp. 143-153.

MOREIRA, Adriano (1987). “A Vigília Atlântica”, Separata, in **Atlântida**, Volume 1, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

MOSCOVICI, S. e **LAGE**, E. (1976). “Studies in social influence. Majority versus minority influence in a group”. *European Journal of Social Psychology*, nº.6, 149-174.

PATTERSON, Thomas. (2003) “Tendências do Jornalismo Contemporâneo - Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia?”. Revista *Media & Jornalismo*, nº. 2, pp.19-47.

PEREIRA, Costa (1994). “Representações sociais e comunicação de massas”. *Revista Portuguesa de Gestão*. Lisboa: AP-Edições/ISCTE, n.º 3/4, pp. 97- 104.

VALA, Jorge (Abril de 1986). “Sobre as representações sociais – para uma epistemologia do Senso Comum”. *Cadernos de Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, nº. 4, pp. 5-30.

WRIGHT, Charles (1960). “Functional Analysis and Mass Communication”, **Public Opinion Quartely**, Oxford Journals, (s/l), volume 24, pp. 605-620 (reeditado in Dexter-White (eds.) 1964, pp. 91-109).

Artigos científicos on-line:

ÉVORA, Silvino Lopes(2011). *Jornalismo sentado, Construção Democrática e Políticas de Comunicação em Cabo Verde*, **Animus Revista Interamericana de Comunicação Mediática**, volume10, número 19, p. 36. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/animus/article/viewFile/3633/2474>. Consultado em 02 de Abril de 2012.

JAWSNICKER, Cláudia (2007). *Reflexão sobre responsabilidade social no currículo de jornalismo: estudo de caso do jornal ambiental «Verdes Fatos»*. S/l. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/jawsnicker-claudia-reflexao-responsabilidade-social.pdf>

OLIVEIRA, Dénize Cristina (Outubro - Dezembro de 2008). *Análise de Conteúdo Temático- Categorical: uma proposta de sistematização*, p. 572, in**Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, n.º 16(4), pp. 569-576. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>. Consultado em 18 de Junho de 2012.

ROCHA, Décio e **DEUSDARÁ**, Bruno (Julho – Dezembro de 2005). *Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória*, p. 310, in **Revista Alea**, Rio de Janeiro: Volume 7, número 2, p. 310. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>. Consultado em 18 de Junho de 2012.

SOUSA, Carolina B. Marback (1999). *Redes Invisíveis: As Faces Sinuosas da Mídia*, Salvador da Baía: Universidade de Salvador. Documento fornecido por um docente do ISCSP- disponível em PDF.

WRIGHT, Charles (1974). “Functional Analysis and Mass Communication Revisited”, in **BLUMLER**, J. e **KATZ**, E. (eds.), pp. 197-212. Berverly Hills: Sage Publications. Disponível em:

http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1085&context=asc_papers&sei-redir=1&referer=http%3A%2F%2Fwww.google.com%2Furl%3Fsa%3Dt%26rct%3Dj%26q%3Dfunctiona%25C3%25A7%2520analysis%2520and%2520mass%26source%3Dweb%26cd%3D1%26sqi%3D2%26ved%3D0CBsQFjAA%26url%3Dhttp%253A%252F%252Frepository.upenn.edu%252Fcgi%252Fviewcontent.cgi%253Farticle%253D1085%2526context%253Dasc_papers%26ei%3DXhbcTs2uHseg8gO_5NHaDQ%26usg%3DAFQjCNEpuRhkT732gsDkU1GT6iTfzGfgPA#search=%22functiona%C3%A7%20analysis%20mass%22.

Dissertações de Mestrado:

BARREIROS, José Jorge Fernandes Rodrigues (1987). *Imprensa escrita e produção do real. Aspectos da Produção de Real na Imprensa Escrita Portuguesa*. Trabalho Síntese para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa: ISCTE.

COSTA, Suzano (2009). *Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, Estratégias e Retóricas de Integração*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Lisboa: FDL/UNL.

SÁ, Alfredo Jorge Alves Gomes de (1998). *A Televisão e os Meios de Comunicação de Massa: Globalização e Sociedade*, Dissertação de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa: Universidade Moderna.

Dissertações de Doutoramento:

BALÃO, Sandra Rodrigues, (2008). *Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo- Uma visão analítica*. Ed. Autora, Policopiado, Lisboa, Maio, 2008 [Dissertação de Doutoramento, ISCSP].

ÉVORA, Silvino Lopes (2010). *Políticas de Comunicação e Liberdade de Imprensa - Análise da Situação Cabo-Verdiana entre 1991 e 2009*, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Minho: Universidade do Minho.

Documentos Institucionais:

APCT (2012). Relatório Anual da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação. Disponível em: http://www.apct.pt/Analise_simples.php

SEF, (2011). Dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf.

MARKTEST, Anuário de Media e Publicidade, 2011 - Edição de 2012. Disponível em formato PDF

ANEXOS

Jornais analisados (1991 - 2011)

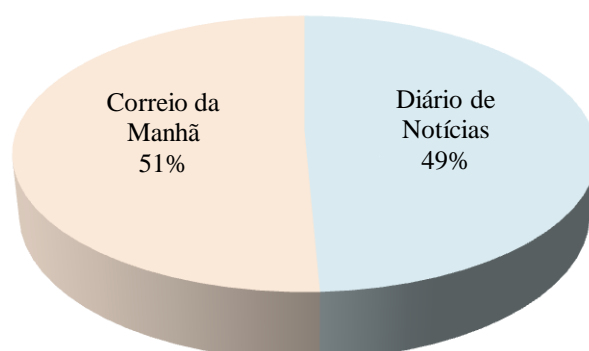


Gráfico referente ao número de “jornais analisados” no *Diário de Notícias* e no *Correio da Manhã*

Notícias analisadas (1991-2011)

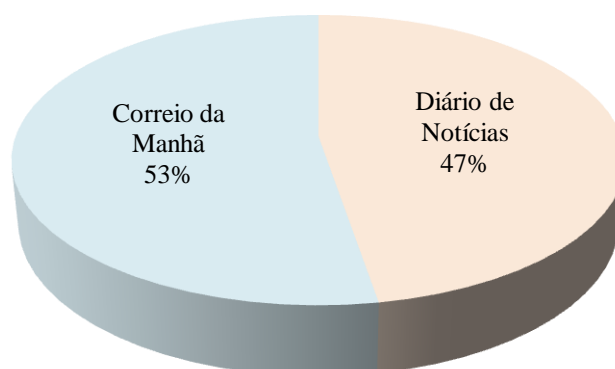


Gráfico referente ao número de “notícias analisadas” no *Diário de Notícias* e no *Correio da Manhã*

Grelha de Análise de Conteúdo (*Diário de Notícias e Correio da Manhã*)

Unidades de Registo	Categorias de Análise	Valores absolutos		Frequência	
		DN	CM	DN	CM
Localização das peças no jornal	Portugal	0	1	0%	1%
	Política	1	0	1%	0%
	Sociedade	5	0	4%	0%
	Internacional	61	29	48%	18%
	Cultura	1	1	1%	1%
	Sem secção referida	3	48	2%	30%
Chamada de Capa	Com Chamada de capa	12	3	21%	4%
	Sem Chamada de Capa	45	76	79%	96%
Espaço ocupado pelas peças no jornal	Menos de 1/4 de página	9	19	13%	24%
	¼ de página	16	23	23%	29%
	Uma Coluna	2	6	3%	8%
	Meia página	15	21	21%	27%

	1 Página	28	9	39%	11%
	2 Páginas ou mais	1	1	1%	1%
Género	Notícia	54	52	71%	66%
	Breve	7	14	9%	18%
	Entrevista	8	3	11%	4%
	Reportagem	7	10	9%	12%
Iconografia	Com fotografia	49	54	63%	68%
	Sem fotografia	22	25	28%	32%
	Recurso a gráficos explicativos	7	0	9%	0%
Tema	Política	58	38	82%	43%
	Sociedade	12	16	17%	18%
	Cultura	1	11	1%	12%
	Economia	0	2	0%	13%
	Casos Policiais	0	12	0%	14%
Referente	Estado; governo; Presidente da República	52	32	73%	41%

	Partidos Políticos	10	5	14%	6%
	Banca/Finanças	0	4	0%	5%
	Problemas/ Dramas Sociais/Manifestações	1	1	1%	1%
	Emigração/Imigração	1	5	1%	6%
	Questões Sociais (educação; parcerias)	0	7	0%	9%
	Crimes/ Actos Ilícitos	0	14	0%	18%
	Acidentes	6	0	9%	0%
	Festividades/Artes e Espectáculos	1	11	2%	14%
Actores mais focados nas peças	Presidente da República	25	16	34%	20%
	Governo	16	19	22%	24%
	Instituições/Organismos oficiais de poder/ Partidos Políticos	26	23	35%	29%
	Cidadão comum	7	21	9%	27%
Discurso (tipo de narrativa)	Moral	0	0	0%	0%
	Político	35	18	85%	50%
	Policial	0	8	0%	22%

	Social	6	10	15%	28%
Organização do Discurso	Positivo	2	15	5%	46%
	Negativo	2	8	5%	24%
	Neutro	22	8	58%	24%
	Emocional Positivo	7	1	19%	3%
	Emocional Negativo	5	1	13%	3%

Esquema de leitura:

- Forma

-Conteúdo

-Discurso

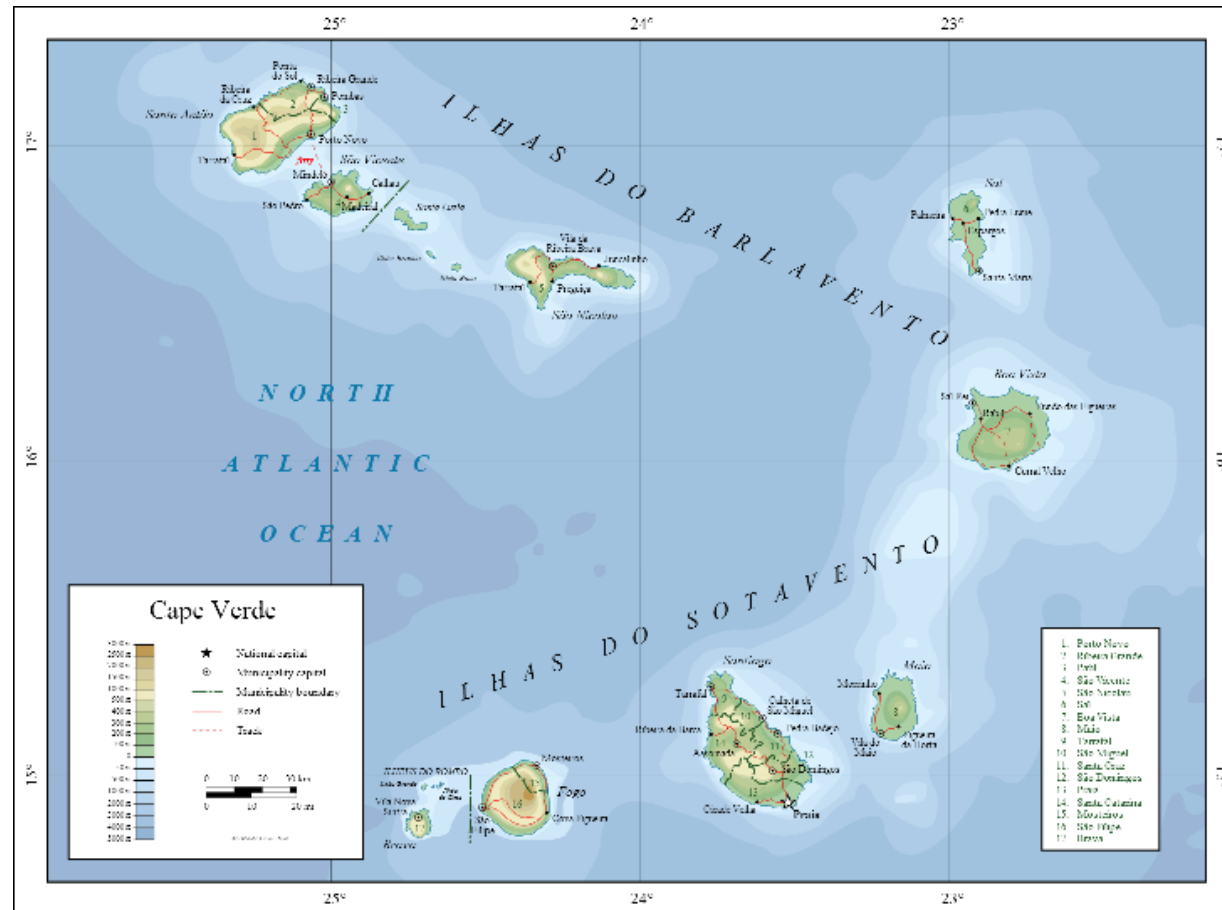
Tabela 3-Evolução da população residente em Cabo Verde por Ilha e Concelhos mais representativos (1900 -2010)

Meio de residência/Concelho	Ano								
	1900	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
<i>Cabo Verde</i>	<i>143.929</i>	<i>181.740</i>	<i>149.984</i>	<i>199.902</i>	<i>270.999</i>	<i>295.703</i>	<i>341.491</i>	<i>434.625</i>	<i>491.875</i>
Santo Antão	-	35.977	28.379	33.953	44.623	43.321	43.845	47.170	43.915
Ribeira Grande	-	19.766	15.444	17.246	22.873	22.102	20.851	21.594	18.890
Paúl	-	5.845	5.370	6.024	8.000	7.983	8.121	8.385	6.997
Porto Novo	-	10.366	7.565	10.683	13.750	13.236	14.873	17.191	18.028
São Vicente	-	15.848	19.576	20.705	31.578	41.594	51.277	67.163	76.140
São Nicolau	-	14.846	10.366	13.866	16.308	13.572	13.665	13.661	12.817
Ribeira Brava	-	-	-	-	-	11465	11556	11.794	7.580
Tarrafal de S. Nicolau	-	-	-	-	-	2107	2109	1.853	5.237
Sal	--	1.121	1.838	2.608	5.505	5.826	7.715	14.816	25.779
Boavista	-	2.779	2.985	3.263	3.569	3.372	3.452	4.209	9.162
Maio	-	2.237	1.924	2.680	3.466	4.098	4.969	6.754	6.952
Santiago	-	77.382	59.397	88.587	128.782	145.957	175.691	236.627	274.044
Tarrafal	-	18.840	13.222	19.140	26.251	24.202	11.626	17.792	18.565
Santa Catarina	-	26.848	19.428	30.207	41.462	41.012	41.584	50.024	43.297
Santa Cruz	-	13.486	9.568	14.368	21.158	22.995	25.892	33.015	26.617
Praia	-	18.208	17.179	24.872	39.911	57.748	71.276	106.348	131.719
Fogo	-	23.022	17.582	25.615	29.412	30.978	33.902	37.421	37071
São Filipe	-	-	-	-	-	19851	25.571	27.886	22.248
Santa Catarina do Fogo	-	-	-	-	-	3700	4481	4.796	5.299
Brava	-	8.528	7.937	8.625	7.756	6.985	6.975	6.804	5.995

Fonte: Adaptado de INE de Cabo Verde

OBS.: Em 2010 os **491875** indivíduos residentes no território nacional no momento do censo, inclui os **192** sem abrigo.

Figura 1- Mapa de Localização do Arquipélago de Cabo Verde



Fonte: Wikipédia